

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E**  
**ARQUIVOS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS**

**DIRETRIZES PARA AÇÕES EDUCATIVAS EM ARQUIVOS:**  
contribuições a partir de um novo olhar

**LUÍZA ANGÉLICA LISBOA PINTO**

Rio de Janeiro

2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E**  
**ARQUIVOS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS**

**DIRETRIZES PARA AÇÕES EDUCATIVAS EM ARQUIVOS:**  
contribuições a partir de um novo olhar

**LUÍZA ANGÉLICA LISBOA PINTO**

Produto técnico-científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do grau de mestre no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.

Linha de pesquisa: Arquivo, Arquivologia e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Priscila Ribeiro Gomes

Rio de Janeiro

2022

P659 Pinto , Luiza Angélica Lisboa  
DIRETRIZES PARA AÇÕES EDUCATIVAS EM ARQUIVOS:  
Contribuições a partir de um novo olhar / Luiza  
Angélica Lisboa Pinto . -- Rio de Janeiro, 2022.  
149

Orientadora: Priscila Ribeiro Gomes .  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação  
em Gestão de Documentos e Arquivos, 2022.

1. Ações educativas. 2. Arquivos. 3. Função  
social. 4. Política Nacional de Educação Museal. I. ,  
Priscila Ribeiro Gomes, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH  
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos - PPGARQ  
Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos - MPGA

**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE**

Local: Av. Pasteur, 458, Urca, Rio de Janeiro. CCH - Sala do PPGARQ

Data: 16 de fevereiro de 2022

Aluna: **Luíza Angélica Lisboa Pinto**

Banca:

Profa. Dra. Priscila Ribeiro Gomes (Orientadora / Presidente da banca – UNIRIO)

Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Profa. Dra. Maria Teresa Villela Bandeira de Mello (FIOCRUZ)

Título: DIRETRIZES PARA AÇÕES EDUCATIVAS EM ARQUIVOS: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE UM NOVO OLHAR

Modalidade: Produto Técnico-Científico

A sessão pública de defesa de TCC foi iniciada às 14 horas. Após a apresentação do trabalho, o aluno foi arguido pelos examinadores que consideraram a candidata LUÍZA ANGÉLICA LISBOA PINTO (x) aprovada ( ) reprovada, tecendo os seguintes comentários:

A banca destaca a qualidade da pesquisa, a relevância do tema e do produto final. Sugere publicação do todo e em parte em periódicos e eventos científicos.

Em conformidade com a Resolução nº 5.257 de 25/03/2020 e a Ordem de Serviço PROPGPI nº 3 de 02/07/2020, esta ata vai somente por mim assinada, atestando que a defesa ocorreu com a participação dos componentes abaixo listados.

- Profa. Dra. Priscila Ribeiro Gomes (Orientadora / Presidente da banca – UNIRIO)
- Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva (Membro titular interno - UNIRIO)
- Profa. Dra. Maria Teresa Villela Bandeira de Mello (Membro titular externo - FIOCRUZ)

---

Profa. Dra. Priscila Ribeiro Gomes

Presidente da Banca

## AGRADECIMENTOS

Realizar uma pesquisa não é tarefa fácil, requer dedicação e renúncias, mas seu resultado só é possível porque muitas pessoas nos auxiliaram para chegarmos até aqui. Sendo assim, agradeço:

À minha orientadora Priscila Ribeiro Gomes, pelos mais de seis anos de parceria, sempre com muito apoio, carinho, zelo e dedicação.

Aos professores membros da Banca Examinadora, Maria Teresa Villela Bandeira de Mello e Eliezer Pires da Silva, por aceitarem meu convite e compartilharem comigo seus valiosos conhecimentos e experiências que, com certeza, enriqueceram muito esta pesquisa.

Ao PPGARQ, pela preocupação em formar seus alunos com excelência e ao secretário Rodrigo Pena pela atenção, ajuda e paciência infinitas.

A base de tudo: minha mãe, meu pai (*in memoriam*), Érico, Anna Beatriz e Fernando. Foram muitas transformações e só consegui por tê-los ao meu lado sempre me apoiando, com muito amor e paciência. Amo vocês!

Para todos que cruzaram comigo durante essa jornada tenham certeza da minha enorme gratidão e imenso afeto que sinto por vocês. Muito obrigada!

“Estudar não é um ato de consumir ideias, mas de criá-las e recriá-las” (FREIRE, 1981, p. 10).

## RESUMO

PINTO, Luíza Angélica Lisboa. **Diretrizes para ações educativas em arquivos: contribuições a partir de um novo olhar.** 2022. 147f. Produto técnico-científico (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A partir de atividades de extensão realizadas por meio do projeto “Ensinar e aprender nos/com arquivos: (re) vendo as práticas pedagógicas”, vinculado à UNIRIO, em 2015, com um grupo de alunos no Instituto de Educação Superior do Rio de Janeiro, ficou evidenciado o quanto o Arquivo é pouco conhecido, visitado e ainda distante da sociedade. Este desconhecimento das instituições e do serviço arquivístico expõe uma lacuna dos arquivos no cumprimento da sua função social. Diferentemente das instituições arquivísticas, para exercer sua função social, os museus optaram pelas ações educativas. Por meio desta prática, as instituições museológicas conseguem estreitar a relação com o cidadão, estimular a sensação de pertencimento e o senso crítico. Como consolidação dessas atividades na Museologia, foi aprovada em 2017 a Política Nacional de Educação Museal (PNEM). Na tentativa de compreender como as instituições arquivísticas podem desenvolver uma Política Nacional de Educação em Arquivos, como uma via para exercer sua função social de forma plena, pergunta-se: Quais são as diretrizes necessárias para a construção de uma Política Nacional de Educação em Arquivos? Para tanto, partimos dos seguintes pressupostos: 1) A Política Nacional de Educação Museal pode ser pensada como referência para a formulação de um Política Nacional de Educação em Arquivos; 2) A análise da formulação e implementação da PNEM abre caminhos para repensar o papel do arquivo na sociedade, ao servir de referência para criar e valorizar ações educativas que aproximem o público dos arquivos. Nesse sentido, como objetivo geral, a pesquisa teve a intenção de apresentar um produto técnico-científico, a partir de um *check list*, no formato de diretrizes, voltado para a implementação de ações educativas em arquivos. Esta é uma pesquisa aplicada, qualitativa, na forma explicativa, com procedimentos metodológicos e pesquisa bibliográfica e documental. Em relação aos procedimentos técnicos, como instrumentos de coleta de dados foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pelos grupos de trabalhos da Política Nacional de Educação Museal. A pesquisa foi executada em cinco etapas incluindo: a pesquisa bibliográfica e documental, na qual consideramos o Plano Nacional de Cultura e o Plano Setorial de Arquivos, seguida da coleta de dados. Identificamos os principais pontos do ciclo da PNEM (entre 2010 e 2020) e suas convergências com os arquivos observando as práticas vigentes. Apresentamos a análise para formulação das diretrizes. Por meio dos dados obtidos sugerimos algumas diretrizes a fim de ampliarmos essa discussão e sua aplicabilidade.

**Palavras-chaves:** Ações educativas. Arquivos. Função social. Política Nacional de Educação Museal.

## ABSTRACT

PINTO, Luíza Angélica Lisboa. **Guidelines for heritage education in archives: contributions from a new perspective**. 2022. 148f. Technical-scientific product (Professional Master in Records management and Archives). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

In 2015, when we participated in the extension project "Teaching and learning us/with archives: (re)visiting pedagogical practices", at the Institute of Higher Education of Rio de Janeiro it became clear how little the Archive is, unvisited and still distant from society. This lack of knowledge of institutions and archival service exposes a gap in archives in the fulfilment of their social function. To perform their social function, museums opted for heritage education. Through this practice, museums institutions can strengthen the relationship with the citizens, stimulate the sense of belonging and critical sense. As a consolidation of these activities in Museology, was approved in 2017, the National Policy of Museum Education (PNEM). To understand how archival institutions can develop a National Policy of Archives Education as a way to exercise its social function fully, one wonders: What are the guidelines necessary for the construction of a National Policy of Archives Education? We start from the following assumptions: 1) The National Policy of Museum Education can be considered as a reference for the formulation of a National Policy of Education in Archives; 2) The analysis of the formulation and implementation of the PNEM opens ways to rethink the role of the archive in society, by serving as a reference for creating and valuing heritage education that bring the public closer to the archives. In this way, as a general objective, the research aimed to present a technical-scientific product, from a checklist, in the format of guidelines, aimed at implementing heritage education in archives. This is applied qualitative research, in the explanatory form, as technical procedures to bibliographic and documentary research. In addition, methodological procedures - such as data collection instruments - six semi-structured interviews were conducted, with those responsible for the groups working at the National Policy of Museum Education. The search was performed in five steps including: the bibliographic and documentary research, consider the National Plan of Culture and the Sector Plan of Archives, followed by data collection. Main points of the PNEM cycle, between 2010 and 2020, its convergences with the archives considering the practices in force. We present the analysis for the formulation of the guidelines. Through the data obtained, we suggest some guidelines to expand this discussion and its applicability.

**Key words:** Heritage Education. Archives. Social function. National Policy of Museum Education.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 - Interseções do Marco Teórico.....	55
Figura 2 - Processo de Construção da Política Nacional de Educação Museal .....	74
Figura 3 - Diretrizes para Ações Educativas em Arquivos.....	116
Quadro 1 - Conceitos orientados e conteúdos educativos .....	83
Quadro 2 - Comparativo Arquivo e Museus nas ações educativas .....	103

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CECA-BR – Comitê de Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus do Brasil

CECA/ICOM – Comitê de Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus

CEP/UNIRIO – Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CMEB – Centro de Memória da Educação Brasileira

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COMUSE/IBRAM – Coordenação de Museologia Social e Educação

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

COPEI – Coordenação de Programas Inclusivos

CPAI/IBRAM – Coordenação de Produção e Análise da Informação

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CSA – Colegiado Setorial de Arquivos

DIBRATE – Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística

ECI/UFMG – Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais

Edarq – Educação no Arquivo Nacional

EM – Educação Museal

EP – Educação Patrimonial

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

GEEM/Mauc – Grupo de Estudos em Educação Museal do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará

GT – Grupo de Trabalho

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICA – *International Council on Archives*

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISERJ – Instituto de Educação Superior do Rio de Janeiro

MAUC – Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará

MEC – Ministério da Educação

MHN – Museu Histórico Nacional

MinC – Ministério da Cultura

MINOM – *International Movement for a New Museology*

NAE – Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca

NARA – *National Archives and Records Administration*

NEMauc – Núcleo Educativo do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará

NuEdu/MHN – Núcleo de Educação do Museu Histórico Nacional

PAPEG – Programas de Atendimento ao Público das Escolas e em Geral

PEC – Programa Educativo e Cultural

PL – Projeto de Lei

PNC – Plano Nacional de Cultura

PNEM – Política Nacional de Educação Museal

PNM – Política Nacional de Museus

PNSM – Plano Nacional Setorial de Museus

PPCM – Política de Patrimônio Material do IPHAN

PSA – Plano Setorial de Arquivos

RAM – Rede de Acessibilidade de Museus

RAMP – *Records and Archives Management Programme*

REM – Rede de Educadores Museais

REM-BA – Rede de Educadores Museais da Bahia

SECEC – Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

SINAR – Sistema Nacional de Arquivos

SNC – Sistema Nacional de Cultura

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>MARCOS TEÓRICOS</b> .....	<b>17</b>
2.1	Conceito de arquivo e a arquivologia contemporânea .....	17
2.2	As políticas públicas no contexto das práticas arquivísticas .....	26
2.3	Ações educativas patrimoniais.....	33
2.4	Ações/serviços educativos nos arquivos.....	37
2.5	Possibilidades e metodologias de aprendizagem adotadas pelas ações educativas patrimoniais .....	52
<b>3</b>	<b>MARCOS EMPÍRICOS</b> .....	<b>56</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>58</b>
<b>5</b>	<b>A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL – PNEM</b> .....	<b>66</b>
5.1	Formulação .....	66
5.1.1	A Portaria nº 422, de 30 de novembro de 2017 .....	74
5.2	Implementação e avaliação .....	78
5.3	Coleta e análise das entrevistas .....	88
<b>6</b>	<b>O PROCESSO DE PRODUÇÃO PARA ORIENTAÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NOS ARQUIVOS</b> .....	<b>99</b>
6.1	As contribuições da PNEM nas práticas arquivísticas .....	99
6.2	Processo de formulação e análise para uma possível diretriz .....	103
6.3	Diretrizes para ações educativas em arquivos.....	111
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>117</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>120</b>
	Anexo A – Ofício de encaminhamento de projeto para o CEP/Unirio.....	135
	Anexo B – Folha de Rosto.....	136
	Anexo C – Termo de Anuência .....	137
	Anexo D – Declaração de coleta de dados não iniciada.....	138
	Anexo E – Comprovante submissão CEP/Unirio.....	139
	Apêndice A – Instrumento de coleta de dados – Roteiro Geral de Entrevista	140
	Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	142
	Apêndice C – Texto do Convite enviado para Participar da Entrevista .....	146

## 1 INTRODUÇÃO

Os séculos XVIII e XIX foram marcados por grandes mudanças franco-britânicas, das quais ressaltamos a Revolução Francesa (1789-1799) e a primeira etapa da Revolução Industrial (1760-1860). Hobsbawn (2015, p. 11) considera este período a era das revoluções, pois

constitui a maior transformação da história humana desde os tempos remotos quando o homem inventou a agricultura e a metalurgia, a escrita, a cidade e o Estado. Esta revolução transformou, e continua a transformar, o mundo inteiro.

Suas influências perpassam pela economia, direito, política liberal, política radical-democrática e nacionalismo, e foi neste contexto que a Instituição Arquivística Nacional e o Museu, como hoje identificamos, foram concebidos, inicialmente, na Europa.

A relação destas instituições com a sociedade é o ponto de partida desta pesquisa, que propõe compreender como a tríade arquivo, museu e educação conflui e pode colaborar para promover reflexões críticas e sensibilizar para as práticas de cidadania nas ações de educação em arquivo.

Estamos inseridos no tema arquivos e educação desde 2015, quando participamos do projeto de extensão intitulado “Ensinar e aprender nos/com arquivos: (re)vendo as práticas pedagógicas”, coordenado pela Dra. Priscila Ribeiro Gomes, sediado no Instituto de Educação Superior do Rio de Janeiro (ISERJ), que possui o Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB). O CMEB reúne toda história do ISERJ, o qual é parte ativa da trajetória da educação nacional.

Realizamos o trabalho junto aos estudantes de Pedagogia do Instituto sobre o uso da educação patrimonial como prática pedagógica e os usos possíveis do CMEB. Este projeto de extensão trouxe não só um despertar para uma nova oportunidade de atuação educativa, mas criou um sentido de pertencimento dos estudantes, levando-os a entenderem a importância da sua preservação e de seu acesso (CARNEIRO; GOMES; PINTO, 2016). Por este motivo, o trabalho de conclusão de curso, finalizado em 2018, se manteve no tema, mas buscamos ampliar o escopo na tentativa de unir a primeira graduação, em Relações Internacionais, e os cinco anos de experiência de gestão na área educacional. Dentro dessas perspectivas, o uso do arquivo como instrumento pedagógico nas práticas de ações educativas mostrou-se um caminho

interessante a ser explorado, e as instituições arquivísticas nacionais foram definidas como objeto de investigação do trabalho de conclusão de curso. Analisamos as Instituições Arquivísticas Nacionais do Brasil, da Colômbia e do México: suas estruturas, políticas e práticas. Como resultado, foi possível reconhecer que todos os arquivos pesquisados exercem atividades de difusão, seja ela editorial, cultural ou educativa. A distinção entre as instituições está na abordagem das ações e na existência ou não de uma política para sua realização (PINTO, 2018). Neste sentido, foi possível identificar a importância da política para direcionar e determinar as ações de uma instituição.

Durante o projeto de extensão “Ensinar e aprender nos/com arquivos (re)vendo as práticas pedagógicas”, um episódio, em especial, chamou a atenção. Em uma das atividades junto aos estudantes de pedagogia do ISERJ, perguntávamos sobre acesso e visita a instituições de patrimônio. A primeira pergunta era “quem já foi ao museu?”, a grande maioria levantou a mão. A segunda, “quem já foi à biblioteca?”, uma quantidade menor levantou a mão e a terceira questão era “quem já foi ao arquivo?”, dos cinco grupos apenas uma pessoa havia visitado: a professora que acompanhava uma das turmas. Estas simples questões demonstram como os arquivos encontram-se ainda distantes da sociedade. Este desconhecimento das instituições e do serviço arquivístico expõe uma lacuna dos arquivos no cumprimento da sua função social.

Para exercer sua função social os museus optaram pelas ações educativas. Por meio desta prática, as instituições museológicas conseguem estreitar a relação com o cidadão, estimular a sensação de pertencimento e o senso crítico. Como consolidação dessas atividades na Museologia, após sete anos de trabalho coletivo, foi aprovada a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), em 2017. Na tentativa de compreender como as instituições arquivísticas podem desenvolver uma Política Nacional de Educação em Arquivos, como uma via para exercer sua função social de forma plena, pergunta-se: **Quais são as diretrizes necessárias para a construção de uma Política Nacional de Educação em Arquivo?**

Para tanto, partimos dos seguintes pressupostos: 1) A Política Nacional de Educação Museal pode ser pensada como referência para a formulação de um Política Nacional de Educação em Arquivos; 2) A análise da formulação e implementação da PNEM abre caminhos para repensar o papel do arquivo na

sociedade, ao servir de referência para criar e valorizar ações educativas que aproximem o público dos arquivos.

Nesse sentido, como objetivo geral, a pesquisa teve a intenção de apresentar um produto técnico-científico, a partir de um *check list*, no formato de diretrizes, voltado para implementação de ações educativas em arquivos, que se deu a partir do desdobramento dos seguintes objetivos específicos: 1). Articular conceitualmente arquivo, políticas públicas e ações educativas, temas pertinentes às áreas de arquivologia, museologia, políticas públicas e educação; 2) Investigar a formulação, a implementação e as avaliações da Política Nacional de Educação Museal; e 3) Elaborar diretrizes que possam contribuir para uma proposta de construção de uma Política Nacional de Educação em Arquivos.

O objeto central da pesquisa são as ações educativas nos arquivos. Como marco empírico temos a Política Nacional de Educação Museal, aprovada em 2017, e aqui analisada entre o período de 2010 a 2020, início da sua formulação e três anos após a sua aprovação.

Mas qual a importância desta pesquisa? Os arquivos e ações educativas na Arquivologia são temas ainda pouco abordados, em poucas publicações, fato que demonstra a importância de falar-se sobre. Sendo assim, espera-se que a pesquisa contribua para diminuir essa lacuna. Além disso, Elly Roza Ferrari (2019) chama atenção para a invisibilidade das publicações sobre ações educativas em arquivos, pois, quando tais estudos são produzidos, esses normalmente fazem parte da categoria classificada como “literatura cinzenta”. Apesar de apresentarem um conteúdo atualizado e detalhado, ficam reduzidos a um número pequeno de usuários.

As instituições arquivísticas como custodiadoras dos arquivos possuem um papel importante no contexto de *fake news*, negacionismo, lei da “queima de arquivo”<sup>1</sup> (PL 7.920/ 2017), governo aberto, governança e transparência. De acordo com Margaret Hedstrom (2016, p. 255), os arquivos são “fontes para a potencial descoberta ou recuperação de memórias” e têm a possibilidade de ampliarem suas áreas de atuação, retornando à sociedade o patrimônio preservado, ao estimular o repensar da história ali contida.

---

<sup>1</sup> BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. “Projeto de Lei 7.920/2017. Altera a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a digitalização de documentos”.

Segundo Heloísa Bellotto (2017, p. 134), “é com este sentido de pleno acesso do cidadão ao universo da informação” que o arquivo deve exercer suas atividades. Sejam elas de caráter administrativo, probatório, cultural, social ou educativo.

Heather MacNeil (2016, p. 8) ainda destaca que

[...] ligam os objetivos dos arquivos e o papel das instituições arquivísticas à necessidade de interesses sociais definidos de forma mais ampla e giram em torno de questões relacionadas à responsabilidade, a identidade, a inclusão e a justiça social a noção de arquivo como arsenal para responsabilidade e como um lugar de memória coletiva inclui essas pessoas esta perspectiva mais ampla.

Nesta perspectiva, as ações educativas visam uma aproximação entre o cidadão e o arquivo, uma vez que possibilitam o acesso e a compreensão da importância do acervo ali presente, despertando um senso de pertencimento e identidade aos envolvidos. Logo, esse sentido de inclusão gera não só uma maior visibilidade da instituição, mas também desperta para um trabalho abrangendo questões de cidadania (FRATINI, 2009). Sentido esse também identificado pela pesquisa de Priscila Lopes Menezes (2012, p. 63), ao analisar as ações de difusão realizadas nos arquivos públicos estaduais da região sul do Brasil. As ações educativas apresentaram os melhores resultados junto aos envolvidos, “pois corroboram para desmitificar a visão negativa que geralmente se tem dos arquivos, das funções e produtos de suas atividades”.

O Plano Setorial de Arquivos (PSA), aprovado em 2016, apresenta ações de curto, médio e longo prazo. Dividido em três eixos, o plano destaca que para

produzir uma consciência social que conceba esses documentos como patrimônio nacional, faz-se necessário ampliar o número de usuários e visitantes nessas instituições. A difusão cultural e **a educação patrimonial são mecanismos que promovem a integração e a interação arquivo-escola, arquivo-comunidade**. Além destas, **democratizar o acesso e a divulgação desses acervos incentiva o reconhecimento e a identificação de relações entre conjuntos documentais, comunidades, cidades, e favorece a manifestação da diversidade cultural.**<sup>2</sup>

Neste sentido, a estratégia 3.1 do objetivo três da PSA é justamente desenvolver uma política nacional de educação patrimonial em instituições arquivísticas e centros de memória e documentação, integrando ministérios e

---

<sup>2</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Conselho Nacional de Política Cultural. Colegiado Setorial de Arquivos. **Plano Setorial de Arquivos (2016-2026)**. Brasília: Ministério da Cultura, 10 de maio de 2016, p. 11, grifo meu.

secretarias federais, estaduais, distrital e municipais de Educação e Cultura, nos seus mais diversos programas. Portanto, o produto técnico-científico desta pesquisa visa incentivar a criação e a institucionalização de ações educativas em instituições arquivísticas, serviços arquivísticos e centros de memórias, corroborando com o PSA, a fim de promover ações capazes de ampliar a relação arquivo-sociedade.

Como resultado, foi possível confirmar os pressupostos da pesquisa e identificar as diretrizes necessárias para construção de uma Política Nacional de Educação em Arquivos, conforme prevista no Plano Setorial de Arquivos. Observamos que os arquivos ainda estão distantes da sociedade. O contexto de criação da PNEM e da PSA foi um período de exceção nas políticas públicas brasileiras. As ações educativas patrimoniais são políticas públicas institucionalizadas pelo Estado brasileiro, vide Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2016) e PNEM (2017).

Ações educativas nos arquivos acontecem desde 1850 e reconhecimento como prática arquivística se deu com a publicação dos estudos de James E. O'Neil (1980), Peter Walne (1985) e Eckhart Franz (1986). Verificamos a ausência de uma literatura ampla sobre arquivos e educação. As publicações existentes focam na difusão de práticas e há uma escassez da discussão teórica do que vêm a ser as ações educativas em arquivos. Ações educativas nos arquivos não são definidas pelo dicionário do Conselho Internacional de Arquivos e as definições nacionais carecem de maior reflexão.

## 2 MARCOS TEÓRICOS

Nesta pesquisa optamos por apresentar o marco teórico em cinco subseções, que identificam as interseções e contribuições entre as quatro áreas do conhecimento: Arquivologia, Políticas Públicas, Museologia e Educação. Acreditamos que esta subdivisão auxiliará na compreensão dos pontos abordados. Desta forma, a primeira subseção corresponde à conceituação do arquivo e duas abordagens da Arquivologia contemporânea, a Arquivologia pós-moderna e a Arquivologia integrada. Na segunda, trataremos das políticas públicas no contexto das práticas arquivísticas, com ênfase nas políticas públicas culturais. A próxima refere-se às ações educativas patrimoniais e ao histórico da educação patrimonial no Brasil até a Educação Museal (EM). Na quarta, as ações/serviços educativos em arquivos. E a última subseção as possibilidades e metodologias de aprendizagem adotadas pelas ações educativas patrimoniais.

### 2.1 Conceito de arquivo e a arquivologia contemporânea

O que é o arquivo? A presente pesquisa não tem o objetivo de debater tal definição de forma aprofundada, mas cabe aqui conhecer um pouco mais de suas acepções e como este é normalmente percebido na sociedade.

Marilena Leite Paes (2004, p. 19) indica que a origem da palavra arquivo não é evidente. A autora destaca que, para alguns pesquisadores, arquivo é originário da palavra grega *arché*, local conhecido como o palácio dos magistrados. Ao longo do tempo o “local de guarda e depósito dos documentos” passou a ser chamado de *archeion*. O dicionário identifica o vocábulo latino *archivus*. Ou seja, o étimo de arquivo é impreciso. A definição de arquivo, assim como do seu étimo, é plural. O dicionário apresenta seis sentidos, são eles:

1 Repositório ou coleção de qualquer espécie de documentos ou outros materiais, como manuscritos, fotos, correspondência etc., importantes para instituições civis ou governamentais, ou que têm valor cultural, estratégico, histórico, informativo etc.

2 Lugar onde se conservam ou guardam esses documentos.

3 Conjunto de documentos (recortes de jornais, revistas, fotos, cartas, anotações pessoais etc.) nos quais se acha registrada a história, ou parte da história, de um país, cidade, família, instituição etc., e que podem ser usados como material de pesquisa ou fonte de consulta: Seu arquivo sobre Noel Rosa é muito requisitado por músicos e historiadores.

4 Móvel de escritório, geralmente de metal, em que se guardam e sistematizam documentos e papéis.

5 Indivíduo que retém tudo de memória: É um verdadeiro arquivo da fase inicial do Modernismo brasileiro.

6 INFORM Seção de dados de um computador, como lista de endereços, textos, contas de clientes etc., em forma de registros individuais que podem conter dados, caracteres, dígitos ou gráficos (ibid., site).<sup>3</sup>

De forma geral, o arquivo é conhecido como local de guarda, conjunto de documentos físicos ou digitais e/ou uma pessoa com boa memória. O arquivo é uma palavra polissêmica e esta característica linguística favorece a imprecisão da compreensão do que vem a ser ela mesma.

Ao analisarmos as publicações técnicas da área, como o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE), arquivo pode ser definido em quatro diferentes sentidos, são eles:

1 Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo.  
2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos. 3 Instalações onde funcionam arquivos. 4 Móvel destinado a guarda de documentos.<sup>4</sup>

Apesar das definições apontadas, o arquivo ainda apresenta a possibilidade de ser adjetivado, de acordo com seu conteúdo e/ou finalidade, entre as quais destacam-se: arquivo administrativo, arquivo central, arquivo corrente, arquivo intermediário, arquivo de família, arquivo privado, arquivo de segurança, arquivo especializado, arquivo estadual, arquivo federal, arquivo público, arquivo municipal, arquivo nacional, arquivo pessoal, arquivo permanente, arquivo setorial, arquivo técnico, dentre outros.

A lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991, conhecida como lei de arquivos, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Esta expõe os procedimentos a serem adotados nas práticas arquivísticas e conceitua arquivo como

conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (ibid.).<sup>5</sup>

<sup>3</sup> ARQUIVO. In: **Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2015.

<sup>4</sup> ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 27.

<sup>5</sup> BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. “Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências”.

Diante de tamanha pluralidade para esta pesquisa, considera-se arquivo “instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos”.<sup>6</sup> Abordaremos nesta pesquisa ações que devem ser realizadas pelas instituições e/ou serviços arquivísticos. Vale destacar que para fins desta pesquisa, o conceito apresentado na lei de arquivos de arquivo será sinônimo de acervo.

Além de sua conceituação diversa, são também variadas as percepções e posições do arquivo na sociedade. O Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa aponta, ainda, quatro expressões usuais da palavra arquivo, são elas: arquivo morto, arquivo público, arquivo vivo e queima de arquivo. Dentre as expressões, desenvolveremos aqui o termo arquivo morto. Definido pelo dicionário como “arquivo que deixou de ser consultado por possuir documentos que perderam importância por ser muito antigos”.<sup>7</sup> Em algum momento de nossa trajetória ouvimos a expressão “arquivo morto”. De forma geral, o arquivo é considerado pelas pessoas como “morto”. É usual a interpretação do arquivo como “sinônimo de um lugar muitas vezes ‘escabroso’, em que se guardam ‘papéis velhos’ e sem utilidade, além de outras mitificações a respeito” (FRATINI, 2009, p. 34).

Há, também, um entendimento popular de que o antigo não serve. Ponto apresentando por Theodore Schellenberg (2004, p. 25), ao descrever o entendimento comum da importância do arquivo:

Se perguntássemos a um homem comum na rua por que razão os governos criam os arquivos, ele por certo interrogaria: - Que vem a ser arquivo? Se lhe explicássemos, então, os objetivos de uma instituição dessa natureza, provavelmente ele responderia, de pronto, trata-se de mais um exemplo de extravagâncias dos governos. Quanto ao material do arquivo, faria esta pergunta final: - Por que não queimar essa papelada?

Visto ser esse conceito popular em relação ao arquivo encontrado em todos os países é de se admirar que eles existam, instituídos com fundos públicos. Deve, portanto, ter havido outras razões que não a solicitação popular para a sua criação.

Esta visão de arquivo morto e sem serventia tende a demonstrar um local pouco valorizado, abandonado e desinteressante, que destoa da importância da instituição e das possibilidades de usos possíveis de um acervo permanente.

---

<sup>6</sup> ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 27.

<sup>7</sup> ARQUIVO. In: **Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2015.

A concepção de arquivo como sinônimo de burocracia e atraso é outro entendimento popular. Ben Kafka (2012) demonstra como a documentação, referida por ele como “*demon of writing*”, assumiu um papel importante na vida da sociedade. Nesta narrativa, o autor destaca como esta “papelada” é excessiva e se tornou uma obsessão. Esse excesso produziu um esvaziamento do documento e a banalização cria uma não identificação do usuário com o documento. O autor também lembra da atribuição ainda presente da burocracia, por meio dos documentos, como motivo dos problemas sociais e estatais, ressaltando mais uma visão negativa dos arquivos.

Max Weber (1979) indica que a burocracia é uma ferramenta avançada de organização administrativa, e não um problema, pois tem como alcance e objetivo final a dominação (ou controle) do Estado para atingir seu fim. Os arquivos são as confirmações destas ações, eles são necessários. O texto de Bem Kafka (2012) aponta o caminho percorrido pela burocracia e, se o compararmos com a visão de Weber, é possível perceber uma divergência na execução da burocracia idealizada pelo alemão.

Para José Maria Jardim (2011), a situação dos arquivos é periférica. Tal posição é reafirmada uma vez que as instituições se encontram à margem de suas funções de gestão de documentos, com o apoio às ações administrativas do Estado, atuando de forma majoritária como custodiadoras de acervos permanentes e com precariedade, distantes do Estado e da sociedade.

Dialogando com a visão de José Maria Jardim, Tom Nesmith (2010, p. 15) ressalta que “acima de tudo, os arquivos estão ainda numa posição social, política e legal muito frágil”. Ele afirma estarmos longe do que chama de “sociedade dos arquivos”. Nessa sociedade, os arquivos são “compreendidos, possuem bons orçamentos, funcionam com seu potencial máximo de uso e sejam considerados essenciais aos interesses da sociedade” (Ibidem, p. 16). Para atingir essa sociedade, o autor convida o arquivista a ultrapassar o domínio da técnica e realizar trabalhos fora do arquivo, ações extramuros. Evidencia-se também os novos usos dos arquivos conectados com os interesses presentes na contemporaneidade: estudos em outras ciências, para fins de justiça social, direitos humanos, democracia, boa governança, cidadania e cultura. Os arquivos têm migrado para um lugar mais central, mas as práticas atuais ainda reafirmam a invisibilidade das instituições. Sendo assim, Tom

Nesmith sugere uma nova abordagem dos arquivos junto à sociedade, saindo de uma posição receptiva para a proativa.

É nessa sociedade dos arquivos, na era da informação, que pretendemos trabalhar esta pesquisa. Lançamos o convite para um novo olhar sobre o arquivo: um arquivo voltado para sociedade em geral e para os mais diversos usos.

A Arquivologia contemporânea, iniciada no final dos anos 1980, apresenta seis abordagens, dentre elas a Arquivologia pós-moderna. A Arquivologia pós-moderna ou funcional tem forte influência das Ciências Sociais, em especial, pelos textos de Foucault, *A arqueologia do saber* (1969), e de Jacques Derrida, *Mal de arquivo* (1995). Iniciada por Hugh Taylor e fortemente difundida por Terry Cook, essa abordagem propõe uma recontextualização do fazer arquivístico, no qual cinco temas precisam ser revisitados e reconceituados, são eles: a razão de ser dos arquivos; formas de preservação de documentos; os arquivistas como agentes ativos; arquivologia em constante transformação e a fonte de teoria arquivística (COOK, 2018).

Dentre os pontos levantados, abordaremos a razão de ser dos arquivos. Maria Odila Fonseca (2005, p. 60), em sua análise sobre Arquivologia pós-moderna, destaca que o motivo para criação dos arquivos passa por uma transformação saindo da “justificativa jurídico-administrativa, ancorada em conceitos de Estado, para uma justificativa sociocultural, ancorada em políticas e usos públicos mais amplos”. Ou seja, os pós-modernos refletem os arquivos sob a perspectiva social, na qual seus objetivos e interesses perpassam por questões como identidade, responsabilidade e justiça social. Para Heather MacNeil (2016, p. 8), a noção de arquivo “como arsenal para responsabilidade” e como “lugar de memória coletiva” inclui este em uma perspectiva mais ampla. Refletindo sobre os contextos e fazeres arquivísticos, Brien Brothman (2018) considera a informação como parte do processo histórico-cultural e sua negação no trabalho arquivístico constitui a manutenção da posição atual e o descolamento do seu papel social. O arquivo possui uma função social e tal função, como destacada por Terry Cook (2018, p. 39), coloca o arquivo na posição de atender às demandas da sociedade, ao afirmar que “os arquivos são do povo, para o povo e, em geral, pelo povo”.

O arquivo não deve ficar mais restrito ao Estado e ao historiador. Um acesso mais amplo se inicia, em especial, com as realidades “democráticas, políticas e econômicas, assim como os interesses institucionais e profissionais” (BROTHMAN,

2018, p. 103). Livia Iacovino (2016, p. 270) também convida à reflexão neste sentido ao afirmar

que em uma sociedade democrática, os documentos dão suporte a valores da democracia. Em sociedades não democráticas, eles servem aos fins daquela sociedade e estão sempre carregados de valores.

A autora expõe as responsabilidades sociais contidas no arquivo e questiona a atuação ética do arquivista no impasse público, privado e na parceria entre o público e o privado. Pontos como confiança, responsabilidade governamental, liberdade de informação e transparência são elementos fundamentais para a manutenção do regime democrático e para a prática do arquivista.

Para além das responsabilidades aqui levantadas do arquivo, o “lugar de memória”, termo utilizado de forma recorrente, passa por uma ressignificação incluindo perspectivas de identidade, cidadania e governança. Margaret Hedstrom (2016, p. 247) destaca as várias visões de memória que estão contidas nos arquivos, salientando os estudos de arquivo com a memória coletiva. Cabe ressaltar alguns tópicos recorrentes na literatura arquivística sobre o tema pontuado pela autora, são eles:

o impacto das tecnologias da informação e da comunicação sobre a transmissão da memória, o uso de traços tangíveis e intangíveis de memória como fontes de conhecimento sobre o passado, o papel dos arquivistas na modelagem da memória coletiva por meio da avaliação e da descrição dos arquivos, a relação dos arquivistas com outros fornecedores de memória e o uso do arquivo na reconstituição de memórias que haviam sido suprimidas ou perdidas.

Dentro dessas abordagens, a autora afirma que o arquivo como formador de memória social dependerá de sua posição e de seus documentos dentro dos vários contextos junto a outros dispositivos transmissores de memória. O valor social do arquivo se encontra no fato de ele ser, antes de tudo, uma fonte:

Talvez os arquivos tenham seu máximo valor não quando a memória coletiva persiste, mas quando eles **oferecem as únicas fontes de informação sobre acontecimentos** e ideias há muito esquecidos, conhecidos por rumores, mas não por provas, ou reprimidos e mantidos em segredo. Em vez de afirmarem que os arquivos de uma nação são sua memória, ou que, sem o arquivo, não haveria memória, os arquivistas poderão se beneficiar de melhor compreensão de como **os arquivos são mobilizados para descoberta ou recuperação de provas que estavam perdidas ou negadas a comunidades em busca de memória** (Ibidem, p. 255, grifo meu).

Tais afirmações de Hedstrom não negam a visão social do arquivo, pelo contrário, instigam a uma reflexão sobre como os estudos de memória são absorvidos pela comunidade arquivística e sobre suas limitações, quando utilizados sem considerar as contextualidades, particularidades culturais de criação e usos. Jannette Bastian (2019) também nos convida a incluir a memória explicitamente na pauta dos estudos arquivísticos, já que tal posição proporciona a expansão do próprio arquivo.

A função social do arquivo também foi abordada por Eric Ketelaar (2018), ao demonstrar a importância de se criticar a política de memória adotada pelo Estado e pela instituição, pois as políticas adotadas serão refletidas nas práticas arquivísticas e nos acervos. Ao aceitar a influência das Ciências Sociais no que se refere ao entendimento acerca das relações contidas no arquivo como resultado das relações sociais, no que ele intitula de virada social, o autor defende que o arquivo é um processo, uma prática social e cultural mediada. De acordo com Bellotto (2017, p. 134):<sup>8</sup>

[...] é com este sentido de pleno acesso do cidadão ao universo da informação, seja a de caráter jurídico, trabalhista, militar, previdenciário, econômico, cívico etc., tanto quanto a de caráter cultural, social, educativo e de entretenimento, que os arquivos devem se posicionar na sociedade.

É dentro desta perspectiva que a função social do arquivo aflora. A função social do arquivo engloba uma pluralidade de contextos e narrativas presentes nos acervos e uma vasta variedade de usos podem ser explorados a partir do contato com os documentos. Entender o arquivo como lugar capaz de espelhar a complexidade social amplia a percepção do arquivo e de seus empregos. O arquivo não se restringe à função administrativa, ele objetiva atender à sociedade. Partindo desta premissa, as possibilidades que se abrem para estreitar e fortalecer os laços com a sociedade também se multiplicam, uma vez que esta diversidade favorece a identificação do usuário com acervo ali custodiado.

Para que se consiga chegar à sociedade, o tratamento arquivístico do acervo é fundamental. Deste modo, não basta apenas disponibilizar a informação. É necessário que se crie meios para ter acesso, ou seja, para recuperar a informação desejada. Em

---

<sup>8</sup> Os trabalhos de Bellotto dialogam com os estudos da diplomática e da tipologia documental. Ela não pode ser considerada uma autora pós-moderna, mas foi a primeira a publicar no Brasil nos anos 1990 estudos sobre a importância de ações de difusão, seja ela editorial, cultural e/ou educativa. A autora apresenta como tais práticas impactam na relação arquivo-sociedade, reafirmando que as funções do arquivo vão além da custódia.

sua obra *Os fundamentos da disciplina arquivística* (1998), Jean-Yves Rousseau e Carol Couture explicam a existência de sete funções arquivísticas básicas: criação/produção; avaliação; aquisição; conservação/preservação; classificação; descrição e difusão/acesso. Tais funções devem estar presentes na execução da atividade arquivística. Esta abordagem é conhecida como Arquivologia integrada, outra visão presente na Arquivologia contemporânea.

Dentre as funções arquivísticas, destacamos a difusão, uma via para que se consiga facultar o acesso de forma mais ampla, eficaz e eficiente. Para Priscila Lopes Menezes (2012, p. 52),

a difusão é uma das funções arquivísticas essenciais para que se cumpra o acesso à informação, esta deve promover a divulgação da instituição, das atividades arquivísticas e do acervo documental.

Tom Nesmith (2010) sugere três ações que podem contribuir para ampliar e melhorar a relação dos arquivos com a sociedade. A primeira está relacionada à necessidade de um conhecimento aprofundado da proveniência e da história do arquivo e seus contextos; a segunda à melhora da interface de comunicação com usuário, enquanto a terceira volta-se para uma busca ativa por novos usuários. Das três propostas apresentadas, as duas últimas podem ser alcançadas por meio da difusão.

Mas o que é a difusão? Em busca no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, o termo difusão não foi localizado. Consta o termo divulgação, com a seguinte definição “Conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências”.<sup>9</sup> Outro termo sinônimo foi pesquisado no dicionário, a “disseminação da informação”, definido por “Fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação”.<sup>10</sup> Este último para Moisés Rockembach (2015) seria o termo mais adequado, pois considera a difusão contida no conceito.

Ao pesquisar no dicionário, “difusão” tem doze definições, selecionamos duas, são elas “1 Ato ou efeito de difundir (-se); 4 Propagação de ideias”. Diante do resultado realizamos uma busca pelo termo “difundir”, dentre as cinco definições destacamos

---

<sup>9</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 72.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 71.

duas, “3 Disseminar (-se) uniformemente em todas as direções.4 Tornar (-se) conhecido; divulgar (-se), propagar (-se)”.<sup>11</sup> Realizar a difusão é divulgar, propagar ideias.

Compreendemos então que a definição do DIBRATE de divulgação como sinônimo de difusão é a mais pertinente, discordando de Moisés Rockembach (2015), pois ao considerar o conceito na língua portuguesa entende-se que a difusão consiste no ato de tornar conhecido para um grande número de pessoas algo, criar uma relação de diálogo para além dos meios formais da instituição. Pela conceituação do DIBRATE, divulgação é o termo mais próximo e é como sinônimo de divulgação que utilizamos o termo difusão nesta pesquisa. A difusão pode ser definida também como

La difusión corresponde a todas las actividades o acciones que permitan una mayor proyección y visualización interna y externa a partir de servicios y productos archivísticos. Para su aplicación debe existir una serie de elementos los requisitos; en este sentido, es imprescindible contar con un archivo debidamente organizado, junto con usuarios, productos y servicios (RAMIREZ, 2009, p. 188).

Jafeth Campos Ramirez destaca a difusão como um conjunto de ações estruturadas com objetivo de projeção extra e intramuros. Uma prática organizada que requer uma estruturação da instituição ou do serviço para executá-la e que tem como objetivo principal o cidadão, para que o mesmo possa compreender o acervo e sua relevância, ao afirmar que

Todo esto con la finalidad de concienciar al ciudadano y a la sociedad en general, sobre la trascendental importancia que desarrollan los archivos, su utilidad y servicios que brindan en beneficio de la comunidad” (Ibidem, p. 188).

São estas práticas que podem auxiliar o cumprimento do acesso e o fortalecimento com a sociedade. Para Heloísa Bellotto (2006), as ações de difusão são divididas em três atividades, são elas: editorial, cultural e educativa. Tais práticas, apesar de secundárias, exercem a função social do arquivo “dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro”. (Ibidem, p.227).

Keyla Santos e Jussara Borges (2014, p. 315) afirmam que as ações de difusão se apresentam como uma via para o cumprimento de sua função social. Para as

---

<sup>11</sup> DIFUSÃO. In: **Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2015.

autoras, “é válida a promoção de atividades de cunho social que busquem atrair o cidadão para o seu patrimônio cultural e informativo, fomentar a sua identidade cultural e contribuir para formação de cidadão”.

A difusão é uma função arquivística que consta no primeiro componente da arquivística integrada e se conecta diretamente com o usuário. Ela pode ser exercida por três vertentes: a editorial, a cultural e a educativa. Cabe destacar que, independente da sua vertente,

A relação arquivo e sociedade deve ser estabelecida neste sentido, colocando o arquivo na posição de algo “culturalmente útil”. Essa compreensão por parte da sociedade poderá ser estabelecida por meio de ações conjuntas, buscando unir esforços da educação e da cultura, pelo entendimento e consequente valorização de um patrimônio cultural. Patrimônio este que deve ser visto como parte na construção social do sujeito (VAZ; VENÂNCIO, 2018, p. 9).

São estes os valores que devem nortear as práticas de difusão sob os aspectos da identidade, da cidadania e da governança fortalecendo, assim, a democracia.

Após definirmos o que é arquivo e reconhecermos os preconceitos existentes em torno dele, destacamos a sua função social e as práticas arquivísticas necessárias para disponibilizarmos o acesso, particularmente, à difusão. Cabe identificarmos de que forma a política pode auxiliar neste contexto.

## 2.2 As políticas públicas no contexto das práticas arquivísticas

As políticas se apresentam como uma via para institucionalização e oferecem uma maior possibilidade de alcance a práticas rotineiras. Em pesquisa anterior (PINTO, 2018), foi possível identificar que as ações de difusão, em especial as educativas, só ocorreram nos arquivos que possuíam na sua política institucional a previsão destas, com isso consideramos crucial entendermos como as políticas podem se apresentar quando falamos de arquivo.

Para fins desta pesquisa, entende-se política como a ação pública, perspectiva originária da língua inglesa que a define pelo termo de *policies*. Tal concepção é apresentada por Piere Muller e Yves Surel (2002, p. 10), ao designar política como “o processo pelo qual são elaborados e implementados programas de ação pública, isto é, dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos

explícitos”. Sendo assim, os autores concebem política como “um constructo social e um constructo de pesquisa” (Ibidem, p. 11).

Celina Souza (2006, p. 36), em sua revisão de literatura sobre políticas públicas, destaca que estas podem se apresentar em diversas formas e modelos, mas possuem seis elementos principais. São eles:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Sendo assim, adotamos para este trabalho a definição de Roosevelt Brasil Queiroz (2007, p. 70) ao conceituar política pública como “[...] um conjunto de ações inter-relacionadas que visa enfrentar um problema social ou atender a uma demanda da sociedade”. Considerando, contudo, os pontos levantados por Celina Souza (2006).

As políticas públicas possuem um ciclo e podem se apresentar com as seguintes etapas, “definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação” (SOUZA, 2006, p. 29). Outros autores resumem o processo da primeira parte descrito pela autora e o intitulam de formação/formulação, seguido da implementação e avaliação, dentre eles Luiz Pedone (1986). Para esta pesquisa elegemos a versão de Pedone, que indica que o ciclo de uma política pública passa por sua formulação, implementação e avaliação.

Neste sentido, ao abordarmos políticas públicas nos arquivos cabe salientar a diversidade da realidade arquivística e brasileira, que revelam desigualdades e devem ser consideradas ao pensarmos políticas públicas para a área (JARDIM, 2009). Os objetivos dessas políticas “devem ser pautados, inicialmente, pelo direito do cidadão à informação e, também, pelo apoio à administração, à proteção da memória e ao desenvolvimento científico” (SOUZA, 2006, p. 6), de maneira que tais políticas podem

se apresentar como políticas da informação, políticas arquivísticas e políticas culturais.

As políticas públicas da informação contêm alguns elementos, assim elencados por José Maria Jardim (2006, p. 9):

- a) o alcance e o conceito de informação identificam a política de informação;
- b) o alcance de ações da política de informação: ações de Estado, Sociedade, Estado-Sociedade, Sociedade-Estado;
- c) o equilíbrio entre atividades normativas e operacionais na sua execução;
- d) a relação com as demais políticas públicas, ou seja, a sua transversalidade;
- e) a participação dos diversos atores sociais que são contemplados por essas políticas de informação.

Políticas públicas de informação são transversais e sempre explícitas. Para fins desta pesquisa adotaremos a seguinte definição “políticas públicas de informação são norteadas por um conjunto de valores políticos que atuam como parâmetros balizadores à sua formulação e execução” (Ibidem, idem).

José Maria Jardim (2006, p. 10) destaca que as políticas públicas na área dos arquivos, apresentam muita transversalidade. E as políticas arquivísticas são uma dimensão da política da informação. Ele define políticas públicas arquivísticas como

- o conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privadas.

O autor ressalta que estas podem ser setoriais e nas três esferas governamentais. Outro ponto importante refere-se ao equívoco do entendimento do que é legislação e do que é considerado como política. Uma legislação não é a política em si, mas sim “elementos normalizadores à política arquivística” (Ibidem, idem). Se esta legislação não vem acompanhada de sua ação concreta, pode ser uma “letra morta”, fator também destacado por Carol Couture (1998). Uma política vai além da aprovação de sua legislação, pois se concretiza por meio de práticas que passam por processos constantes de avaliação e de melhorias.

Outra vertente da política pública nos arquivos se apresenta através das políticas culturais. A política cultural é multidisciplinar (RUBIM, 2007). Por isso, o trabalho de pesquisa na área de forma rigorosa e sistemática é complexo e nem sempre linear (RUBIM, 2007; ROCHA, 2016). No que tange à sua definição, Renata Rocha (2016) faz uma análise dessa trajetória na América Latina e destaca algumas

perspectivas, dentre elas a da Unesco (1969), Néstor Garcia Canclini (1987) e Teixeira Coelho (1997). O conceito da Unesco (1969) leva em consideração o Estado e sua soberania para execução ou não da política. A visão de Canclini (1987) apresenta a cultura como necessária, com múltiplos agentes e que se apresenta como uma via de renovação social. Para Coelho (1997), a política de cultura possui um viés instrumental e burocrático. Para além desses autores, temos a definição de Lia Calabre (2005, p. 9), quem considera política cultural como “um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura”. Para esta pesquisa, consideramos política cultural a definição de Néstor Garcia Canclini (1987, p. 26):

el conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para um tipo de orden o transformación social.

No caso do Brasil, o governo Vargas foi considerado o primeiro a adotar políticas culturais, com a institucionalização das práticas pelo Estado por meio de ações voltadas para a preservação do patrimônio (CALABRE, 2005; FONSECA, 2005; RUBIM, 2007; CHUVA, 2017). A trajetória das políticas culturais no país foi marcada pelo que Antônio Albino Canelas Rubim (2007) intitula de “tristes tradições”, ausências, autoritarismos e instabilidades, que tiveram uma breve pausa nos governos Lula.

Ao analisarem as políticas culturais do governo Lula, de 2003 a 2011, Antônio Rubim (2013) e Lia Calabre (2014) destacam que tal governo significou uma ruptura dos modelos até então implementados. Nas gestões de Gilberto Gil e de Juca Ferreira a cultura atingiu um “patamar nacional e internacional, nunca antes alcançado pelo Ministério da Cultura no país” (RUBIM; BARBALHO; CALABRE, 2015, p. 9).

Entre as linhas de atuação adotou-se um conceito de cultura ampliado, intitulado “tridimensional da cultura”, constituído por dimensões simbólica, cidadã e econômica. O trabalho desenvolvido foi marcado por uma

estruturação de políticas culturais em bases democráticas, participativas, abrangentes e cidadãs. Entram para a pauta de discussão política de uma maneira mais efetiva as problemáticas dos direitos culturais, da cidadania cultural e da econômica da cultura (CALABRE, 2014, p. 152).

O Ministério voltou suas ações para a sociedade, com uma visão antropológica de cultura, baseada na diversidade cultural. Entre os principais projetos destacaram-se o Plano Nacional de Cultura (PNC), o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e o Programa Cultura Viva.

Nem tudo foram flores na política de cultura do governo petista. Apesar dos avanços visíveis, estes continham limites, apontados por Antônio Rubim (2015), como por exemplo o modelo de financiamento à cultura e a falta de delimitação da área de atuação do Ministério, além da dificuldade de implementação da política e das aprovações de projetos no Congresso Nacional, como a criação do Sistema Nacional de Cultura (aprovado no governo Dilma) e o orçamento mínimo do Ministério, a PEC 150 (CALABRE, 2014).

No entanto, cabe mencionar o Plano Nacional de Cultura (PNC), de 2010, destacando de que forma os arquivos foram nele contemplados, e o Plano Setorial de Arquivos, de 2016. O PNC contém dez princípios pautados na liberdade, na democracia, no direito à cultura e informação e na responsabilidade do Estado. Dentre seus dezesseis objetivos, destaca-se o “IV- promover o direito à memória por meio dos museus, **arquivos** e coleções”.<sup>12</sup> Nessa política, o arquivo foi considerado em sua perspectiva memorialista. Como atribuições do poder público, a garantia da preservação do patrimônio cultural prevista constitucionalmente foi ratificada no item seis, incluindo os diferentes grupos da sociedade ao considerar

VI - garantir a preservação do patrimônio cultural brasileiro, resguardando os bens de natureza material e imaterial, **os documentos históricos**, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.<sup>13</sup>

O Plano “está voltado ao estabelecimento de princípios, objetivos, políticas, diretrizes e metas para gerar condições de atualização, desenvolvimento e preservação das artes e das expressões culturais”.<sup>14</sup> Neste sentido, ao analisarmos o PNC foi possível verificar que os arquivos são considerados em seus diversos

---

<sup>12</sup> BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. “Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências”, p. 3, grifo meu.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 4, grifo meu.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 8.

suportes, com estratégias e ações para acervo sonoro, fotográfico e audiovisual, além do tradicional. Prevê a ampliação de acesso aos arquivos públicos, segurança e apoio em infraestrutura para salvaguarda do acervo e para digitalização. Além da integração com bibliotecas, museus e centros de memória, com a criação de bancos de dados compartilhados. O Plano propõe a formulação e a implementação de planos setoriais nas quatorze áreas nas quais os arquivos estão inseridos. O PNC também considera a educação patrimonial. Em seus objetivos, prevê a presença da cultura na educação formal, bem como na universalização do acesso, que pode ser realizado por meio de ações educativas. Como sua responsabilidade prevê a articulação da cultura com a educação e outras áreas.

As diretrizes e estratégias dos itens 1.10.9 e 1.10.10 propõem a interação com as escolas e as práticas de educação patrimonial – a promoção de ações educativas para patrimônio – e os itens 2.3.1 e 2.3.2 tratam da inclusão do patrimônio cultural na educação formal. A capacitação de agentes para essas ações encontra-se no item 2.7.16. O acesso universalizado a partir de ações educativas foi proposto no item 3.1.5 e a inclusão de diversos atores nestas práticas no item 3.4.6. Ou seja, a PNC contempla de forma ampla os arquivos e as ações educativas patrimoniais. Sua vigência era até 2020, mas foi prorrogada até dezembro de 2022, pelo atual presidente da República, em 2 de junho de 2021.

O Plano Setorial de Arquivos (2016-2026) é composto por três grandes eixos, são eles: eixo I – interação dos SINAR com o SNC; eixo II – arquivos, cidadania, diversidade e direitos culturais; e o eixo III – arquivos, consolidação da economia cultural e desenvolvimento socioeconômico. São trinta e nove metas no total e cada uma com seu indicador. O colegiado para formulação do plano teve início em 2011 e foi composto por trinta membros da sociedade civil eleitos democraticamente.

O PSA trabalha nas vertentes administrativa e histórica do arquivo, privilegiando ações para o fortalecimento da gestão de documentos, formação profissional, ampliação de visibilidade junto à sociedade, bem como de ações que reafirmam o papel dos arquivos na cultura nacional, práticas de educação patrimonial, ampliação de seus usos e usuários e adequação das instituições para práticas mais sustentáveis. Foi uma política da área de arquivos formulada pelo período de cinco anos por membros voluntários eleitos e sua minuta foi aberta à consulta pública.

Foi dentro deste contexto de pausa e construções de políticas democráticas que se iniciou a formulação do nosso marco empírico, a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), aprovada em 30 de novembro de 2017, após sete anos de discussão na área. A PNEM é resultado de um trabalho coletivo, que contou com mais de vinte e três encontros presenciais regionais e consultas virtuais. Esta estabelece em seu artigo primeiro parágrafo único:

É um conjunto de princípios e diretrizes que tem o objetivo de nortear a realização das práticas educacionais em instituições museológicas, fortalecer a dimensão educativa em todos os setores e subsidiar a atuação dos educadores.<sup>15</sup>

A política visa nortear as ações educacionais nos museus e consolidar a atuação dos educadores museais, ou seja, propõe uma atuação ampla nas práticas educativas patrimoniais dos museus.

A PNEM encontra-se alinhada com a Política Nacional de Museus, aprovada em 2003, o Plano Nacional de Cultura (2010) e o Plano Nacional Setorial de Museus (2010), resultado do “amadurecimento dos museus e a crescente conscientização acerca da importância de sua função social têm se traduzido na valorização de sua natureza educativa” (ARAÚJO, 2018, p. 7). A educação museal se consolida por meio da política aprovada como uma prática educativa em patrimônio institucionalizada pelo Estado. Cabe destacar que a educação museal é defendida por um grupo de pesquisadores da Museologia como “um campo teórico e profissional ainda em formação” (CASTRO, 2018, p. 196).

Neste sentido, é importante compreendermos o objeto da PNEM a educação museal, pois se encontra dentro das práticas educativas patrimoniais de educação não formal ou integral. Isto é, são ações educativas em espaço fora do ambiente formal, fora do ambiente escolar, e trabalham com o patrimônio cultural. Mas o que vem a ser ação educativa?

---

<sup>15</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto Brasileiro de Museus. “Portaria n. 422, de 30 de novembro de 2017. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal -PNEM e dá outras providências.

### 2.3 Ações educativas patrimoniais

Paulo Freire (1996, p. 24) descreve a ação educativa como um processo dialógico entre os participantes, que deve criar “possibilidades a sua produção ou sua construção”. Não é uma transferência de conhecimento, mas um processo que leva em consideração as particularidades dos participantes, a sua identidade cultural, por isso é democrática, interdisciplinar, horizontal e promove um ambiente de troca, no qual, “o educando vai aprendendo, à custa de sua prática mesmo, que sua curiosidade, como a sua liberdade deve estar sujeita a limites, mas em permanente exercício. Limites eticamente assumidos por ele” (Ibidem, p. 82) e que favorecem uma visão crítica em que os integrantes se percebem como sujeitos da sua história.

Tais práticas podem acontecer em diversos ambientes e com objetivos plurais. Trataremos as ações pedagógicas que trabalham com patrimônio, que se apresentam em algumas vertentes como: a educação patrimonial, educação para o patrimônio, educação com o patrimônio, educação museal e ações educativas nos arquivos.

As ações educativas patrimoniais iniciam-se de forma mais sistematizada na década de 1930. No Brasil, tais práticas foram inauguradas pelos museus com a criação de um setor educativo no Museu Nacional, idealizado por Roquette Pinto, em 1927 (CASTRO, 2018). O anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional apresentado por Mário de Andrade, em 1936, também previa a promoção de ações educativas, mas foi em 1958, com a realização do Seminário Regional da Unesco – uma parceria do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, pertencente à Comissão Nacional de Folclore, com a Unesco Brasil – que a função educativa dos museus foi então debatida de forma ampla pela área. O evento aconteceu durante vinte e quatro dias, de forma itinerante e com visitas em quinze museus nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Petrópolis, Ouro Preto e Sabará. O seminário privilegiava a relação do museu com o público escolar. Mário Chagas (2019, p. 21) destaca que foi um ambiente de disputas e divergências entre educadores e funcionários dos museus, pois a visão apresentada era “hegemônica de origem europeia”.

O primeiro seminário sobre o “Uso educacional de museus e monumentos”, foi realizado em 1983, por Maria de Lourdes Parreira Horta, no Museu Imperial. Ocorreu a “introdução no Brasil da expressão Educação Patrimonial como uma metodologia

inspirada no modelo da *heritage education*, desenvolvido na Inglaterra” (IPHAN, 2014, p. 13). Sua difusão foi ampliada com a publicação do Guia básico de Educação Patrimonial (1999), publicado pelo IPHAN e organizado por Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grünberg e Adriane Queiroz Monteiro. A educação patrimonial é apresentada como uma metodologia, pautada em etapas de observação, registro, exploração e apropriação. Esta deveria ser um processo permanente e sistemático, resultado do contato direto com a fonte primária, estimulando o conhecimento, a apropriação e a valorização do patrimônio, “num processo contínuo de criação cultural” (HORTA; GRÜNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6). O Guia básico é considerado por alguns autores como a principal obra de fundamentação teórica do tema, perspectiva questionada por Mário Chagas (2006) e por Gabriel Fernandes, João Demarchi e Simone Scifoni (2019).

A definição de educação patrimonial elaborada por Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grünberg e Adriane Queiroz Monteiro (1999, p. 6, grifos meus), copiada abaixo, foi adotada pelo IPHAN por um período:

Trata-se de um processo **permanente e sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-o para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo **de criação cultural**.

Para Denise Grinspum (2000, p. 30), as ações educativas patrimoniais apresentadas até então evidenciavam algumas lacunas, principalmente quando aplicadas a museus de arte. A autora propõe um conceito que possa atender a museus de qualquer natureza, ao sugerir o conceito de educação para o patrimônio como:

[...] formas de mediação que propiciam aos diversos públicos a possibilidade de interpretar objetos de coleções dos museus, do ambiente natural ou edificado, atribuindo-lhes os mais diversos sentidos, estimulando-os a exercer a cidadania e a responsabilidade social de compartilhar, preservar e valorizar patrimônios com excelência e igualdade.

A prática deve trabalhar com a interação de seus públicos e não públicos, ou seja, os frequentadores direcionados e o público espontâneo. Ações que promovam

uma multiplicidade de interpretações e sentidos, favorecendo assim a preservação e a valorização do patrimônio.

Magaly Cabral (2004, p. 41, grifos meus) chama a atenção para a confluência de memória, patrimônio e educação, questionando o lugar do patrimônio na educação. Neste sentido, a autora propõe uma educação com o patrimônio, prática que também deve considerar a inclusão social e conter os seguintes objetivos:

- buscar trazer a sua ação o que o bem cultural pode oferecer para uma discussão a respeito da relação do indivíduo com a realidade;
- buscar a identificação de significados e sentidos, num contexto que é diferente para o educando, já que as percepções e identificações de significados e sentidos variam de acordo com as experiências passadas de cada um, vivenciadas dentro de seu contexto histórico-social;
- tratar o bem cultural propondo hipóteses sobre o que significa para o indivíduo, buscando um movimento de recriação e reinterpretação das informações, conceitos, significados e sentidos nele contidos.

**Defendo que a educação com o patrimônio possa pensar em ter como metodologia a criação de uma narrativa que provoque o diálogo com o indivíduo, baseada nas experiências de ambos, respeitando suas histórias de vida, considerando o “educando” como sujeito histórico-social.**

A proposta de Cabral se estrutura nas propostas de Paulo Freire e nas questões levantadas por Mário Chagas, que apresentam uma prática dialógica e consideram tanto o educando como o educador, pois estes possuem o “mesmo valor e o mesmo aporte” (Ibidem, p. 40), envolvendo uma educação para a cidadania.

O IPHAN publicou em 2014 a obra Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos, que demonstra o percurso da educação patrimonial dentro da instituição e apresenta uma nova conceituação:

a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (IPHAN, 2014, p. 19).

A EP é então fruto de um trabalho coletivo, que respeita e considera os envolvidos em uma dimensão plural, com o foco no patrimônio cultural. A portaria n. 137, de 28 de abril de 2016, trata das diretrizes de educação patrimonial no âmbito do

IPHAN e das Casas de Memória, e apresenta uma definição quase idêntica à anterior, mas mais objetiva em seu art. 2º, ao designar:

Entende-se por Educação Patrimonial todos os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que tem como foco o Patrimônio Cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para sua preservação.

Parágrafo único. Os processos educativos devem primar pelo diálogo permanente entre os envolvidos e pela participação efetiva das comunidades.<sup>16</sup>

Esta é a definição utilizada atualmente pela instituição: uma ação educativa com foco no patrimônio, coletiva e dialógica. Por meio desta portaria o IPHAN institucionaliza as ações de educação patrimonial a ser aplicada, em especial, nas Casas de Memória. Cabe ressaltar que na Política de Patrimônio Material do IPHAN (PPCM), aprovada em 19 de setembro de 2018, pela portaria n. 375, a educação patrimonial é apresentada como a primeira diretriz aplicável aos processos institucionais, pois esta possui um “caráter transversal, deve contribuir para a construção participativa dos demais processo de preservação do patrimônio cultural material”.<sup>17</sup> Além disso, de acordo com a PPCM, a educação patrimonial colabora com os seguintes pontos:

I. A construção participativa e democrática do conhecimento; II. A criação de canais de interlocução com a sociedade; III. A participação efetiva da sociedade nos processos de preservação; IV. O respeito à diversidade cultural; V. A articulação institucional, e VI. A compreensão do papel do Estado e da PPCM.

Alguns autores, dentre os quais como Janice Gonçalves (2014) e Simone Scifoni (2017), questionam a disputa conceitual nas ações educativas patrimoniais, pois alegam que não há um debate na área para a constituição de um arcabouço conceitual fundamentador de um campo de reflexão (SCIFONI, 2017, p. 6). Simone Scifoni (2017) convida a área a repensar sua conceituação, partindo da realidade atual do patrimônio cultural nacional, considerando as novas práticas e as novas perspectivas desse patrimônio. Para Janice Gonçalves (2014), além da disputa, deve-

---

<sup>16</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN. “Portaria n. 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio”.

<sup>17</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. “Portaria n. 375, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências”, p. 5.

se ter em mente que as ações educativas patrimoniais sejam dialógicas, desnaturalizem o patrimônio, promovam a dessacralização do acervo patrimonial e proporcionem a valorização da pluralidade das diversas instâncias do patrimônio cultural, compreendendo suas especificidades. Ela convida as instituições de ensino superior para auxiliar neste processo de estruturar os pontos que ainda não foram discutidos de forma estruturada.

A educação museal aqui pensada engloba uma visão ampliada das conceituações apresentadas e a visão de Magaly Cabral (2004) e é definida como “um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade”.<sup>18</sup> Ao analisarmos o verbete “educação museal” no Caderno da PNEM, é possível identificar uma prática “que contempla um conjunto integrado de planejamento, sistematização, realização, registro e avaliação dos programas, projetos e ações educativas museais – quanto de um campo científico” (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2018a, p. 73). Ou seja, falamos de ações estruturadas e sistematizadas, que visam um processo constante de aprimoramento, com objetivo de uma formação crítica e integral dos indivíduos. A educação museal é uma prática consciente do educador com os mais diversos públicos, suas diretrizes estão expressas na PNEM e ela também pode ser realizada por outras instituições, além das museais. O foco sai do patrimônio para o sujeito, sendo o patrimônio uma via.

#### 2.4 Ações/serviços educativos nos arquivos

Temos as ações educativas em arquivos como uma outra via de ações educativas patrimoniais. O uso dos arquivos em ações educativas data do meio do século XIX. Na Inglaterra, o uso de documentos nas escolas foi recomendado em torno de 1850, mas considera-se a ação do governo belga como o início das ações educativas em arquivos, quando, em 1880, o ministério solicitou que as escolas organizassem visitas aos arquivos do país. A França, em 1912, emitiu uma circular para que os estudantes universitários, futuros professores e potenciais usuários para

---

<sup>18</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto Brasileiro de Museus. “Portaria n. 422, de 30 de novembro de 2017. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal -PNEM e dá outras providências”.

o ensino da história visitassem os arquivos. O primeiro serviço educativo em arquivos iniciou suas atividades na França em 1950. Sua ideia inicial era fornecer uma cooperação sistemática entre arquivista e educadores, favorecendo o uso educacional das pesquisas nos arquivos (FRANZ, 1986).

Em 1954, ações educativas e de ensino foram o tema do Primeiro Congresso Internacional de Arquivos realizado em Paris (PÉREZ HERRERO, 2006).

Os primeiros estudos sobre o assunto foram publicados nos anos 1950, inaugurados por W. E. Tate (1949). O autor pondera sobre o uso dos arquivos em sala de aula e a importância dessa vivência no desenvolvimento dos alunos, principalmente no ensino das histórias locais. Régine Pernoud (1951) descreve o uso das exposições nos arquivos e sua possibilidade de chegar a um público mais amplo, considerando a perspectiva educativa da ação. Michel Duchein e Régine Pernoud (1955) descrevem a reunião presidida por Braibant, o então diretor do Arquivo Nacional da França, que avaliou as ações dos serviços educativos entre 1954 e 1955 e definiu novas práticas, destacando a ausência de colaboração do departamento de Educação. Cabe também mencionar o texto de Hugh A. Taylor (1972, p. 330), que apresenta uma crítica à experiência das exposições, por considerá-las passiva, e sugere a educação por meio da vivência, a partir da qual os alunos seriam instigados a compreender os arquivos, formulando suas próprias perguntas a fim de chegarem às suas conclusões, o que ele intitula de “*learn how to learn*”.

Na década de 1980 teve início a publicação do *International Journal of Archives*, do ICA. Em sua primeira edição, o editor-chefe James O’Neil citou as sete áreas comuns na Arquivologia no mundo: “direction and planning, conservation, records management, buildings and equipment, automation, reprography and **education and training**” (O’NEIL, 1980, p. 5, grifo meu). Tais temáticas seriam contempladas na publicação por tratarem de assuntos comuns no fazer arquivístico mundial. Chama a atenção o tema educação e ensino – educação abordaria as práticas realizadas nas instituições com viés pedagógico e o ensino referia-se à capacitação das práticas arquivísticas.

Ao verificar os artigos contidos nesta edição dessa revista, destaca-se a publicação de Michel Cook, intitulada “Teaching with Archives” (1980). O artigo aborda as várias atividades exercidas no programa do Reino Unido, que atendia a crianças e adolescentes, e propôs uma interação entre os participantes e o acervo da instituição

a fim de compreenderem a importância do arquivo e das fontes primárias e que desenvolvessem habilidades de pesquisa: essas atividades são consideradas ações educativas.

A Unesco criou nos anos 1980 o programa *Records and Archives Management Programme* (RAMP). Com o objetivo realizar estudos, projetos e difundir as melhores práticas da área na época, visava a integração dos sistemas de informação nacionais, modelo UNISIST. O estudo de Peter Walne (1985) apresentou a bibliografia básica pós anos 1950 para as práticas arquivísticas e levou em consideração as funções arquivísticas, bem como as novas tecnologias e a perspectiva internacional da área. Sendo assim, a seção IX era referente a exposições, serviços educativos e relações públicas e cinco artigos eram citados, entre eles o de Michel Cook (1980).

Em 1986, foi publicado um estudo RAMP específico sobre arquivos e educação, assinado por Eckhart Franz. A publicação era descrita como um guia e foi dividido em nove seções. O objetivo central apresentado foi o ensino por meio dos arquivos. O autor considerou a difusão como uma função arquivística e destacou a relevância do arquivo como patrimônio cultural. Ressaltou também a educação como um processo que perpassa toda a vida e reafirmou a importância da aproximação do arquivo com o público escolar, sem perder de vista a adaptação das ações para todos os públicos. O guia descreve a estrutura necessária e o perfil da equipe de trabalho e sugere atividades a serem desenvolvidas pelas instituições. Estes estudos reafirmam as ações educativas nos arquivos como parte das funções arquivísticas como um ramo da difusão.

Na década de 1990, Heloísa Bellotto publicou no Brasil, em 1991, *Arquivos permanentes: tratamento documental*, livro no qual o capítulo quatorze é dedicado à “difusão editorial, cultural e educativa em arquivos”. Para Bellotto, a ação educativa em arquivo é uma das vertentes da difusão, ou seja, a difusão é uma atividade integrante da gestão de documentos, ratificada pela visão de Jean-Yves Rousseau e Carol Couture (1998).

Heloísa Bellotto (2006, p. 240) afirma que a difusão se divide em três tipos: editorial, cultural e educativa. A editorial refere-se às publicações da instituição; a ação cultural consiste em diversos projetos culturais, como por exemplo exposições, efemérides, palestras, simpósios; a ação educativa são atividades com viés pedagógico, que não estão limitadas à parceira arquivo-escola, mas também

contemplam o que a autora denomina “educação popular”, pois propõe atender ao cidadão e pode “desenvolver nele o senso crítico e a compreensão solidária por aquilo que o rodeia”. Ela ainda ressalta ainda que os serviços de assistência educativa são “inerentes aos arquivos públicos, mas afloram circunstancialmente” (Ibidem, p. 231) e estes devem ser norteados por uma política de ação educativa da instituição.

Um programa de educação arquivística foi a proposta de Gabrielle Blais e David Enns (1991), que afirmam que, no Canadá, os anos 1980 levaram os arquivistas a considerarem os serviços de atendimento ao público de forma diferenciada com a comercialização da cultura, pois os patrocinadores desejavam uma maior participação popular como forma de retorno aos investimentos realizados. Sendo assim, sugeriram que as ações contassem com quatro componentes: uma visão abrangente do que viriam a ser as ações com público, nas quais a imagem dos arquivos deveria ser trabalhada; um arquivo vibrante e acessível que, segundo a conscientização, precisaria considerar o contexto social dos arquivos, com ações com público escolar e o ensino de como utilizar os arquivos, permitindo ao usuário uma maior independência nos possíveis usos dos arquivos; programas frequentes de educação arquivística e, por último, os arquivistas deveriam melhorar os instrumentos de pesquisa e os serviços de referência, reavaliando os padrões vigentes. Esperava-se com essas ações restabelecer e também manter o vínculo com a sociedade.

As publicações dos números 27 (2000) e 31 (2002) da revista *Ciências & Letras* apresentaram debates importantes no campo do patrimônio, englobando gestão cultural, pesquisa, arquivos, museus e educação patrimonial. Na área dos arquivos, destacamos os textos de Heloísa Bellotto (2000) sobre o patrimônio documental e as ações educativas nos arquivos. Luís Carlos Lopes (2002) reflete sobre o lugar dos arquivos na cultura brasileira. Teresa Jussara Luporini (2002) exemplifica os mais diversos suportes documentais e de que formas estes podem ser utilizados nas práticas de educação patrimonial. Heloísa Bellotto (2002) demonstra as relações da sociedade com o arquivo.

Com uma linha voltada para as ações educativas dentro das práticas culturais temos Fugueras et. al. (2001). Para esses autores, entre suas práticas os serviços educativos precisam: difundir, divulgar e orientar sobre os fundos documentais e seu funcionamento; possuir como função social a garantia dos direitos dos cidadãos, pois

são centros importantes de conservação do patrimônio histórico e cultural; e fomentar o conhecimento e o respeito ao patrimônio documental através dos serviços públicos.

Morrad Benxayer (2009) fez a avaliação dos serviços educativos franceses e destacou a mudança do foco de público ocorrida nos anos 1980: antes centrado, quase que exclusivamente, no público escolar e nos últimos anos voltado para um público diversificado, associando práticas com ações culturais. No caso do Brasil, os serviços oferecidos, com exceção do Arquivo Nacional, são gratuitos e contam com atividades como: visita aos arquivos, seminários, exposições com viés pedagógico, oficinas temáticas, publicações, ônibus-arquivo para atender às regiões mais distantes e sítio eletrônico que implementa e difunde as práticas educativas.

No relatório analisado por Benxayer referente ao contexto francês nos anos de 2006 e 2007. Houve uma queda de 20% no número de pessoas atendidas nos arquivos municipais na comparação entre 2007 e 2006 e um aumento de 55,7% no número de visitação fora do horário escolar. Ocorreu também uma redução das horas dedicadas pelos professores a essas atividades, enquanto os *websites* tiveram um aumento de 20% nos acessos. Benxayer chama a atenção para necessidade de aumentar os recursos humanos e financeiros, cabendo ao Estado o apoio no fortalecimento da parceria entre arquivos e o departamento de educação. Ele ainda sugere que os arquivos auxiliem no ensino da arte e cultura de maneira transdisciplinar.

Em 2011 aconteceu a I Conferência Nacional de Arquivos, que contou com mais de 450 participantes das cinco macrorregiões do país. Foram debatidas estratégias e ações para subsidiar uma política pública para área. O comitê organizador dividiu as temáticas em seis eixos, que passaram por consulta pública. Uma comissão organizadora foi instituída para orquestrar todo processo. Ela foi subdividida em três grupos de trabalho, os temas passaram por etapas de consulta regional, nacional e plenárias nacionais para sua aprovação. A metodologia foi aprovada pelos participantes, indicando a construção plural e democrática desse evento. Embora aprovada, a metodologia não chegou a ser implementada, como reivindicam constantemente o CONARQ sempre que uma legislação da área entra em discussão. Evidenciamos aqui proposta três do eixo “acesso aos arquivos, informação e cidadania”:

**Promover os arquivos públicos como espaços de conhecimento e cidadania por meio de: criação e implementação de serviços de difusão, educativos e culturais como um canal de diálogo com a sociedade e mudança de paradigma da imagem dos arquivos;** pesquisa de perfil dos usuários para orientação de melhorias nos serviços prestados e criação de estratégias de difusão do acervo; divulgação dos serviços de maneira ampla e ágil aproveitando os recursos tecnológicos atuais de comunicação; contratação de equipes multidisciplinares ; qualificação de espaços e profissionais de arquivos para atender aos usuários respeitando suas necessidades e possibilitando o acesso dentro do conceito de acessibilidade universal. Recomenda-se que essas ações sejam implementadas a curto e médio prazo.<sup>19</sup>

Tal proposta ratifica que há um entendimento da área sobre a necessidade de mudança nos arquivos, mas tais ações não são evidenciadas em grande escala. Apenas algumas instituições possuem atividades pontuais nesse sentido.

*Archival pedagogy* foi a proposta de Taiguara Villela Aldabalde (2012, p. 198), definida como “explorar o valor informativo dos arquivos utilizando os mesmos para fins didáticos com o método de aprendizagem associativa a outras metodologias educativas”. Neste artigo o autor faz um breve panorama da área no Brasil e sugere uma lista de bibliografias para quem deseja aprofundar-se no tema e também apresenta três lacunas, são elas: 1) ausência de literatura nacional, e uma predominância de publicações de Bellotto; 2) inexistência de capacitação sobre o tema, seja em disciplinas na graduação de Arquivologia ou em cursos específicos; e 3) a falta de eventos sobre a temática.

Outra publicação que se destaca é a revista *Acervo* (v. 26, 2012), número intitulado “Difusão cultural em arquivos”, com quatro artigos que perpassam tratam do diálogo entre as difusões educativa e cultural. Entre os trabalhos apresentados na revista, destacamos Rosimeire Mendes Cabral (2012) e Annick Pegeon (2012). Rosimeire Mendes Cabral (2012, p. 39) reafirma o arquivo como fonte de difusão cultural e educativa, salientando o trabalho de Henriques (2011 apud Cabral, 2012) sobre a importância de uma política institucional para o sucesso das atividades realizadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Portugal, ao afirmar “o programa educativo faz parte da política institucional [...] como chave para melhoria da qualidade do ensino e a difusão cultural propiciada pela instituição arquivística”. Annick Pegeon (2012) comenta a disciplina ministrada pelo Arquivo Nacional da

---

<sup>19</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Conselho Nacional de Arquivos. **Relatório da I Conferência Nacional de Arquivos** – I CNARQ. Brasília: Ministério da Justiça, 2012, p. 45, grifo meu.

França, intitulada “Arquivo”, na qual os alunos do liceu têm contato direto com o acervo em diversas perspectivas. A disciplina é transdisciplinar e trabalha na convergência entre as ciências humanas e experimentais.

Como desdobramento do Plano Nacional de Cultura, o Colegiado Setorial de Arquivos (CSA) foi instituído em 2011. O CSA foi eleito democraticamente em mandatos de dois anos, composto por cinco representantes do poder público e quinze da sociedade civil, mais os suplentes. O Colegiado visava atender à ação 2.21 e à meta 46 do PNC para formulação de políticas específicas em dezenove setores culturais. As políticas deveriam ser baseadas em processos de consulta e participação da sociedade. O CSA teve reuniões entre 2011 e 2016 e possuía regimento interno. O Plano foi aprovado em 2016 e sua vigência iria até 2026.

As ações educativas foram consideradas por todo o documento. O PSA tem três eixos, dentre os quais destacamos o eixo dois do plano, intitulado “arquivos, cidadania, diversidade e direitos culturais”, que contempla quatro objetivos e dez metas. Sua justificativa evidencia a importância cultural dos arquivos, sua garantia constitucional no art. 216, a defesa da sociedade e seu uso exercício da cidadania:

[...] **para produzir uma consciência social que conceba esses documentos como patrimônio nacional**, faz-se necessário ampliar o número de usuários e visitantes nessas instituições. **A difusão cultural e a educação patrimonial são mecanismos que promovem a integração e a interação arquivo-escola, arquivo-comunidade**[...].<sup>20</sup>

Neste contexto, foram definidos quatro objetivos, onze metas e onze ações. O objetivo três visa “**promover ações de educação patrimonial** por meio da integração das instituições arquivísticas e centros de memória e documentação com escolas e grupos comunitários”.<sup>21</sup> Como meta estipula a criação de programas com ênfase no público escolar em pelo menos 50% das instituições.

A estratégia 3.1 propõe o desenvolvimento de uma política nacional de educação patrimonial em instituições arquivísticas e centros de memória e documentação, integrando MinC, MEC e demais ministérios nas três esferas. A 3.2 visa “estimular a presença de profissionais de educação patrimonial nas instituições arquivísticas e centros de memória e documentação”. A 3.3 visa “criar iniciativas

---

<sup>20</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Conselho Nacional de Política Cultural. Colegiado Setorial de Arquivos. **Plano Setorial de Arquivos (2016-2026)**. Brasília: Ministério da Cultura, 10 de maio de 2016, p. 11, grifo meu.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 15, grifo meu.

integradas de capacitação de profissionais de arquivo com foco em ações educativas”.<sup>22</sup> Como ações temos: promoção publicitária da relevância do arquivo para cultura e cidadania; criação de programas de educação patrimonial institucionalizados e com dotação orçamentária; criação de redes para interação de profissionais, interessados e sociedade civil, com estímulo à democratização da pesquisa e do conhecimento produzido; cooperação técnica e intercâmbio com instituições de ensino superior; formação dos profissionais e criação de disciplinas nas grades curriculares.

Com a mudança de governo em 2016 depois do impeachment de Dilma Roussef, seguida da posse de Michel Temer e eleição de Jair Bolsonaro em 2018, as ações do PNC foram desaceleradas e sua vigência estendida até dezembro de 2022. O MinC foi extinto e se tornou uma secretária especial dentro do Ministério do Turismo, o que dificultou a implementação das propostas do PSA e do PNC. Não foi possível a execução do PSA, seu principal fruto é a Semana Nacional de Arquivos que em 2021 realizou sua quinta edição, com apoio do Arquivo Nacional.

Dentro do VII Congresso Nacional de Arquivologia, realizado em Fortaleza (CE) entre os dias 17 e 21 de outubro de 2016, aconteceu o I Simpósio de Arquivos & Educação. As responsáveis pela organização do evento foram a Profa. Dra. Ivana Parrela ECI/UFMG e a Profa. Dra. Adriana Koyama FE/Unicamp, coordenadoras do grupo de pesquisa “Arquivos, Educação e Práticas de Memória: diálogos transversais”. Desde então o evento acontece anualmente, quatro livros foram publicados com os trabalhos apresentados, perfazendo um total de quarenta e oito artigos, entre 2016 e 2019. No ano de 2020 o evento aconteceu pela primeira vez em ambiente totalmente virtual, em função do período pandêmico. Salientamos que as interseções entre arquivo e educação são plurais, neste sentido os trabalhos apresentados no simpósio não se restringem a ações educativas em instituições arquivísticas. Além do congresso, também temos outro grupo de pesquisa cadastrado no CNPq que se debruça sobre a temática, o grupo "Educação em Arquivos: experiências e contexto plurais" - UNIRIO/CNPq –EducAr, coordenado pela Profa. Dra. Priscila Ribeiro Gomes. Esse grupo realizou em 2019 o I Seminário Educação e Arquivos: experiências arquivísticas no contexto educacional, na UNIRIO.

---

<sup>22</sup> Ibidem, p. 16.

Cabe ressaltarmos dois artigos recentes, um de autoria Renato Venâncio (2021) e outro de Ivana Denise Parrela (2021). Ambas as publicações fazem parte da obra *Fazendo História Pública* organizada por Benito Bisso Schmidt e Jurandir Malerba e que traz diversas perspectivas práticas possíveis na construção da história pública. Dentre as vertentes apresentadas, o arquivo foi destacado, pois os “profissionais da pesquisa histórica tendem a tomar os arquivos como lugares da produção de sentido sobre o passado. Mas arquivos podem ser e são, mais que isso, **lugares de interações diversas e intensas com o público**” (SCHMIDT; MALERBA, 2021, p. 13, grifo meu): são essas as interações discutidas por Venâncio e Parrela.

O trabalho de Renato Venâncio (2021) analisa o projeto desenvolvido pelo Arquivo Nacional Americano, intitulado “*Citizen Archivist Program*”, que disponibiliza algumas ferramentas para que os usuários auxiliem a instituição no tratamento do seu acervo, em especial o textual, com digitalização, criação de *tagging*, transcrição e uso de redes sociais. Há fóruns para retirada de dúvidas, material sobre a prática arquivística e paleografia. Todas as ações visam a participação colaborativa do cidadão. De acordo com Venâncio, é uma possibilidade que pode ser adotada pelas instituições nacionais, que possuem grandes acervos e pouca infraestrutura. A participação social pode ser uma via para se ter o reconhecimento da relevância dos arquivos para sociedade.

Ivana Denise Parrela (2021) reflete sobre a função de difusão das instituições arquivísticas e a possibilidade das ações educativas. Neste sentido, a autora convida o historiador a rever o uso dos arquivos para além das fontes, questionando-as, discutindo sua relevância para a construção de identidades culturais e memórias coletivas. Ela enfatiza que o arquivo não contém o debate, mas fornece subsídios para debater e tentar compreender o tempo presente, considerando a vivência e o interesse de cada cidadão.

Apesar do simpósio e dos grupos de pesquisa, Marie-Josée Courchesne (1998-1999), Taiguara Villela Aldabalde (2012), Sandra Patrício (2016), Leandro Jaccoud (2018), Jonathan Mukwevho (2018) e Alexandra Vidal e Luísa Alvim (2019) chamam a atenção para a ausência de uma literatura ampla sobre arquivos e educação. Foi possível observar, até o momento de conclusão desta pesquisa, que há literatura que foca na difusão de práticas e ausência da discussão teórica do que vêm a ser ações educativas em arquivos.

Marie-Josée Courchesne (1998-1999) destaca os estudos sobre práticas educativas nos arquivos, divididos em duas linhas: autores que as entendem como a relação arquivo-escola e autores que compreendem a ação educativa como integrante das ações culturais, tendência na América do Norte e em alguns países europeus. Outros autores mesclam as duas possibilidades. A autora ainda destaca a existência de um consenso das ações educativas como uma função arquivística, ponto possível de ser confirmado uma vez que os estudos de James E. O'Neil (1980), Peter Walne (1985) e Eckhart Franz (1986) também contemplam esta perspectiva.

Ao analisarmos as definições existentes foi possível identificar que a ação educativa em arquivos é definida no Dicionário de Terminologia Arquivística (DIBRATE), organizado por Camargo e Bellotto, como serviço educativo, um “conjunto de atividades pedagógicas realizadas com o objetivo de divulgar o acervo e iniciar o público na sua utilização. 2 Unidade administrativa encarregada do serviço de referência”.<sup>23</sup> O DIBRATE define serviço educativo como “modalidade de serviço de apoio cultural que visa iniciar o público escolar na utilização do arquivo. Termos equivalentes: educational service (I); service éducatif (F); departamento de referencia y difusión (E)”.<sup>24</sup>

No *Multilingual Archival Terminology*, do Conselho Internacional de Arquivos, os termos “educational service”, “service éducatif”, “action éducative”, “serviço educativo”, “ação educativa”, “departamento de referencia y difusión” não foram localizados. O termo “education” consta na descrição do termo “conservation”, ao designar o profissional da preservação.<sup>25</sup>

As definições nacionais variam entre as duas vertentes apontadas por Marie-Josée Courchesne (1998-1999) e a inexistência de um conceito no dicionário do ICA demonstra uma lacuna na área que precisa ser mais bem discutida. Para esta pesquisa optamos pela definição do DIBRATE, apesar de considerá-la limitante, se ponderarmos a conceituação de Paulo Freire (1996) sobre a ação educativa.

---

<sup>23</sup> ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 154.

<sup>24</sup> CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura, 1996, p. 69.

<sup>25</sup> INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). **Dictionary of Archival Terminology**. (Draft Third Edition/DAT III, 1999).

Utilizaremos o termo ação educativa por ser o mais usual dentro dessa temática, mas compreendemos a importância de utilizar a nomenclatura única como forma de criar uma identidade para a prática.

Ao refletir sobre a relação arquivo e sociedade, Heloísa Bellotto (2017, p. 141) destaca as políticas e as ações voltadas para a cultura e para a educação como uma via de se chegar à sociedade. Ressalta, também, os programas e estudos sobre educação patrimonial realizados pelos museus e sugere “que os arquivos podem passar a alinhar-se, utilizando metodologias semelhantes para alcançar um objetivo que, afinal, é o mesmo dos museus: o contato entre cidadão – o atual e o futuro – e sua herança cultural”.

Marie-Josée Courchesne (1998-1999) realizou uma pesquisa sobre as interseções entre ações educativas nos arquivos e nos museus. O primeiro ponto evidenciado pela autora refere-se à diferença entre as duas áreas no entendimento da educação e suas funções, enquanto os museus a compreende como missão da instituição, nos arquivos o papel educativo é extrínseco. O segundo ponto tange sobre as distintas estratégias para desenvolvimento de ações de difusão, já que nos arquivos há a necessidade de mediação dos instrumentos de pesquisa, pois nem sempre são facilmente compreendidos, ao contrário do que acontece nos museus. O terceiro ponto diz respeito ao desenvolvimento teórico e prático das ações educativas que foi realizado pela museologia e na arquivologia não foi identificado. Por último, a diferença do objeto: no arquivo é a informação orgânica registrada, enquanto nos museus são coleções de objetos em sua maioria tridimensionais. Para Courchesne, nenhum destes pontos são fatores que excluem o uso do método educacional dos museus, pelo contrário, cabe aos arquivistas, considerando as particularidades do objeto arquivístico, trabalhar a fim de identificar as possibilidades de atuação diante das práticas estudadas e comprovadas da Museologia, bem como promover o debate para uma conceituação real do termo, visto que existe uma relação de complementariedade entre as áreas.

Entendemos assim que, ao estudarmos a PNEM, não estamos desconsiderando as particularidades de cada instituição, mas sim reafirmando as convergências entre arquivos e museus, refletindo de forma ampliada as ações educativas patrimoniais e como os arquivos podem consolidar e sistematizar tais

práticas, considerando a importância da institucionalização dos serviços educativos na estrutura organizacional da instituição arquivística.

As atividades educativas no Brasil tiveram início em 1921, no Arquivo Público Mineiro, ao ofertar “as aulas para mocidade” (PARRELA, 2013). Apesar de um século do seu início, os debates sobre as abordagens e a sua aplicação nos arquivos ainda é pouca. Ao analisarmos as estruturas das instituições arquivísticas estaduais do sul e sudeste do país, das sete instituições apenas duas – São Paulo e Rio Grande do Sul – possuem departamento específico para execução das atividades educativas.

Além das questões apontadas, ao examinarmos as publicações existentes sobre o tema foi possível identificar ações para dois públicos: o público escolar e o público em geral (BELLOTTO, 2006; BELOTTO, 2017). No caso Brasil, duas abordagens não excludentes se destacam, uma que utiliza a educação patrimonial e outra a educação para sensibilidades. Apontaremos então alguns estudos que versam sobre as duas vertentes.

O uso dos arquivos nos seus diversos suportes para ação de educação patrimonial em projeto de educação básica foi a proposta apresentada por Teresa Jussara Luporini (2002), quem descreve os suportes (fotografia, filme, imprensa), a metodologia história oral e as possibilidades de atuação para valorização da memória e história, com ênfase na história local, concluindo que o uso do patrimônio promove questões de cidadania. A educação patrimonial nos arquivos também foi sugerida por Heloísa Bellotto (2006), quem afirma que a experiência museal pode contribuir para as ações nos arquivos. Renata Fratini (2009, p. 1) afirma que

A ação educativa patrimonial é essencial para a preservação e a legitimação do patrimônio público pertencente a uma cidade, estado e nação. Essa prática está relacionada diretamente com a formação dos cidadãos, com o exercício da cidadania, da democratização e apropriação da cultura, na qual o patrimônio documental está inserido. A ação educativa em arquivos mostra-se uma ferramenta importante no contexto social brasileiro para um aprendizado diferenciado.

Fratini utiliza a proposta de Horta, Grunberg e Monteiro (1999) para educação patrimonial, definição adotada pelo IPHAN à época. Ela ainda destaca a ausência da discussão na Arquivologia, a resistência das práticas pelos arquivistas e o uso restrito dos arquivos focado no exercício acadêmico, no qual as ações educativas patrimoniais auxiliariam justamente na ampliação e no envolvimento da sociedade

com o arquivo, gerando uma relação entre identidade coletiva, educação e formação de cidadãos.

Raphael Ribeiro e Michelle Torre (2012) apresentam as ações realizadas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte a partir da metodologia de educação patrimonial. Os educadores reforçam que os arquivos são capazes de contribuir com os processos educativos, seja na educação formal ou não formal, já que as ações cultivam e fortalecem a relação acervo-comunidade.

Haiké Silva e Andressa Barbosa (2012) apresentam as ações de difusão do Arquivo Público do Estado de São Paulo que tiveram início em 1997 a partir da proposta de Denise Grinspum (2000) de educação para o patrimônio. Nessa instituição, as ações encontram-se inseridas nas atribuições do arquivo, institucionalizando a prática, que teve uma pausa entre 2005 e 2007 e foi retomada em 2008 com o Núcleo de Ação Educativa. Os autores ressaltam a importância da política institucional para sua sistematização e destacam que é por meio da ação educativa que o cidadão interage com os documentos.

O estudo de Ivana Denise Parrela (2013) analisa seis instituições e traça um paralelo entre os arquivos estaduais e os municipais das capitais dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Parrela mostra que alguns arquivos negam a existência de ações, como no caso do Arquivo Público Mineiro, instituição mais antiga entre as analisadas por ela. Outras foram pioneiras em suas ações, como os arquivos de São Paulo. O Arquivo Histórico Moysés Vellinho, no Rio Grande do Sul, tem na sua missão a educação patrimonial e ações para atender a diversos públicos. O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte vem desenvolvendo um trabalho único e pioneiro do qual a autora fez parte. Com ações claras e assertivas, a instituição amplia cada vez mais o seu espaço real na sociedade e se consolida não só como gestora, mas como provedora de cidadania, o que fortalece ainda mais a relação arquivo-sociedade. A autora enfatiza a importância de ações sistemáticas e contínuas, como prevê a definição de educação patrimonial, e sugere o desenvolvimento de atividades que devam enfatizar também as práticas arquivísticas, a importância do documento arquivístico para a garantia de direitos e a realização de ações para além da história, em um trabalho que envolva também os públicos ainda inexplorados.

Leandro Jaccoud (2018) refletiu a educação patrimonial nos arquivos a partir do módulo educativo de jogos digitais no sítio “Escravidão, abolição e pós-abolição”

da Fundação Casa de Rui Barbosa. Essa nova possibilidade de atuação virtual se coloca como uma via para alcançar, em especial, o público mais jovem e ligado em tecnologia. O *síte* tem quatro jogos: o quiz, o jogo da memória, o caça-palavra e o desafio de transcrição paleográfica. A pesquisa apresentou uma avaliação dos alunos que utilizaram os jogos e teve um resultado satisfatório. Os jogos foram considerados desafiadores, divertidos, didáticos e proporcionaram um período de imersão ao usuário. Para além dos jogos, o autor ressalta a inexistência de resoluções no Conselho Nacional de Arquivos sobre o tema. Nesta perspectiva política, Jaccoud evidencia a atuação do colegiado setorial de arquivos do Conselho Nacional de Políticas Culturais, que discutiu e aprovou em 2016 o Plano Setorial de Arquivos. O autor também chama a atenção para uma mudança recente, mas ainda pequena, do aumento de publicações e uma maior aderência dos profissionais da área em relação aos recursos tecnológicos.

Nesse sentido, é interessante destacar o papel dos próprios arquivistas enquanto agentes educadores engajados no processo de aprendizagem dos envolvidos. Para isso, é preciso despertar uma consciência acerca da “integração da função didática com a função arquivística” (BELLOTTO, 2006, p. 232). Pensar essa integração proposta por Bellotto nos coloca diante de

um movimento que pode contribuir para uma mudança na formação desses arquivistas, com base nos currículos dos cursos de graduação, visando o desenvolvimento de competências direcionadas a explorar as possibilidades educativas dos arquivos (RODRIGUES; GOMES, 2019, p. 207).

Outra vertente é a educação pelas sensibilidades, tema trabalhado por Adriana Koyama (2015) e também chamado pela autora de ações voltadas para o conhecimento histórico educacional. Tal viés é marcado pelas contribuições de Walter Benjamin (1985). A autora sinaliza que é possível identificar a educação da sensibilidade nas práticas atualmente executadas nos arquivos. A educação pela sensibilidade compreende o processo de aprendizado pela experiência. “Os sentidos, nessa agenda educativa, são os instrumentos para a aquisição do conhecimento, ou seja, é no contato sensível com os objetos a serem utilizados no ensino que tem-se a garantia da geração do conhecimento” (KOYAMA; BUENO, 2013, p. 4). São práticas que convidam a outras percepções de temporalidade, nas quais passado, presente e futuro se encontram e podem produzir múltiplas narrativas históricas. Ressaltamos

que as metodologias não são excludentes, pelo contrário, podem ser trabalhadas em conjunto.

Para Glaucia Vaz e Renato Venâncio (2018, p. 25), independente de sua abordagem, o desenvolvimento de ações educativas favorece o que eles chamam de “competência em arquivos”, ao estimular a formação de habilidades para uso dos arquivos, formando cidadão mais aptos “na busca da informação e de construção do conhecimento”. Ainda de acordo com esses autores, o arquivo público é

Um instrumento para o desenvolvimento do sujeito crítico, de compreensão do patrimônio, memória e história coletiva, trata-se de um espaço para a promoção de cidadania e para conscientização do que é democracia. É o ambiente da diversidade, visto que os atores sociais são diversos e todos detentores do mesmo direito de compartilhar e usufruir desse espaço e desse patrimônio cultural (Ibidem, p. 25-26).

Eles também destacam a ausência no cenário nacional de sistematização das práticas e a necessidade de uma política pública eficiente.

Ao analisarmos uma parte do período pandêmico, entre março de 2020 e março de 2021, foi possível perceber a necessidade de outras vias de comunicação entre o arquivo e a sociedade. A Semana Nacional de Arquivos acontece no mesmo período da Semana Internacional de Arquivo. A quarta semana foi realizada entre 08 e 14 de junho de 2020, totalmente virtual, teve como tema “Empoderando a sociedade do conhecimento” e contou com palestras, exposições virtuais, seminários, exibição de filmes e curtas, oficinas provenientes de todas as regiões do país. Algumas mesas do evento abordaram a função social do arquivo e as ações educativas, fato que reafirma o crescimento já apontado por Leandro Jaccoud (2018), embora tímido, da presença do tema na área dos arquivos.

Além desse evento, algumas instituições têm migrado suas ações educativas para o ambiente digital, dentre as quais o Arquivo Nacional. A equipe Educação no Arquivo Nacional (Edarq) tem realizado visitas técnicas virtuais e palestras e tem disponibilizado atividades para serem realizadas em casa com as crianças: imagens para colorir, jogo dos sete erros e criptogramas. O Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho fez uma oficina com professores para aplicação de atividade assíncrona com alunos entre 6º e 9º ano. O Arquivo Público de Santa Catarina desenvolveu aulas virtuais para alunos do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, assim como o projeto

“Arquivos da Pandemia” da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), iniciou a coleta de relatos sobre a pandemia – ambos os projetos foram divulgados amplamente, trazendo a experiência do cidadão para os arquivos. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) tem realizado o projeto “Educação e Difusão Patrimonial”, que conta com visitas virtuais guiadas com seis roteiros para escolas públicas; oficina sobre o uso de fontes históricas em sala de aula para professores; quebra-cabeças online com imagens do acervo e a exposição virtual “Saio da vida para entrar na história: Getúlio Vargas e a Propaganda Política”, que ao final apresenta ações educativas, entre elas: caça-palavras, palavras cruzadas, o jogo "Desafio Vargas", uma cartilha política para público infanto-juvenil e uma introdução à Constituição Federal voltada a esse mesmo público.

Esses são alguns exemplos de atividades realizadas neste período de pandemia, ações essas que tendem a aumentar cada vez mais com as transformações digitais. No entanto, sabemos que a migração para virtual ainda não é uma realidade de todos os brasileiros, nem das instituições arquivísticas, pois este é um país extremamente desigual. Cabe aos arquivos, em especial, aos arquivos públicos, encontrar vias para se chegar à sociedade com ações concretadas de estímulo à cidadania.

As ações educativas nos arquivos são práticas com viés pedagógico e visam gerar no participante uma sensação de pertencimento, compreensão do que vem a ser o arquivo e de sua importância, bem como questões de cidadania. Possui algumas possibilidades como a educação para sensibilidade e a educação patrimonial. É neste espaço tão plural que o arquivo e as ações educativas aparecem como uma vertente para fortalecer e ampliar a relação arquivo-sociedade.

## 2.5 Possibilidades e metodologias de aprendizagem adotadas pelas ações educativas patrimoniais

São várias as possibilidades e metodologias voltadas para a aprendizagem com o patrimônio. Por isso, este estudo não tem como objetivo sugerir qual seria a melhor, mas sim apontar, dentre o rol de discussões sobre o assunto, as

possibilidades que vêm sendo refletidas como propostas de trabalho. Lembrando, conforme ressaltam Priscila Ribeiro Gomes e Magno Monteiro (2016, p. 72), que:

O patrimônio não é constituído com fins didáticos; o trabalho do educador exigirá o domínio de metodologias adequadas para que possa selecionar e utilizar de modo apropriado as diferentes fontes possíveis para subsidiar o trabalho, dentro e fora de sala de aula, o que fará com que os conhecimentos do educador se ampliem, além da necessidade do trabalho interdisciplinar, como o do arquivista.

Deste modo, cabe comentar o debate mais aprofundado de como a educação pode auxiliar na fundamentação dessa prática, que vem ocorrendo dentro das ações educativas patrimoniais. A educação museal, por exemplo, utiliza o método Paulo Freire, também adotado por Magaly Cabral (2004). Para Paulo Freire (1996, p. 47), a educação é um processo dialógico entre educando e educador: “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou sua construção”, é um ato de reconhecer que cada sujeito é protagonista do seu processo de aprendizagem e por meio da educação se adquire a liberdade.

Vygotsky foi o autor utilizado para definição atual do IPHAN, em especial pela dimensão social da aprendizagem e da mediação. Vera John-Steiner e Ellen Souberman (1991, p. 83) destacam que Vygotsky

apresenta uma argumentação elaborada demonstrando que a linguagem, o próprio meio através do qual a reflexão e a elaboração da experiência ocorrem, é um processo extremamente pessoal e, ao mesmo tempo, um processo profundamente social. Ele vê a relação entre o indivíduo e a sociedade como um processo dialético que, tal como um rio e seus afluentes, combina e separa os diferentes elementos da vida humana. Não se trata, portanto, para Vygotsky, de uma polarização cristalizada.

A educação para as sensibilidades apresentada por Adriana Koyama (2015) nas ações educativas nos arquivos trabalha a partir das perspectivas de Walter Benjamin, quem critica a ideia de progresso como uma marcha evolutiva assertiva, pois esta tem como resultado a história universal positivista. O autor sugere que a história se faz em confluência com o presente, permeada por questões antagônicas e que estas “leituras” devem ser feitas sempre a contrapelo. A partir disso, Koyama sugere a implementação de ações que estimulem essas novas visões da história, uma vez que as atividades até então apresentadas nos arquivos são, em sua maioria, receptivas. A autora também ressalta que as práticas de educação em arquivos devem trabalhar com os dois tempos, o passado e o presente, com contato direto com a fonte primária, estimulando os participantes a se apropriar do arquivo e assim gerar

suas próprias compreensões, já que os participantes da experiência são sujeitos de memória, dotados de objetividades e subjetividades.

Além dos autores apresentados, temos a proposta de Edgar Morin (2004), um pensador contemporâneo que propõe um pensamento complexo. As contribuições de Morin emergem da crítica à fragmentação da cultura científica e sua superespecialização em dicotomia com a cultura das humanidades. Para o autor, o pensamento complexo é dotado de três princípios: o dialógico, o recursivo e o hologramático. É dialógico porque pensamentos contrários podem ser integrados, “o autor não defende a ideia de dualidade, mas a uni dualidade, ou seja, o homem é ao mesmo tempo biológico e cultural” (SOUZA; ENES, 2018, p. 6); é recursivo pois o considera como um ciclo, no qual não há somente um sujeito que pratica a ação, mas “há um sujeito que ao mesmo tempo sofre esta ação” (Ibidem, p. 7) e hologramático ao considerar “tanto as partes estão no todo, quanto o todo está nas partes” (Ibidem, idem).

Esse pensamento transdisciplinar de Morin demonstra como se pode unificar sem perder a individualidade, sem desconsiderar o contexto. Tal proposta dialoga com os arquivos e as ações educativas, uma vez que o arquivo no seu todo contém documentos singulares e sua reflexão não deve ser desvinculada das demais áreas. As ações educativas nos arquivos devem considerar a particularidade do objeto arquivístico e a individualidade da experiência dos participantes, sem perder de vista a dimensão histórico-social a qual o sujeito/participante está vinculado.

Embora cientes da importância do debate e da profundidade desta última temática, esta não foi tratada de forma extensiva na pesquisa. Abordamos de forma mais objetiva e sucinta.

Optou-se pelo diálogo com a Arquivologia, a Museologia, as Políticas Públicas e a Educação (Figura 1), a fim de reconhecer na interdisciplinaridade dos campos a possibilidade de compreendermos de forma mais completa as ações educativas nos arquivos e repensar as práticas vigentes.

**Figura 1 - Interseções do Marco Teórico**

Fonte: Elaboração própria.

### 3 MARCOS EMPÍRICOS

A portaria nº 422, de 30 de novembro de 2017, dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal, definida como

um conjunto de princípios e diretrizes que tem o objetivo de nortear a realização das práticas educacionais em instituições museológicas, fortalecer a dimensão educativa em todos os setores do museu e subsidiar a atuação dos educadores.<sup>26</sup>

A PNEM foi construída de forma coletiva e democrática, envolvendo principalmente os grupos de rede de educadores museais de vários estados da federação e outros profissionais da área. Este processo ocorreu ao longo de sete anos, entre 2010 e 2017, e teve mais de vinte e três encontros presenciais regionais e consultas virtuais.

A partir desta pesquisa, realizada na cidade do Rio de Janeiro, buscamos analisar o processo de formulação, implementação e avaliação da Política Nacional de Educação Museal. Toda a evolução da PNEM, da formulação até a aprovação, encontra-se descrita no Caderno da Política Nacional de Educação Museal (IBRAM, 2018a), bem como em *sites* dos grupos da Rede de Educadores Museais (REM), encontros, fóruns e publicações científicas. Foi abordado o período de 2010 a 2020, com ponto de início marcado pelo 1º Encontro de Educadores do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), ocorrido em 2010, no qual se iniciaram os debates de formulação da PNEM, até três anos após a sua publicação.

Entrevistamos os responsáveis pelos nove grupos de trabalhos definidos no 1º Encontro de Educadores do IBRAM para formulação e constituição do Programa Nacional de Educação Museal e a consultora contratada para formulação de uma proposta síntese da PNEM.

A PNEM é uma referência importante de uma política pública construída de forma democrática na área da cultura, apesar de a sua formulação ter se estendido por sete anos, pesquisá-la evidenciou a força e o foco dos envolvidos para que a política fosse aprovada. A sua aprovação aconteceu pós impeachment de Dilma Roussef, em um período político nacional conturbado. Apesar de ser uma portaria, ou

---

<sup>26</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto Brasileiro de Museus. “Portaria n. 422, de 30 de novembro de 2017. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal -PNEM e dá outras providências”, p. 128.

seja, seus efeitos são administrativos, a PNEM está em consonância com a Política Nacional de Museus (PNM), com o Plano Nacional de Cultura e com o Plano Nacional Setorial de Museus integrando, assim, as políticas museais brasileiras. A PNEM fortalece a área e cria meios para que a relação museu-sociedade-cidadania seja cada vez mais sólida.

## 4 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa aplicada e qualitativa, na forma explicativa. Do ponto de vista da natureza é uma pesquisa aplicada, pois “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”. Terá uma abordagem qualitativa, visto que

considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20).

Do ponto de vista dos seus objetivos, esta pesquisa é explicativa. Considera-se uma pesquisa explicativa como

aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente (GIL, 2008, p. 28).

Como procedimentos metodológicos foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica visou o embasamento teórico e revisitou a literatura existente sobre o tema. A pesquisa documental consultou a documentação do processo de formulação e de implementação da PNEM.

No que tange aos procedimentos técnicos, como instrumento de coleta de dados foi realizada uma entrevista semiestruturada (Apêndice A) com os responsáveis pelos grupos de trabalhos definidos no 1º Encontro de Educadores do IBRAM e a consultora contratada para formulação de uma proposta-síntese.

Convidamos dez pessoas, no período de 23 de julho a 05 de agosto de 2021. Oito aceitaram o convite e sete entrevistas foram realizadas. A desistência se motivou pelo nascimento da filha de uma das convidadas no dia agendado para a entrevista e não conseguimos nova data para efetuar-las. Seis das sete entrevistas realizadas foram utilizadas nesta pesquisa. Uma delas não enviou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, devido ao fato de não atender às recomendações do protocolo

aprovado pelo CEP/UNIRIO, a mesma foi desconsiderada. As entrevistas aconteceram no período de 02 de agosto a 08 de setembro de 2021 e geraram 8 horas e 24 minutos de gravação.

As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo, sendo arquivadas somente em áudio, transcritas e identificadas. Os selecionados foram consultados e convidados a participar da pesquisa de forma voluntária e por e-mail. Apresentamos ao selecionado o projeto da pesquisa, o motivo da sua seleção, a importância de sua participação, facultando ao entrevistado a sua identificação. Após aceito o convite, estes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), elaborado em duas vias, sendo uma para o entrevistado e uma arquivada pela pesquisadora.

Nenhum entrevistado optou pelo anonimato, mas se fosse o caso, os áudios seriam marcados com um número de identificação durante a gravação e seu nome ou qualquer informação que permitisse a sua identificação não seriam utilizados. O documento que conteria a informação sobre a correspondência entre números e nomes permaneceria arquivado em uma pasta criptografada, com senha específica para acesso. As entrevistas foram exclusivamente para esta pesquisa.

Cabe salientar que vivemos uma pandemia causada pelo novo corona vírus e, conforme comunicado 0015188696, de 05 de junho de 2020 SEI/MS, do Ministério da Saúde, a pesquisa teve que ser conduzida de forma a minimizar prejuízos e potenciais riscos aos participantes. Sendo assim, as entrevistas foram realizadas de forma virtual, individual e síncrona, utilizando a plataforma *Google Meet*. Os participantes tiveram a opção de escolher a plataforma mais conveniente para eles, as opções foram *Google Meet*, *Skype* e/ou *Microsoft Teams*.

A presente pesquisa se guiou, também, pelo ofício circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, emitido em 24 de fevereiro de 2021, com relação à abordagem por e-mail. Identificamos que a maioria dos participantes é de funcionários públicos, acadêmicos e/ou pessoas conhecidas da Museologia, com isso o acesso aos e-mails profissionais foi tangível. Conseguimos os endereços eletrônicos após pesquisa no Currículo Lattes, na plataforma Lattes do CNPq, e contato com as instituições sinalizadas como vínculo atual no currículo. Todos os endereços foram localizados. O convite para participar da entrevista (Apêndice C) se deu de forma individualizada.

Ressaltamos que o objeto da pesquisa foi ajustado após a banca de qualificação, ocorrida em 20 de maio de 2021, momento em que optou-se por ter a PNEM como marco empírico e como foco as ações educativas nos arquivos.

Para obtenção do assentimento do participante foram realizadas as seguintes ações: 1) Ao aceitar participar, o entrevistado recebeu um e-mail de confirmação da sua participação e orientações para assinatura do TCLE; 2) O participante enviou o TCLE rubricado e assinado por e-mail. Com seguinte texto no corpo do e-mail: “Encaminho TCLE da pesquisa ‘Diretrizes para ações educativas em arquivos’, realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Desenvolvida pela pesquisadora Luíza Angélica Lisboa Pinto e orientada pela Dra. Priscila Ribeiro Gomes. E declaro estar de acordo com a minha participação. (Nome completo do participante)”; 3). No cabeçalho da entrevista foi incluída a confirmação de ciência do TCLE, retirada de dúvidas, se fosse o caso, e a ratificação de sua participação na pesquisa. Destacamos que a via completa assinada pelo participante e pelo pesquisador foi enviada por e-mail ao participante. Foi ressaltada a importância de o participante da pesquisa guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico.

Como método de condução e transcrição das entrevistas utilizamos a proposta de Verena Alberti (2013, p. 157) que propõe que na entrevista devemos

investir seriamente na elaboração dos roteiros, produzir os instrumentos de controle e de acompanhamento da entrevista, cuidar da carta de cessão de direitos do depoimento, e, principalmente, ter consciência da especificidade da relação que se estabelece com o entrevistado.

Alberti sugere que na transcrição “todos os esforços se dirijam para a qualidade do trabalho produzido, o que significa ser fiel ao que foi gravado, cuidar da apresentação do material transcrito e respeitar as normas estabelecidas pelo programa” (Ibidem, p. 283). Chamando atenção para os processos de transcrição (cuidado ao ouvir, a apresentação do material transcrito, o que observar ao transcrever, marcações), conferência e fidelidade da transcrição (procedimentos de auxílio, pesquisas paralelas, correção da transcrição, adequação do oral para o escrito) e copidesque (normas gramaticais e de redação e adequação do texto para leitura).

A transcrição das entrevistas e o trabalho final desta pesquisa foi encaminhada por e-mail a cada um dos participantes após a aprovação da banca examinadora desta dissertação. Foi facultado ao entrevistado receber uma cópia da transcrição antes da defesa deste trabalho, em data que seria acordada entre as partes. Nenhum dos entrevistados solicitou-a.

O participante da pesquisa pode se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado. A pesquisa se guiou pela Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as

normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possa acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução.<sup>27</sup>

Também foram considerados: a Resolução n. 466 do Conselho Nacional de Saúde, de 12 de dezembro de 2012<sup>28</sup>; o comunicado 0015188696, de 05 de junho de 2020 SEI/MS, do Ministério da Saúde<sup>29</sup> e o ofício circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, emitido em 24 de fevereiro de 2021.<sup>30</sup>

Em caso de encerramento ou suspensão da pesquisa, os envolvidos seriam comunicados via e-mail e seriam explícitos os motivos e a informação de que os dados coletados durante a pesquisa serão mantidos por cinco anos, após passado o prazo será destruído. Nesse caso, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UNIRIO também será notificado imediatamente, seguindo os trâmites vigentes.

A divulgação dos resultados foi realizada considerando sempre os devidos créditos a todos os participantes da pesquisa e instituições de onde os dados foram obtidos. No que se refere aos riscos, considera-se aqui o risco mínimo, uma vez que

---

<sup>27</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. “Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução”.

<sup>28</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. “Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos”.

<sup>29</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. Comunicado 0015188696. Brasília: Ministério da Saúde, 05 jun. 2020.

<sup>30</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. Ofício circular n. 2/2021/CONEP/SECNS/MS. Brasília: Ministério da Saúde, 24 fev. 2021.

“não se realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam no estudo” (CARMONA, [2018], p. 3). Este estudo empregou técnicas e métodos retrospectivos. Entre os pontos de riscos envolvidos na pesquisa considera-se: cansaço, constrangimento ou insatisfação ao participar da entrevista pelo participante; constrangimento em se expor e sentimento de imprecisão do participante da pesquisa quanto à divulgação dos resultados. Para tanto, buscamos minimizar tais riscos através do esclarecimento prévio sobre a pesquisa, bem como a liberdade de desistência do participante a qualquer momento. Adotamos como prática o que dispõe o artigo 19 da Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016. Em função da pandemia, as entrevistas se deram em ambiente virtual, a fim de diminuir o risco de contaminação entre os participantes, conforme preconizado no comunicado 0015188696, de 05 de junho de 2020 SEI/MS, do Ministério da Saúde. De acordo com ofício circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, de 24 de fevereiro de 2021, as pesquisas realizadas on-line devem considerar os riscos advindos do ambiente virtual.

Para dirimir a possibilidade de acesso a terceiros as entrevistas, estas foram coletadas em ambiente virtual e armazenadas em disco rígido físico externo, em pasta criptografada com senha específica para acesso. Ao acessá-los o computador estava desconectado da rede mundial de computadores. Estamos cientes de que ao realizar a entrevista de forma virtual síncrona não tivemos controle completo do ambiente, pois há limitações em todas as tecnologias utilizadas, como por exemplo: a conexão à internet pode estar instável ou até mesmo no dia e horário agendados estarmos sem conexão, dificuldade de acesso à plataforma para entrevista, problemas de áudio, entre outros. Neste sentido, testamos a conexão, plataforma e gravação antes do início da entrevista. As entrevistas foram realizadas em salas individuais, com link de acesso enviado somente ao participante. Estivemos em constante comunicação com o entrevistado e, quando não conseguimos realizar no dia pré-agendado, uma nova data foi definida em comum acordo. Caso ocorra algum vazamento das entrevistas e/ou dados, os envolvidos serão comunicados imediatamente, bem como o CEP/UNIRIO. Neste caso adotaremos o que dispõe o artigo 19 da Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016 e os artigos IV e V da Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012, que garantem o ressarcimento, esclarecimento e garantia de indenização

diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Reforçamos que estamos cientes das políticas de privacidade das ferramentas utilizadas para a coleta de dados.

As entrevistas ajudaram a compreender de forma mais completa a formulação e a implementação da Política Nacional de Educação Museal. Os participantes não foram beneficiados diretamente com a sua participação. Os entrevistados, ao fazerem parte deste estudo, forneceram mais informações sobre o lugar e a relevância da sua experiência frente ao Grupo de Trabalho, colaborando assim na construção da pesquisa. Neste sentido, a participação dos envolvidos contribuiu no desenvolvimento das diretrizes para ações educativas em arquivos, que visam auxiliar instituições e serviços arquivísticos na implantação de ações educativas e estimular a criação e a inclusão dessas ações na política da instituição, ampliando assim a relação arquivo-sociedade. As entrevistas realizadas de forma virtual forneceram maior segurança à saúde, uma vez que diminuíram a possibilidade de contaminação dos envolvidos, e ofereceram maior conforto aos participantes, que falavam a partir de ambiente familiar e seguro. Outro fator positivo foi a possibilidade de agendamento da entrevista, uma vez que a grande maioria dos participantes tem exercido suas ações de forma virtual durante o período pandêmico.

Sendo assim, para refletirmos sobre a problemática inicial proposta nesta pesquisa, foram realizadas cinco etapas. A primeira consistiu numa pesquisa bibliográfica que originou o referencial teórico, com vistas a compreender e articular conceitualmente os temas pertinentes às áreas de Arquivologia, Museologia, Políticas Públicas e Educação.

A segunda etapa consistiu em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e realização das entrevistas e objetivou investigar a formulação, a implementação e a avaliação da Política Nacional de Educação Museal. A pesquisa bibliográfica e documental se deu inicialmente junto ao sítio da PNEM no *site* do IBRAM, pois de acordo com a portaria n. 422, de 30 de novembro de 2017, coube ao Instituto a gestão do blog da PNEM, que contém todos os documentos e textos referentes ao tema, bem como o fórum com todo histórico da formulação da PNEM. Também foram consultados os *websites* das REMs, encontros, fóruns e publicações científicas.

A terceira etapa deu conta da análise dos dados advindos das entrevistas. Na quarta etapa identificamos os principais pontos abordados para formulação, implementação e avaliação da PNEM e indicamos os pontos convergentes com os

arquivos, considerando as práticas vigentes. Na quinta e última etapa reunimos as reflexões emergidas a partir dos cruzamentos entre as etapas bibliográfica, documental e de análise dos dados, visando a formulação de diretrizes, de modo a contribuir para uma proposta de uma Política Nacional de Educação em Arquivos.

Para a análise dos dados coletados utilizamos o método proposto por Gomes e outros (2010, p. 3060), intitulado “interpretação de sentidos” que, de acordo com os autores, diferencia descrição, análise e interpretação dos dados:

é um caminho de análise de significados dentro de uma perspectiva das correntes compreensivas das ciências sociais que analisa: (a) palavras; (b) ações; (c) conjunto de inter-relações; (d) grupos; (e) instituições; (f) conjunturas, dentre outros corpos analíticos.

A primeira etapa consiste na interpretação dos dados por meio de uma leitura compreensiva, norteada pelos referenciais teóricos e pela contextualização. Na segunda etapa os dados são separados por estruturas de análise e as inferências têm início. A terceira etapa é a interpretação que “caminha em um movimento de síntese, por meio da construção criativa de possíveis significados” (Ibidem, p. 3152). Este processo propõe um diálogo com a dimensão teórica, com textos e seus contextos e com as questões do campo de investigação.

A presente pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UNIRIO), CAAE nº 41057420.9.0000.5285 (Anexo E). Para que isso acontecesse um caminho começou a ser percorrido antes mesmo da qualificação desta dissertação: identificar como realizar a submissão para CEP/UNIRIO; localizar e compreender todas as legislações e normas que regem a pesquisa científica no país; organizar todos os documentos necessários para submissão; escrever o projeto de pesquisa, considerando todas as implicações éticas e metodológicas; preenchimento da Plataforma Brasil (site nacional de envio de pesquisa para aprovação nos Comitês de Ética de cada universidade) e envio da documentação. Feito isso, esperamos o resultado da avaliação, que no nosso caso aconteceu três meses depois. Em seguida, fizemos os ajustes solicitados pelos avaliadores do Comitê de Ética, pois novas normativas foram aprovadas no período de análise e deveriam ser incorporadas ao projeto. Finalmente, realizamos nova submissão, que foi aprovada pelo Comitê.

Cabe salientar que todo esse percurso foi fundamental para melhor entendimento da importância da metodologia, do método e da ética na pesquisa. A

realização de ciência no Brasil tem padrões rígidos de qualidade, que exigem do pesquisador não apenas conhecimento teórico, mas também um rigoroso conhecimento metodológico e ético. A metodologia é uma parte da pesquisa muitas vezes resumida em poucas páginas, mas ela é o coração da pesquisa, pois sem isso não faremos ciência. Esse processo foi de extrema relevância para nos reconhecermos como pesquisadores e aprofundarmos nosso conhecimento sobre o campo científico.

Após concluída e aprovada a pesquisa pela banca examinadora do Programa de Pesquisa um relatório final sobre o decurso da pesquisa será submetido ao CEP-UNIRIO, via Plataforma Brasil, juntamente à documentação utilizada na pesquisa, com ênfase nos procedimentos éticos e metodológicos.

## 5 A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL – PNEM

Nesta seção realizamos uma análise sobre a PNEM, marco empírico da pesquisa, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, acrescida das informações obtidas a partir da análise das entrevistas, abrangendo as etapas de formulação, implementação e avaliação da política. Na sua formulação foi considerado o conceito de educação museal e toda a discussão e o processo até a publicação da portaria n. 422, de 30 de novembro de 2017. Debateremos a partir de casos e estudos a implementação e avaliação, considerando o período entre 2017 e 2020.

### 5.1 Formulação

Embora o processo de formulação da PNEM tenha sido iniciado em 2010, no primeiro Encontro dos Educadores de Museus do IBRAM, essa política foi resultado de um longo caminho de consolidação de perspectivas iniciada muito antes, na Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972. O evento convidou os participantes a repensarem o fazer museal, com a proposta do museu integral. Considerando o museu

uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais (PRIMO, 1999).

Neste sentido, o papel educativo do museu foi ressaltado quando considerado “agente incomparável da educação permanente da comunidade, deverá acima de tudo desempenhar o papel que lhe cabe” (loc. cit.). Dentro deste contexto e inspirados por Paulo Freire, surge o *International Movement for a New Museology* (MINOM), movimento que influenciou, em especial, a criação de vários museus e setores educativos na década de 1980 na América Latina. Neste mesmo período foi aprovada a primeira legislação da área no Brasil, o Programa Nacional de Museus, vigente entre 1980 e 1985. Dentre as ações destacam-se o Projeto Interação, uma parceria museu-escola, e as publicações *Museu e Educação*.

A Política Nacional de Museus, aprovada em 2003, foi formulada de forma participativa, com debates, reuniões e consulta pública virtual, modelo seguido pelas políticas subsequentes. A mobilização da área em 2003 foi propícia para a formação da Rede de Educadores de Museus (REM), que tem o

objetivo de se configurar enquanto fórum de discussão voltado à temática Educação Museal [...] um espaço de discussão que, para além dessas práticas, buscava a construção de um referencial teórico” (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2018a, p. 18).

Salientamos que todas as políticas criadas até a PNEM contemplavam, de alguma forma, a educação nos museus. Fernanda Castro (2016, p. 28) faz uma crítica às políticas e à forma como a educação museal foi considerada. Para a autora, na Política Nacional de Museus é possível identificar uma predominância da educação ligada à comunicação. No Estatuto dos Museus, de 2009, o tema foi tratado de forma rasa. O Plano Nacional Setorial de Museus, de 2010, apresenta “dissensos, repetições e contradições”. Diante dessas lacunas, o processo de formulação PNEM se ateve justamente a essas falhas, para que não fossem repetidas.

Após trilharem o caminho de políticas públicas formuladas de forma participativa, os profissionais ligados às áreas educativas dos museus, junto às REMs e ao IBRAM, amadurecem a importância de discussão e formulação da PNEM, programa que se transformou em uma política. Depois do marco de 1983, do evento introdutório da educação patrimonial no país, o Museu Imperial sediou em 2010 o I Encontro de Educadores do IBRAM.

Pouco mais de um ano após a criação do Instituto, a Carta de Petrópolis foi produzida, documento que traça as diretrizes e estratégias para a elaboração de uma política de educação. Sua formulação contou com uma metodologia de elaboração e imersão dos participantes durante os quatro dias do evento. Os participantes foram divididos em três grupos para debater as prioridades e as diretrizes para a política, considerando a PNM e o Estatuto de Museus, aprovado em 2009. Cada grupo apresentou diretrizes e estratégias que foram consolidadas em nove pontos: 1) o plano museológico deveria prever o programa educacional na instituição; 2) a definição da missão da área educacional dos museus; 3) as bases conceituais que orientam os museus, no qual as concepções devem ser explicitadas; 4) estruturação e implantação dos núcleos educacionais, institucionalizados, com estrutura orçamentária e física, equipe qualificada, com projeto político-pedagógico definido; 5)

programa de formação, capacitação e qualificação; 6) comunicação e criação e desenvolvimento de redes; 7) incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de parcerias acadêmicas com foco na educação em museus; 8) estudos de público e avaliação; e 9) acessibilidade (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2018a, p. 111).

A Carta de Petrópolis expôs as demandas do campo e evidenciou os pontos que precisavam ser considerados ao se pensar a área educativa do museu e sua política, como a inclusão e criação de um plano político-pedagógico como parte do plano museológico da instituição; as definições de linhas conceituais de atuação da instituição e do educativo; institucionalização do setor; qualificação profissional; comunicação; início da consolidação da área como uma disciplina acadêmica; processos de avaliação e sua acessibilidade. Todos esses pontos foram mantidos no documento final. Destacamos que neste primeiro evento havia uma concepção de política que, durante sua formulação e de acordo com a orientação do IBRAM, se tornou um programa. Após um processo de discussão e compreensão das distinções, optaram pela concepção inicial de considerar a PNEM como uma política.

O processo de formulação foi retomado dois anos depois, em 2012, pela Coordenação de Museologia Social e Educação do IBRAM. Esse recomeço contou com a estruturação de uma consulta pública por meio do então criado Blog da PNEM, lançado no 5º Fórum Nacional de Museus. O sítio eletrônico contava com um fórum dividido em nove eixos: Perspectivas Conceituais; Gestão; Profissionais de Educação Museal; Formação, Capacitação e Qualificação; Estudos e Pesquisas; Redes e Parcerias, Acessibilidade, Sustentabilidade e Museus e Comunidade. Foram ao todo 83 tópicos, com 681 contribuições e 708 participantes cadastrados, no período de 26 de novembro de 2012 a 07 de abril de 2013.<sup>31</sup> Para auxiliar neste processo servidores do instituto foram convidados servidores para coordenar os eixos, considerando as suas experiências. Os responsáveis pelos grupos de trabalho (GTs) foram: Perspectivas conceituais – Ozias de Jesus Soares; Gestão – Daniele de Sá Alves; Profissionais de Educação Museal – Rafaela Gueiros; Formação, capacitação e qualificação – Kátia Frecheiras; Redes e parcerias – Fernanda de Castro; Estudos e pesquisas – Rita Matos Coitinho; Acessibilidade – Isabel Portella; Sustentabilidade – Girlene Chagas Bulhões; Museus e Comunidade – Diego Luiz Vivian. Os

---

<sup>31</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **PNEM-Histórico PNEM**. Brasília: IBRAM, 2013.

coordenadores de GT foram peças fundamentais para orientar, interagir e fomentar as contribuições em cada eixo e foram responsáveis pela primeira consolidação dos fóruns.

Em quase cinco meses de fórum aberto, os participantes puderam debater as questões propostas ou acrescentar novos pontos. Verificou-se uma pluralidade de falas e perspectivas. Um ponto destacado pelos entrevistados foi justamente essa diversidade de participantes e concepções, já que o debate não ficou restrito aos acadêmicos e contou com a participação de profissionais da área, redes de educadores, estudantes e outras contribuições majoritariamente da região sudeste do país (CASTRO, 2016).

A partir de análise quantitativa dos eixos foi possível perceber que o tema Profissionais de Educação Museal teve o maior número de interações, 143, seguido de Perspectivas Conceituais, com 129, e Museus e Comunidade, com 85. Sustentabilidade contou com 41 interações, o menor número dentre os eixos.<sup>32</sup>

A expressiva quantidade de 681 contribuições demonstra o engajamento dos 708 participantes, indo de encontro a uma percepção recorrente dos entrevistados sobre a adesão da PNEM, política que eles consideram, em sua maioria, conhecida, relevante e resultado do alto grau de envolvimento dos participantes.

Encerrada a consulta pública virtual, foi realizada a consolidação e sistematização dos dados recebidos pelos gestores dos GTs. Fernanda Castro (2016) explica que durante esse processo de estruturação foram identificados quatro pontos de atenção: o primeiro referente à criação de mais um GT com a temática Comunicação; o segundo sobre a estrutura do documento preliminar; o terceiro foi a constatação da relevância de realizar encontros presenciais e regionais para conseguir atingir todas as regiões e mais pessoas e o quarto, relativo a definir se seria uma política ou um programa. Como bem colocado pela autora, o processo de formulação da PNEM não foi isento de tensões e disputas, perceptíveis inclusive pela paralisação do processo e pelas mudanças constantes na estrutura do Instituto. A formulação foi marcada por uma intercalação de atuação entre a sociedade civil e o IBRAM, com forte pressão e participação das REMs.

---

<sup>32</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **PNEM-Histórico PNEM**. Brasília: IBRAM, 2013.

O ano de 2013 foi definido para a realização de encontros pelo país. Para conseguirem atingir a todas as regiões, a figura do articulador foi apresentada. O IBRAM realizou uma chamada pública convidando os profissionais da área para desempenharem de forma voluntária essa função. Cabia ao articulador a promoção de discussão dos temas abordados pela PNEM, realizando reuniões e consolidando propostas. Os 58 articuladores contribuíram ativamente para a PNEM, atuaram em várias regiões do país e realizaram 23 encontros presenciais no total. Após esse processo e a elaboração do documento preliminar, em 2014, iniciaram os encontros regionais para discutir esse documento. Foram contempladas todas as regiões do país, item destacado pelos entrevistados com muita satisfação, reafirmando a heterogeneidade da formulação da PNEM, que contou com mais de 1.000 participantes ao todo. Um exemplo dessa variedade foi percebido pelos temas debatidos nas regiões. “Neste sentido, as características dos debates realizados revelaram o grau de maturidade da Educação Museal em cada região” (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2018a, p. 30). Em algumas localidades foram criadas redes de educadores museais, outras regiões foram marcadas pelos debates sobre a importância da profissionalização e outros locais abordaram temas e perspectivas conceituais sobre gestão. Ao todo foram recebidas 411 propostas e 355 destaques ao Documento Preliminar.<sup>33</sup> O documento preliminar foi descrito em padrão de programa, em que cada um dos 10 eixos continha diretrizes, estratégias e ações correspondentes, totalizando 46 diretrizes e 62 ações.

O I Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal aconteceu em 2014, dentro do 6º Fórum Nacional de Museus. A ideia inicial do evento era aprovar a PNEM, mas não foi o que ocorreu. De acordo com Fernanda Castro (2016, p. 30) “limitações de verba, da falta de uma reunião previa da equipe da PNEM e, conseqüentemente, da falta de elaboração de uma minuta de política a ser colocada em discussão e votação” foram alguns dos motivos. Diante disso, optou-se pelo debate da proposta do eixo “Perspectivas Conceituais”, aprovando assim os cinco princípios da PNEM e a definição de uma política, e não de um programa, pelos 100

---

<sup>33</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Documento Preliminar do Programa Nacional de Educação Museal**. Brasília: IBRAM, 2014.

participantes. A Carta de Belém definiu os princípios e parâmetros para a criação e posterior implementação da PNEM:

PRINCÍPIO 1: Estabelecer a educação museal como função dos museus reconhecida nas leis e explicitada nos documentos norteadores, juntamente com a preservação, conservação, comunicação e pesquisa;

PRINCÍPIO 2: A educação museal compreende um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade;

PRINCÍPIO 3: Garantir que cada instituição possua setor de educação museal, composto por uma equipe qualificada e multidisciplinar, com a mesma equivalência apontada no organograma para os demais setores técnicos do museu, prevendo dotação orçamentária e participação nas esferas decisórias do museu;

PRINCÍPIO 4: Cada museu deverá construir e atualizar sistematicamente a sua Política Educacional, em consonância ao Plano Museológico, levando em consideração as características institucionais e dos seus diferentes públicos, explicitando os conceitos e referenciais teóricos e metodológicos que embasam o desenvolvimento das ações educativas;

PRINCÍPIO 5: Assegurar, a partir do conceito de Patrimônio Integral, que os museus sejam espaços de educação, de promoção da cidadania e colaborem para o desenvolvimento regional e local, de forma integrada com os diversos setores dos museus.

(INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2018a, p. 123).

A carta também previa a criação do segundo encontro nacional, ampla divulgação e apoio institucional, garantia de institucionalização da PNEM e manutenção dos processos democráticos para sua formulação, implementação e avaliação.

Cabe ressaltar os motivos que levaram ao entendimento para formulação de uma política e não de um programa. O artigo de Luciana Conrado Martins (2014), anexo ao Documento Preliminar do Programa Nacional de Educação Museal, explica a importância de se ter uma política para área. Tal perspectiva se baseia na concepção de sistema de planejamento de Thereza Cury (2001, p. 41), que pode ser dividida em quatro pontos: política, plano, programa e projeto. Para Cury, a política “é um processo de tomada de decisões que começa com a adoção de postulados gerais que depois são desagregados e estabelece a interação que manterão entre si, em um determinado marco teórico, histórico e espacial”. O plano, por sua vez,

fornece um referencial teórico e político, as grandes estratégias e diretrizes que permitirão a elaboração de programas e projetos específicos, dentro de

um todo sistêmico articulado, e ao mesmo tempo externamente coerente ao contexto no qual se insere (Ibidem, idem).

Ainda de acordo com Cury, o programa “é o aprofundamento do plano, detalhamento por setor das políticas e diretrizes do plano. Podemos definir o programa como um conjunto de projetos que buscam os mesmos objetivos” e o projeto “um conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas para alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo dados”.

Para Luciana Conrado Martins (2014, p. 75), a PNEM deveria ser uma política porque o programa é a execução da política e “é por meio dessa política que poderão ser discutidos e estruturados os princípios gerais e as diretrizes de ação para essa área”. Além disso, “estabelecer a política é, portanto, o passo direcionador de uma cadeia a qual a discussão e a construção de consensos serão tônicas”. Corroborando com a visão de Fernanda Castro (2016, p. 32), acrescenta

as políticas públicas são parte fundamental da garantia de realização de processos de identificação, preservação e valorização do patrimônio, que prescindem da criação de diretrizes e orientações gerais a serem seguidas por todas as instituições culturais (MARTINS, 2014, p. 75).

As políticas públicas podem ser realizadas de duas maneiras: a partir do Estado ou a partir da sociedade civil. Compreendendo assim que a PNEM é o resultado das políticas museais, existentes como fruto de um diálogo entre sociedade civil e Estado, visando atender à área de educação museal e “se estende aos direitos de cada cidadão à educação e à cultura de forma específica e integrada e que criam a necessidade de constituição de uma política própria no campo” (CASTRO, 2016, p. 33).

Após a Carta de Belém, em 2017 ocorreu a retomada da discussão da PNEM e a sua aprovação. A retomada aconteceu após o envio de uma carta ao presidente do IBRAM assinada pelas REMs, pela Rede de Acessibilidade de Museus (RAM), pelo MINOM e pelo Comitê de Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus (CECA/ICOM). Para aprovação da PNEM era necessária a sistematização analítica de todas as contribuições até o momento para formulação de uma proposta sintética. Tais contribuições estavam no documento Formulário Completo de Proposta da PNEM. Por meio de uma chamada pública foi realizada a contratação de um consultor para realizar essa sistematização, na qual foi aprovada a candidata Luciana

Conrado Martins, que desenvolveu atividades em conjunto com o IBRAM e com os coordenadores dos GTs. O documento ficou dividido em três eixos: Gestão; Profissionais, Formação e Pesquisa e Museu e Sociedade. Martins, em entrevista, informou que a sistematização foi um grande desafio, pois havia uma pluralidade de pontos apresentados e nem todos puderam ser absorvidos, visto que a proposta deveria ser a mais objetiva possível. A proposta da consultora foi submetida para aprovação em maio daquele ano, em uma reunião com representantes do IBRAM e coordenadores dos GTs. O documento final foi divulgado e debatido pelas redes do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Belo Horizonte e Ceará e foi levado para discussão e aprovação no 2º Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal, dentro do 7º Fórum Nacional de Museus.

O encontro aconteceu entre os dias 2 e 3 de junho de 2017 na cidade de Porto Alegre. Para conseguirem a aprovar o documento foi definida uma metodologia de trabalho a fim de propiciar um debate democrático. O IBRAM financiou a participação de nove representantes das REMs (Ceará, Maranhão, São Paulo, Belo Horizonte, Bahia, Pará, Santa Catarina, Paraíba e Mato Grosso) e mais cinco coordenadores de GTs. Os participantes foram divididos em três grupos, correspondentes a cada eixo do documento final e poderiam “ratificar as diretrizes propostas, ou, ainda, sugerir a supressão, a aglutinação ou a alteração da redação delas” (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2018a, p. 34).

Cada grupo tinha um relator que separou as propostas em consensuais e não consensuais, as primeiras colocadas para aprovação em plenária no mesmo dia e as discutíveis foram tratadas no segundo dia, oferecendo a cada participante a possibilidade de se expressar. A Carta de Porto Alegre concluiu o processo consultivo de construção da PNEM, que foi aprovada. O texto final da carta contemplou as ações subsequentes necessárias para a implantação da política: a publicação do Caderno da PNEM, instrumento importante de difusão e implementação da política; execução de pesquisas sobre a situação da educação museal no Brasil; garantia de espaço para o tema nos Fóruns Nacionais; incentivo à organização de seminários regionais de difusão e implementação da PNEM e a realização o 8º Fórum de Museus e do I Encontro Nacional em Educação Museal, ambos sem datas definidas, apesar de a página da internet do IBRAM noticiar a proximidade desses eventos. A portaria foi

publicada em 30 de novembro de 2017. A Figura 2 clarifica o processo contínuo e não concluído de formulação da PNEM e destaca os pontos centrais:



Fonte: CASTRO, 2019, p. 93.

Fruto de um processo colaborativo extenso e intenso, a PNEM foi uma conquista dos profissionais da área que garantiu visibilidade e importância à educação museal. A política favoreceu, fortaleceu e ampliou o reconhecimento profissional, conceitual e prático sobre esse tema.

### 5.1.1 A Portaria nº 422, de 30 de novembro de 2017

Afinal, o que é a Política Nacional de Educação Museal? A PNEM é uma portaria do IBRAM. Uma portaria é um ato administrativo, que regulamenta, normatiza e traz recomendações acerca da aplicação de leis e/ou regulamentos.<sup>34</sup> Apesar de seu caráter administrativo, o fato de ter sido construída de forma participativa fez com que fosse reconhecida a sua importância e a necessidade de adotá-la.

A política é voltada “à organização, ao desenvolvimento, ao fortalecimento e à fundamentação do campo da educação museal no Brasil” (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2018a, p. 128) definida como

um conjunto de princípios e diretrizes que tem o objetivo de **nortear** a realização das práticas educacionais em instituições museológicas, fortalecer a dimensão educativa em todos os setores do museu e **subsidiar** a atuação dos educadores.

<sup>34</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **LEGISLAÇÃO**. Sem local: UFSC, 2012.

Além disso, a PNEM concebe seu objeto, a educação museal, como “um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade”.

A portaria é composta por cinco princípios e dezenove diretrizes. Em seus princípios, a educação museal é considerada uma função do museu e compreendida como um processo diversificado em vários níveis, que garante a institucionalização do setor. Ela define a formulação do Programa Educativo e Cultural da instituição, atrelado ao Plano Museológico e reafirma o conceito de patrimônio integral, definido como “conjunto que abrange as coleções de museus e seu entorno, incluindo as manifestações imateriais de cultura” (Ibidem, p. 129).

As diretrizes são divididas em três grandes eixos, são eles: Gestão; Profissional, Formação e Pesquisa e Museu e Sociedade. O eixo Gestão abrange a execução das ações dentro do museu, com quatro diretrizes que tangem o incentivo, a formulação e o desenvolvimento do Programa Educativo Cultural, fomento ao financiamento e o arquivamento das ações da educação museal no arquivo da instituição. O eixo Profissional, Formação e Pesquisa trata da perspectiva profissional, de sua formação e pesquisa, com nove diretrizes que preveem: promoção, fortalecimento e valorização do profissional da educação; reconhecimento das atribuições do educador museal; potencialização do conhecimento específico da área; compartilhamento de experiências; fortalecimento e difusão da pesquisa no tema e promoção à colaboração com os demais setores do museu. O último eixo, Museu e Sociedade, dá conta da relação do museu com a sociedade, a partir de seis diretrizes que propõem a colaboração entre instituições a fim de promover a educação museal, bem como a criação e a consolidação de rede de profissionais, acessibilidade plena no museu, sustentabilidade ambiental, promoção de ações em parceria com as comunidades locais e estímulo à troca de experiências entre museu e sociedade.

Nos últimos três artigos da portaria consta o compromisso do IBRAM com o tema, anunciando: a realização de encontros de educação museal, dentro dos Fóruns de Museus; a manutenção do *Blog* com o histórico da formulação, motivo pelo qual encontra-se acessível até hoje, e a criação de uma instância representativa da PNEM, o que não foi possível, já que em 11 de abril de 2019 foi assinado o decreto 9.759, que “extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da

administração pública federal”.<sup>35</sup> Após esse decreto, todos os conselhos e órgãos colegiados com participação da sociedade civil que não foram criados por lei foram extintos.

No novo website do IBRAM ocorreu um deslocamento de posição do tema no sítio eletrônico. Ele foi para o final da página, dentro de políticas no setor museal, antes disso estava em destaque na página inicial, fato este que demonstra uma mudança de postura da direção do IBRAM para com o tema.

A portaria foi retificada em 10 de agosto de 2021, visando atender ao decreto n. 10.139 de 28 de novembro de 2019,<sup>36</sup> que determinou a revisão de atos normativos inferiores a decretos. Atendendo à demanda, não ocorreu alteração no conteúdo da portaria, mas sim uma inclusão de dois artigos, art. 8 e 9, prevendo recursos orçamentários e a possibilidade de aporte público e privado. A PNEM agora responde pela portaria IBRAM n. 605, de 10 de agosto de 2021.<sup>37</sup>

Após essa breve explicação do que é a PNEM, cabe explorarmos a Educação Museal (EM), que faz parte do processo de evolução das ações educativas patrimoniais (POSSAMAI; FARIA, 2020, p. 51), pois tomou o lugar do termo “educação em museus”. Para as autoras, tal decisão foi estratégica, pois

o objetivo foi abarcar a diversidade do campo, não se restringindo a museus, mas ampliando sua abrangência a processos museológicos [...] um exercício contemporâneo de pensar em um campo que não somente há criação e funcionamento da instituição museu, mas também um agir reflexivo sobre seu propósito.

Para facilitar esse entendimento, foi publicado em 2018 o Caderno da PNEM, que auxilia nesse processo de melhor compreensão da complexidade e concepção da EM, não somente por conter todo o histórico de formulação da PNEM, mas também por conter possibilidades de implementação e um glossário que nos permite apreender de forma precisa os seguintes conceitos fundamentais para a realização da EM: acessibilidade plena; comunidade; cultura digital; economia solidária; educação museal; educação não-formal; formação integral; mediação; museu

---

<sup>35</sup> BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. “Decreto n. 9.759 de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal”.

<sup>36</sup> BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. “Decreto n. 10.139, de 28 de novembro de 2019. Dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto”.

<sup>37</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto Brasileiro de Museus. “Portaria n. 605, de 10 de agosto de 2021. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal - PNEM e dá outras providências”.

integral; planejamento participativo; política educacional, missão educativa, programa educativo e cultural; públicos e sustentabilidade. Dentre os termos mencionados, destacamos educação museal, política educacional, missão educativa, programa educativo e cultural.

De acordo com Andrea Costa, Fernanda Castro, Milene Chiovatto e Ozias Soares (2018, p. 74), autores do verbete no Caderno da PNEM, a educação museal é uma ação consciente do educador que possui metodologias, estratégias e estruturas próprias

coloca em perspectiva a ciência, a memória e o patrimônio cultural enquanto produtos da humanidade, ao mesmo tempo em que contribui para que os sujeitos, em relação, produzam novos conhecimentos e práticas mediatizados pelos objetos saberes e fazeres.

A EM pode ser aplicada em diferentes realidades e é considerada uma via

no complexo funcionamento da educação geral dos indivíduos na sociedade. Seu **foco** não está em objetos ou acervos, mas **na formação dos sujeitos em interação com os bens musealizados**, com os profissionais dos museus e a experiência da visita. Mais do que para o “desenvolvimento de visitantes” ou para a “formação de público”, a Educação Museal atua para uma **formação crítica e integral dos indivíduos, sua emancipação e atuação consciente na sociedade com o fim de transformá-la** (Ibidem, idem, grifo meu).

A Educação Museal também engloba o tripé prática, teoria e política, destacado por Fernanda Castro, Ozias Soares e Andrea Costa (2020, p. 10), autores que a entendem como um campo científico em construção, “como um conceito histórico e teoricamente referenciado que está em processo de construção coletiva”.

Átila Tolentino (2020, p. 10) considera que a educação museal

prima por uma prática reflexiva, crítica e dialógica do processo de musealização, afastando-se de posturas que simplesmente retificam o objeto, a ser contemplado e valorizado, sem considerar que são sujeitos sociais que lhes atribuem as significações e ressignificações.

De acordo com Fernanda Castro (2019, p. 96), o diferencial da educação museal, em relação às outras ações educativas patrimoniais, se dá “por colocar no centro da ação educativa museal o indivíduo e a necessidade de sua formação, emancipação e atuação crítica na transformação social”.

Para que a educação museal aconteça, além das diretrizes propostas na PNEM, utilizamos o Programa Educativo e Cultural (PEC) como instrumento de sua execução. O verbete aborda a política educacional, a missão educativa e o PEC. A

política educacional é o que norteará as ações, a missão é a razão daquela política e estas estarão presentes no PEC da instituição, junto ao Plano Museológico.

A Política Nacional de Educação Museal ainda tem muitos desafios, dentre os quais destacamos a construção de agenda de implantação, o estabelecimento da EM como função museal e a diversidade dos museus (PAULA et al., 2018). Maria Célia Santos (2018, p. 126) enfatiza que o principal desafio da PNEM

é promover as condições meios necessários para diminuir o fosso existente entre a realidade museológica das grandes metrópoles e os museus das diversas regiões, buscando, conjuntamente, as condições necessárias para que venham a ser polos de desenvolvimento local, regional e de aplicação das ações museológicas, dentro das condições técnicas mínimas necessárias para o funcionamento. O que fazer para que as políticas se transformem ganhos reais para os museus e para sociedade? Essa é uma questão que ainda continua na ordem do dia.

A PNEM apresenta os caminhos para a execução de uma nova perspectiva de ação educativa patrimonial, enquanto a Educação Museal provoca um deslocamento do patrimônio e/ou patrimonializado para o indivíduo, estimulando por meio dessa interação dialógica uma formação crítica e integral que abrange ações de cidadania. A PNEM, portanto, não se restringe à prática no campo científico. Cabe agora identificarmos como os desafios apontados por Dalva de Paula e outros (2018) e Maria Célia Santos (2018) se desenvolveram durante os três anos subsequentes.

## 5.2 Implementação e avaliação

“É possível identificar em curto prazo a importância da Política Nacional de Educação Museal, mas há ainda uma incógnita sobre sua apropriação pelo campo e seus resultados e impactos ainda estão por vir”: a afirmativa de Zita Possamai e Ana Carolina de Faria (2020, p. 48) é o centro desta subseção, na qual tentaremos compreender como a PNEM tem sido absorvida pela área e os pontos dela que precisam ser revisitados nos quatro anos após a sua aprovação. Apesar de curto o período, é necessário identificarmos como a política tem se desenvolvido até então.

O setor educativo está presente em 48,1% (1.500) das 3.025 instituições museais, entre as quais 96,4% possuem atividades específicas para o público infanto-juvenil, 83,5% ações para o público adulto, 64% para terceira idade e 8% atendem a público não especificado. Pessoas com necessidades especiais contam com práticas

educativas em 35,3% dessas instituições. Isso dentro do universo de 3.025 museus constantes no Cadastro Nacional de Museus, dentre os quais 1.500 participaram da pesquisa do IBRAM. Mais de 67% dos museus encontram-se nas regiões sul e sudeste. Os museus receberam uma média anual de mais de 17 milhões de visitantes entre 2001 e 2009.<sup>38</sup> Esses são os dados mais recentes que temos até o momento. A pesquisa não foi atualizada pelo IBRAM, mas fornece um panorama geral do setor e revela o potencial que a implementação da PNEM pode atingir.

Neste sentido, o IBRAM tem realizado algumas ações de apoio à implementação da PNEM. O tema da 12ª Primavera de Museus, ocorrida em dez cidades do país entre os dias 17 e 23 de setembro de 2018, foi “Celebrando a educação em museus”. Como já citado, consta a realização do I Encontro Nacional em Educação Museal no sítio eletrônico da PNEM e foi aberto um fórum com quatro tópicos para que os interessados pudessem opinar sobre a formulação do Encontro. Os tópicos abrangeram as seguintes temáticas: dinâmica de comunicação dos trabalhos; proposta de formato; sugestões de temas e de palestrantes.

Na tentativa de estimular a sua implementação, o Caderno da PNEM possui uma parte específica para “apontar caminhos viáveis de atuação e desenvolvimento de estratégias e ações” (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2018a, p. 43). Os exemplos contemplam alguns princípios e diretrizes dos três eixos. Cabe salientar que diante da pluralidade dos museus e das mais distintas realidades, nem sempre a política será adotada de forma plena, de maneira que o Caderno visa demonstrar caminhos possíveis de ações que dialogam com os princípios e diretrizes da PNEM.

Além do Caderno, a coleção Educação Museal: conceitos, história e políticas (2020), do Museu Histórico Nacional, apresenta cinco volumes, em cada um deles foram abordados dois temas. O primeiro volume aborda a história da EM e a prática político-pedagógica museal; o segundo volume trata de gestão, financiamento, profissionalização e reconhecimento da função educativa; o terceiro versa sobre sistematização, registros das ações, teoria educacional, formação, pesquisa e comunicação; o quarto contempla a museologia social, decolonialidade e as relações museu e sociedade e o último cibercultura e acessibilidade (CASTRO; SOARES; COSTA, 2020, p. 8-9).

---

<sup>38</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Museus em números**. Brasília: IBRAM, 2011 (Volume 1).

Andrea Costa, Fernanda Castro e Ozias Soares (2020b, p. 28) destacam que a relevância da PNEM pode ser “percebida pelo número de estudos já realizados que mencionam seu processo de construção”. Segundo eles, fazer um levantamento desses estudos traz alguns desafios, frente à pluralidade do campo museal e a “aproximação e ligações da Educação Museal com as diversas modalidades e áreas da educação”. Neste contexto, eles apontam para os resultados do estudo de Ozias Soares e Carla Gruzman (2019), no qual constaram “três vezes mais pesquisas em 2019 do que em 2004” (COSTA; CASTRO; SOARES, 2020b, p. 30), avanço este que coaduna com o movimento de consolidação da EM.

Há alguns exemplos publicados de implementação da PNEM. Um deles é o do Museu Paraense Emílio Goeldi, instituição pública localizada em Belém (PA), fundada em 1866 e vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia do governo federal. Seu setor educativo foi institucionalizado em 1983. Helena Quadros (2020, p. 45, grifo meu) nos convida a compreender um pouco mais do programa institucional “O Museu Goeldi de Portas Abertas”,

responsável pela integração entre as áreas científicas do Museu Goeldi por meio da Zoologia, da Botânica, das Ciências Humanas, das Ciências da Terra e Ecologia, ou seja, o “Portas Abertas” tem uma Pedagogia interdisciplinar, de integração desses conhecimentos, pois eles se inter-relacionam, integrando ciências humanas e ciências naturais. **Existe o diálogo entre os domínios, há momentos de interseção entre as ciências nesse espaço interdisciplinar, que acaba sendo uma contribuição efetiva para a construção da epistemologia da educação museal.**

Com 35 anos de existência, o programa visa “apresentar ao público seus estudos, seus bastidores da ciência e educação museal” (Ibidem, p. 45) como uma via de popularização da ciência. O programa faz parte da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e em 2019 iniciou sua versão itinerante. Em quatro dias de atividades a instituição atendeu a 1.291 participantes de 25 instituições, números que comprovam uma demanda social para ações com esse viés e evidenciam a educação museal como uma via de estabelecer um diálogo frutífero com a sociedade.

O Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MAUC) implantou, em 2019, seu Núcleo Educativo (NEMauc) com um projeto alinhado ao Plano Museológico da instituição e ao Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade. O plano de ação “subdividiu em dois eixos: participação e formação, em

alinhamento aos princípios e diretrizes da PNEM” (SIQUEIRA; CORREIA; ROCHA; 2020, p. 34), além de prever critérios de avaliação. O NEMauc

atua por meio de ações coordenadas com vistas à recepção e ao acolhimento de diferentes públicos, realizando visitas mediadas, oficinas, workshops, formações em Arte e em Museologia, parcerias intra e interinstitucionais, entre outras (Ibidem, p. 35).

A construção do Núcleo é fruto de uma troca do setor com a sociedade e seus parceiros, em um diálogo constante com toda equipe da instituição. Entre as atividades realizadas destacam-se: a mediação com grupos de visitantes; a Oficina Mestre Noza; o Programa Férias no MAUC: museus para todos os públicos; o grupo de estudos em educação museal (GEEM/MAUC) com a Jornada de Práticas Educativas e Científicas do MAUC; o programa de voluntariado e a organização da Semana Nacional de Museus e da Primavera dos Museus. Com o início da pandemia, o NEMauc transferiu suas atividades para a internet. Graciele Siqueira, Helem Correia e Saulo Rocha (2020, p. 38) afirmam que a institucionalização do Núcleo e suas ações estão ancoradas no “tripé pesquisa, formação e participação”.

Vem de São Paulo o nosso outro exemplo de setor educativo alinhado à PNEM. Mila Chiovatto (2020, p. 20) explica como funciona a gestão do Núcleo de Ação Educativa (NAE) da Pinacoteca. A instituição fundada em 1905 é administrada por Organizações Sociais desde 2006, possui um público médio anual de 500.000 visitantes e recebe mais de 20 exposições temporárias por ano. O NAE foi implantando em 2002 e tem como missão “promover processos educativos para diferentes públicos e, arte, história/memória, patrimônio e cultura, contribuindo para o exercício da diversidade, o diálogo e a difusão do conhecimento” (Ibidem, p. 21) e se baseia na proposta construtivista freiriana, que propõe

organizar o processo educativo a partir de repertórios e interesses dos educandos; bem como no conceito de comunidade interpretativa que migrou das propostas de interpretação literária para as metodologias de educação museal (Ibidem, p. 22).

O NAE trabalha com cinco propostas metodológicas: as propostas poéticas; recursos multissensoriais; dispositivos para autonomia de visita; leitura de imagem; e visitas dialogadas. Em dois grandes eixos, o primeiro dos Programas de Atendimento ao Público das Escolas e em Geral (PAPEG), considerado como público habitual da

instituição e a Coordenação de Programas Inclusivos (COPEI). Dentre as ações do primeiro eixo apontamos as atividades: visitas educativas; Pinafamília; exposições temporárias; dispositivos para autonomia de visitas e a formação de professores. No segundo eixo temos os programas educativos com o foco na acessibilidade, a inclusão sociocultural para público em vulnerabilidade social, o programa meu museu para idosos e cuidadores e o programa consciência funcional para os trabalhadores de museus. Apesar de ser anterior à PNEM, o trabalho desenvolvido pelo núcleo educativo da Pinacoteca evidencia como a educação museal proposta pela política de educação museal é factível, seja em uma instituição pública ou privada, gerida ou não por uma organização social, esclarecendo a importância da gestão para sua execução plena. Cabe ressaltar a dificuldade financeira da instituição apontada por Mila Chiovatto (2020): 50% do orçamento vem do governo do estado de São Paulo e o restante chega por meio de captação na iniciativa privada ou da participação de editais de financiamento à cultura.

O Museu Histórico Nacional (MHN) foi citado pelos entrevistados como instituição exemplar no que se refere à aplicação da PNEM. Fernanda Castro, em entrevista, ressaltou que sua ida para o MHN foi a fim de implementar a educação museal. O Núcleo de Educação da instituição (NuEdu/MHN) elaborou seu Programa Educativo e Cultural (PEC) nos anos de 2018 e 2019, aprovado em 2020 pelo IBRAM. O PEC teve como objetivo geral “realizar programas, projetos e ações que promovam processos educativos voltados para **acessibilidade**, a formação e o **desenvolvimento dos públicos** e a **criação e pesquisa em educação museal**”.<sup>39</sup> Possui uma missão educativa e os princípios norteadores definidos.

O Núcleo possui três programas: desenvolvimento e formação do público, pesquisa e criação em Educação Museal e desenvolvimento de parcerias (CASTRO; SOARES; COSTA, 2020, p. 7). No Plano Museológico 2020-2023 o MHN apresentou um quadro-síntese com os conceitos orientadores, metodologias, conteúdos educativos e ferramentas, apresentando um trabalho transversal e interdisciplinar (Quadro 1).

---

<sup>39</sup> MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (MHN). **Programa Educativo Cultural**: a Política Educacional do MHN. Rio de Janeiro: MHN, 2019, p. 36, grifo meu.

**Quadro 1 - Conceitos orientados e conteúdos educativos**

CONCEITOS ORIENTADORES		CONTEÚDOS EDUCATIVOS	
1.	Acessibilidade	•	“Descobrimientos” x Invasão
2.	Cultura Digital/ Educação Museal Online	•	História, Cultura e Resistência negra
3.	Curadoria Educativa (Mirian Celeste Martins)	•	História, Cultura e Resistência dos povos originários
4.	Decolonialidade	•	História e Cultura de resistência de minorias políticas e grupos marginalizados
5.	Educação Museal	•	Crítica ao colonialismo e às heranças colonizadoras
6.	Formação Integral	•	Díspora ameríndia e africana
7.	Hegemonia cultural – história dos vencidos x história dos marginais	•	História e Cultura de resistência feminina
8.	Interculturalidade Crítica		
9.	Mediação		
10.	Museologia Social		
11.	Museu Integral		
12.	Objetos Mediadores		
13.	Objetos Geradores		
14.	Patrimônio Invisibilizado		
	<b>METODOLOGIAS</b>		<b>FERRAMENTAS</b>
•	Pesquisa investigativa	•	Programa Educativo e Cultural (PEC)
•	Visita Mediada	•	Pesquisa de Público
•	Palavra/ Objeto Gerador	•	Objetos Mediadores
•	Objeto Mediador	•	Formulários de Planejamento e
•	Contação de Histórias	•	Avaliação
•	Oficinas pedagógicas/artísticas		
•	Parcerias Interinstitucionais		

Fonte: MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 2020, p. 36.

O grupo de pesquisa “Educação Museal: conceitos, história e políticas”, cadastrado no CNPq, é uma das ações do NuEdu/MHN e parte do programa de pesquisa e criação em EM. Criado em 2018, sua autonomia aconteceu a partir de 2019. Ele atua com três linhas de pesquisa: “1. História da Educação Museal; 2. Perspectivas Conceituais, teóricas e metodológicas da EM e 3. Práticas e políticas públicas de museus e Educação Museal” (CASTRO; SILVA; BORGES, 2020, p. 66) e conta com 30 integrantes de diversas regiões do país. Com o início da pandemia, o grupo tem realizado encontros mensais de forma virtual. Além das pesquisas, eventos e encontros, o grupo é responsável pelo Centro de Referência da Educação Museal, “uma coleção que compõe o acervo bibliográfico do MHN e conta com a coleção doada por Magaly Cabral” (Ibidem, p. 69). Dentre as ações destacamos os cursos livres, que propõe formação, reflexão e trocas de experiências dentro de temas como: básico de educação museal, elaboração de PEC, EM online e planejamento, registro e avaliação de ações educativas museais.

A pandemia antecipou a migração para o ambiente digital, que já era prevista no PEC. A primeira experiência aconteceu na 18ª Semana Nacional de Museus, que versou sobre diversidade e inclusão. Um grupo de Facebook intitulado “Espaço Educativo Virtual” foi formado com objetivo de ser um espaço de diálogo entre equipe

e participantes. Na programação do evento foram realizadas uma campanha para formação de coleção acessível, uma ação temática sobre a representação LGBTQIA+ no MHN e um concurso para criação do sinal em Libras do museu voltado para a comunidade surda. Ao todo as atividades tiveram 225 comentários, 281 curtidas e mais de 100 compartilhamentos e mais de 2 mil visualizações dos vídeos (SILVA; OLIVEIRA; JULIÃO; ABDALLA, 2020, p. 54), demonstrando um bom potencial a ser explorado pela instituição.

Outro grupo de estudo na área foi criado pela Rede de Educadores Museais da Bahia (REM-BA) em 2020. O relato de experiência foi apresentado por Igor Souza, Hilda Cezário, Mona Nascimento e Leane Gonçalves (2020, p. 76) como uma forma de inspirar mais iniciativas como essa. O grupo de EM da REM-BA nasceu da “lacuna existente em cursos técnicos e superiores de museologia e afins, que não costumam oferecer componentes curriculares com esse conteúdo”. Neste sentido, comemorando os primeiros dez anos da rede foi então formulado um anteprojeto para aprovação. A metodologia de trabalho foi definida e o grupo foi lançado no Congresso Virtual da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2020. Ao todo são 59 integrantes que se reúnem mensalmente para discussão de textos e de temas previamente definidos.

A criação de grupos de pesquisa/estudos dialoga com eixo II da PNEM, que tange a formação e a qualificação profissional, pontos de suma importância para alcançar práticas baseadas no tripé da educação museal: a prática, a teoria e a política.

O processo de implementação da PNEM encontra-se em curso. Sua aprovação aconteceu em meio a uma crise política, pós-impeachment de Dilma Rousseff, momento em que houve uma nova eleição e uma mudança brusca nas prioridades governamentais. O MinC foi extinto e a cultura passou a ser uma secretaria especial dentro do Ministério do Turismo. Agravando mais ainda esse cenário, a pandemia do novo corona vírus chegou ao país em março de 2020, alterando completamente as nossas rotinas e interações sociais. Destacamos esse contexto, pois o orçamento dos museus está cada vez mais escasso e a prioridade das instituições depois incêndio do Museu Nacional estão voltadas para salvaguarda das instituições e acervos. Apesar do cenário nada favorável, a PNEM tem ganhado cada vez mais adeptos e sinais de um campo em plena expansão.

Por tratar-se de uma política pública, a PNEM passou pelo ciclo constante de formulação, implementação e avaliação. De acordo com os entrevistados, a média de tempo para avaliação de uma política pública foi estimada em cinco anos. Esta pesquisa antecipa um pouco a avaliação de PNEM, já que no momento de sua execução a política tinha aproximadamente quatro anos de existência.

Foi possível identificar alguns pontos sobre a PNEM e a prática da educação museal. No que tange a aplicabilidade da educação museal e o processo de avaliação previsto na PNEM em sua realização, Ruth Vaz Costa (2020) fez um relato de experiência que questiona a avaliação das ações educativas. Ela trabalha nos museus do IBRAM de Goiás (Museus das Bandeiras, Museu de Arte Sacra da Boa Morte e Museu Casa da Princesa). Essas três instituições são distintas em suas missões e acervos. Desde 2016 nos museus, Costa observou um distanciamento da sociedade com a instituição e aplicou questionário para identificar como melhorar essa relação, devido à pandemia as possíveis melhorias ainda não puderam ser executadas. Diante desse novo cenário, os museus têm utilizado as redes sociais para difusão e realização de ações. Costa aplicou um questionário virtual para avaliação das atividades realizadas. Foram avaliadas doze atividades que ocorreram entre março e julho de 2020. A maior parte das ações foram consideradas excelentes, algumas com 73% de aprovação. A autora indica a baixa quantidade de respostas obtidas, levando a considerar uma nova forma de avaliação no futuro. Para além dos resultados que visam detectar quais pontos e práticas podem ser melhorados, Costa nos convida a refletir sobre como avaliar as ações educativas nas instituições, deixando duas instigantes perguntas

Como medir o quanto nossos setores educativos são capazes de impregnar-se da presença humana dentro dos museus? O quanto isso reflete na nossa capacidade de dialogar com outro humano em sua complexidade de que vai (e deve), sim, deixar as marcas de sua presença em nós e nos lugares em que atuamos? (Ibidem, p. 29).

O segundo ponto de avaliação está relacionado com a efetividade da política e os desdobramentos de sua implementação. Observamos uma movimentação na área referente ao eixo dois da PNEM, que tem como foco os profissionais, sua formação e a pesquisa em educação museal. Dentre as nove diretrizes propostas, três reafirmam a importância da formação profissional. Marielle Costa (2020) analisa o papel do educador museal, sua formação e profissionalização. Dentre os dados e reflexões

apresentados pela autora, destacamos a pesquisa sobre o perfil dos profissionais da EM nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, executada pelo Programa de Produção de Dados em Educação Museal do Núcleo de Educação do MHN/IBRAM, Coordenação de Produção e Análise da Informação (CPAI/IBRAM), Coordenação de Museologia Social e Educação (COMUSE/IBRAM) e Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC) do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A pesquisa demonstrou que a maioria dos educadores museais são oriundos das licenciaturas, em especial Artes Visuais, Pedagogia e Letras. Esses profissionais têm uma boa formação de educação formal, mas possuem uma carência na formação sobre a educação não-formal, especificamente da educação museal, que requer conhecimentos e formação própria. Outro ponto apresentado pela autora em relação à pesquisa é a entrada desses profissionais no campo, no qual, “em grande parte das situações os educadores começam a realizar sua atividade sem ter uma relação objetiva com o museu ou com assuntos que perpassam a museologia como área do conhecimento” (Ibidem, p. 59). Isso demonstra que ainda há uma lacuna na formação desses profissionais, apesar de alguns avanços como o Programa Saber Museus do IBRAM e a construção do Repositório Museologia Digital, ainda não concluído. A legalização e regulamentação do ofício é um ponto defendido pela autora e constante no PNSM e na PNEM, pois o educador museal ainda se encontra em uma relação de trabalho precarizada e exige-se do profissional habilidades específicas para o desenvolvimento de suas atividades.

Sobre o processo de legalização do educador museal, foi possível perceber a atenção da área para com o tema. Adriana Almeida, Fernanda Junqueira, Fernanda Castro, Luciana Martins e Mona Nascimento (2020, p. 78) demonstram como o campo tem se mobilizado no processo de profissionalização da educação museal no país. A pandemia do Covid-19, gerou o fechamento das instituições e uma onda de demissões desses profissionais, evidenciando a fragilidade das relações de trabalho e que estes profissionais ainda são vistos como dispensáveis: “A função educativa dos museus urge ser reconhecida e valorizada, a precarização profissional é gritante e prejudica instituições, educadores e a relação destes com os públicos”. Diante deste cenário, a REM Brasil e o Comitê de Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus do Brasil (CECA-BR) se reuniram e realizaram cinco reuniões, com 615 contatos de profissionais e 40 voluntários. Estes foram divididos

em cinco grupos de trabalho. Os resultados constam na “Carta aberta aos educadores museais brasileiros sobre os efeitos da Pandemia de Covid-19 na Educação Museal no Brasil”.

Ainda segundo Adriana Almeida, Fernanda Junqueira, Fernanda Castro, Luciana Martins e Mona Nascimento, houve a elaboração de projetos de lei emergenciais para auxiliar profissionais da área, encaminhados para um vereador no Rio de Janeiro e foram pesquisadas legislações semelhantes em outros estados. Foi identificada a necessidade de criação de uma associação de profissionais de educação museal e de espaços culturais e foram formuladas ações de apoio aos educadores. Foi realizado um ciclo de quatro webinários, disponíveis no canal do Youtube do CECA-BR, além da criação de um grupo de estudo com encontros quinzenais para discussão de ações educativas digitais. Como bem apontado pelos autores, apesar do cenário desfavorável, há um

potencial que os profissionais, organizados e em constante luta pela área têm para se mobilizarem e produzirem soluções e abrirem caminhos para o desenvolvimento, a consolidação e a valorização do seu trabalho e da sua relevância para o cumprimento da função social dos museus (Ibidem, p. 78).

Apesar de precoce a avaliação, foi possível perceber que o campo se movimenta a favor da formalização e da legalização do educador museal, em consonância do eixo II da PNEM. Os últimos quase quatro anos foram permeados por conquistas e desafios, na consolidação do campo da Educação Museal. Andrea Costa, Fernanda Castro e Ozias Soares (2020a, p. 83) destacam sete conquistas e sete desafios da EM. Como conquistas foram apontadas: a produção do conhecimento em educação museal; a implementação continuada de políticas públicas que abrangem a educação museal; a vasta literatura no campo; parcerias entre museus e universidades; iniciativas para produção de dados no campo; institucionalização dos serviços educativos e vínculos de trabalho diversificado. Como desafios foram destacados: ampliação da difusão da produção da área; manutenção de políticas públicas construídas de forma participativa; aplicabilidade da PNEM com a necessidade de um diagnóstico da área; formação do profissional; diversidade institucional e o reconhecimento do educador museal. Para os autores duas questões serão recorrentes “quem elabora e implementa a política pública? Como manter o tom

de participação que vem sendo característico das iniciativas neste campo, diante do reiterado solapamento das instituições e sujeitos?”. Eles ainda afirmam que a

Educação Museal articula a mediação humana, a pesquisa, a participação na concepção e desenvolvimento de exposições, o uso das tecnologias digitais em rede, a reflexão e teorização sobre as práticas e as finalidades da ação política (Ibidem, p. 84).

A manutenção dessa prática se une a um forte coletivo, que se consolida cada vez mais, a fim de fortalecer a relação museu-sociedade no cumprimento da sua função social.

### 5.3 Coleta e análise das entrevistas

Nesta subseção abordaremos de forma mais aprofundada as entrevistas. Procuramos identificar, em especial, aquilo que não estava explícito nos documentos e publicações. Salientamos que as entrevistas foram relatos de experiência gentilmente compartilhados. Coletar os dados de uma pesquisa utilizando entrevistas nos forneceu a oportunidade de confirmar pontos e perceber nuances do processo, principalmente, do período de formulação da política, trazendo a possibilidade de analisarmos as diversas atuações na construção da PNEM. Foram convidados nove responsáveis por cada grupo de trabalho da política, definido no 1º Encontro de Educadores do IBRAM, e a consultora contratada para formulação de uma proposta-síntese da política.

Ao todo foram convidadas dez pessoas, oito aceitaram o convite e sete entrevistas foram realizadas, das quais seis cumpriram todo o protocolo aprovado pelo CEP/UNIRIO. Os encontros aconteceram no período de 02 de agosto a 08 de setembro de 2021, geraram 8 horas e 24 minutos de gravação e foram todas identificadas. As reuniões foram realizadas com base em um questionário semiestruturado como forma de guiar as entrevistas e contou com dezessete perguntas, divididas em seis partes, com duração média de 1 hora e 12 minutos por encontro. As perguntas foram feitas a todos os entrevistados e em alguns encontros outras questões foram acrescentadas, de acordo com a vivência de cada um.

Como metodologias utilizamos para entrevista e transcrição a proposta de Verena Alberti (2013) e para o estudo empregamos o método “interpretação dos sentidos” de Romeu Gomes e outros (2010) para leitura e interpretação dos dados,

seguida da estruturação da análise e interpretação, considerando os marcos teóricos conceituais do campo. As entrevistas foram exploradas pelos eixos de sua subdivisão, foram eles: formação e trajetória profissional; política de educação museal; formulação da PNEM; implementação da política; avaliação da PNEM e a possibilidade de uma Política Nacional de Educação em Arquivos.

Os encontros foram norteados pela necessidade de entendermos como a política foi concebida, formulada, implementada, como tem sido avaliada e de que forma esta pode contribuir ou não para uma política similar nos arquivos. Ponderando se as experiências dos coordenadores poderiam contribuir para o (re)pensar das ações educativas nos arquivos e seu fortalecimento na Arquivologia. Todos os participantes se encontravam satisfeitos em poder colaborar com a pesquisa e compartilhar suas experiências, estavam abertas as perguntas. Não identificamos nenhuma negativa aos riscos esperados às questões apresentadas. Consideramos relevante destacar que 83% dos entrevistados eram mulheres.

O primeiro eixo da entrevista foi sobre formação e trajetória profissional. Nesta parte tentamos conhecer um pouco mais de cada entrevistado e verificar como estes chegaram até a PNEM. Os entrevistados foram: Fernanda Santana Rabello de Castro, responsável pelo GT Redes e Parcerias; Girlene Chagas Bulhões, GT Sustentabilidade; Isabel Maria Carneiro de Sanson Portella, GT Acessibilidade; Luciana Conrado Martins, consultora; Ozias de Jesus Soares, GT Perspectivas Conceituais; e Rita Matos Coitinho, GT Estudos e Pesquisa.

Os entrevistados apresentaram trajetórias distintas e são, em sua maioria, da região sudeste do Brasil. Com destaque para Rita Coitinho, formada em Santa Catarina e que, na época da PNEM, estava lotada na sede do IBRAM em Brasília; Girlene Bulhões, formada na Bahia e que estava nos museus do IBRAM de Goiás e Luciana Martins, de São Paulo. Os demais são Rio de Janeiro e se encontravam nos museus IBRAM da capital fluminense durante a formulação da política.

No que tange à formação, todos possuem graduação e pós-graduação. Nas áreas de graduação temos uma diversidade nas Ciências Humanas e Sociais com duas museólogas, duas historiadoras, uma cientista social e um pedagogo. Ficou evidenciado que cinco entrevistados possuem doutorado e um possui mestrado e que a maior parte cursou doutorado em Educação. Duas delas desenvolveram suas pesquisas em educação museal.

Em relação à trajetória profissional, com exceção de uma pessoa, os entrevistados são funcionários públicos, em sua maioria, do próprio IBRAM na época. Tal ponto foi destacado por Fernanda Castro em sua entrevista, pois um dos diferenciais da política consiste no fato de que sua coordenação foi realizada por funcionários do Instituto. O motivo do convite para ser responsável por um grupo de trabalho na PNEM não é claro para a maior parte dos entrevistados. Alguns acreditam que o convite tenha partido pela sua atuação na temática, outros referentes ao cargo que ocupavam no Instituto e aqueles que não conseguiram apontar o porquê, mas todos se sentiram honrados, trabalharam de forma voluntária no processo e se sentem satisfeitos com os resultados alcançados. Apenas uma das entrevistadas não participou do processo até o final.

A segunda parte da entrevista versou sobre a questão: por quê uma política em educação museal? Nas respostas ficou evidente o papel educador do museu, visão essa recente, com início no século XX e que, diante da pluralidade das instituições, conseguir priorizar a educação tem sido um desafio. Luciana Martins ressaltou que conseguir esse espaço nos museus não é fácil ao afirmar “até hoje se luta em muitos museus para o educativo, por exemplo, participar da concepção das exposições. Isso não é uma realidade dada, é uma realidade lutada na realidade das instituições”. Rita Coitinho explica que o movimento para um direcionamento da área educativa dos museus já era considerado pelo grupo que criou o IBRAM, pois compreendiam a instituição como espaços educativos e acrescenta: “essa visão dos museus como espaço educacional levou a necessidade da própria instituição de entender o que é que era esse espaço de educação”. Para entender melhor esse espaço museal, um documento direcionador seria uma opção para levar a todas as instituições essa perspectiva dentro da política nacional de museus. Ozias Soares enfatiza que a PNEM foi resultado de uma conjuntura do próprio crescimento da área, que se consolidava quantitativamente e qualitativamente, com a ampliação dos números de museus e de cursos de Museologia, como também nas discussões das políticas e na criação da Rede de Educadores Museais, que se expandiu, assim com a ideia de uma política para atender às demandas do campo. Fernanda Castro ressaltou que as políticas museais nas duas últimas décadas foram formuladas de forma participativa e que a PNEM atende a uma demanda do setor educativo. Ozias Soares corrobora com Fernanda Castro, ao afirmar que a política veio por meio das demandas das bases.

Embora sejam plurais as visões sobre os motivos que levaram à criação da PNEM e às demandas do próprio setor entre os participantes da entrevista, é consenso que o movimento inicial dos educadores museais e de suas REMs impulsionaram a realização da política. O novo papel do museu na sociedade é um ponto a ser considerado, uma resposta que dialoga com a Mesa de Santiago e com todo o movimento da Nova Museologia, que influenciou as ações no país tanto academicamente como na prática museal de um museu que centra sua prática para além da preservação, com foco na sociedade. Essa perspectiva social vai ao encontro do papel educador da instituição, mas não de forma tradicional, já que ele perpassa por todo o museu e chega na sociedade através de uma prática integral, que como bem aponta Luciana Martins, “de você pensar educacionalmente os processos museológicos”.

A terceira da parte entrevista tratou da formulação da PNEM e de suas influências, desafios, pontos relevantes, desnecessários e ausências. As influências da política resultaram em pontos diversificados. Luciana Martins afirmou que a educação museal como campo em desenvolvimento não possui epistemologia consolidada, pois é uma área em transição e fluida, em constante construção. Fernanda Castro enfatizou a participação colaborativa dos envolvidos e os olhares múltiplos. Sendo assim, o Caderno da PNEM vem justamente auxiliar nesta questão, pois é a obra na qual são esclarecidas e formalizadas suas perspectivas.

Ozias Soares, responsável pelo GT Perspectivas Conceituais, destacou duas vertentes: a primeira eram as políticas institucionais definidas, como a Política Nacional de Museus e o Plano Nacional Setorial de Museus. A segunda, do campo teórico, abarca a ideia de formação integral de Gramsci, na qual o museu não é auxiliar na educação formal, ele possui métodos educacionais próprios que contemplam uma atuação política no sentido freiriano. Rita Coitinho ressalta o movimento da nova Museologia, por ela intitulado “Museologia militante”, presente na sua formulação. Duas participantes não atuaram nos grupos que discutiram as influências e não se sentiram aptas para responder à esta pergunta.

Quanto aos desafios para sua formulação, dois momentos podem ser destacados: o primeiro e mais citado foi coadunar todos os interesses, seguido da dimensão territorial brasileira e toda sua pluralidade cultural e linguística. Ozias Soares destacou que a fim de conseguir ouvir e conciliar esses obstáculos, várias

estratégias foram utilizadas, dentre as quais: consulta virtual e presencial, presença dos articuladores e contratação de uma consultora. A falta de recurso foi outro fator apresentado que ocasionou o voluntariado e o uso do recurso digital como saídas para driblar a escassez financeira. Em contraponto a essas questões, temos o reconhecimento da educação museal como função do museu a partir da formulação da PNEM. Cabe salientar que essa perspectiva multidimensional da educação museal (teórica, política e prática) retira dela uma função meramente executora, como apontado por Ozias Soares. Esse novo patamar da EM destaca também o educador museal e seu processo de profissionalização, questões que têm sido trabalhadas pelo campo na atualidade.

Ainda de acordo com os entrevistados, o respeito, a participação e a sinergia total entre os participantes marcaram o processo de formulação da PNEM e de seu produto. Com perfil de ser um documento enxuto e norteador para a área, dois entrevistados consideram que para sua função inicial não houve ausências. Para os outros entrevistados, o lapso da política é a omissão da sua parte prática, ou seja, a inexistência de estratégias, metas e ações. Esta lacuna da PNEM deixa questões sem respostas, como as levantadas por Luciana Martins “o que é que você vai fazer? Como é que você vai fazer, de onde vai vir a verba?”, dificultado assim sua implementação. Fernanda Castro destaca um ponto existente na portaria, que seria extinto com sua reformulação: a possível retirada da instância participativa da PNEM, em função do decreto presidencial, seria para ela a principal lacuna, mas não foi o que aconteceu, ela foi mantida. Para Ozias Soares, além das demandas apontadas, o zelo na formulação em não invadir competências de outras áreas, suscita a questão “Por que não houve o convite das demais áreas participarem da discussão da PNEM?”. Ele afirma “ficamos em uma perspectiva corporativista, educativo, educação”.

Quanto ao processo de formulação da PNEM, destacamos alguns pontos. O primeiro sobre a importância da união e da movimentação da área para conseguir formular e aprovar a política, ponto no qual a articulação do setor foi decisiva. Thereza Cury (2001) intitula esse movimento de processo comunicativo e de cooperação e articulação. Para a autora, essas dimensões são fundamentais para a dinâmica do processo e fazem parte de um significativo aprendizado social. O segundo discute o entendimento do campo sobre o que é a educação museal e sua perspectiva multidimensional como função do museu, tirando-a de uma posição periférica para

central. O terceiro é referente à diversidade e ao entendimento do campo da educação museal como uma área em formação que demanda cuidado em evidenciar as bases conceituais. Há a forte influência da perspectiva de Paulo Freire e do conceito de formação integral de Gramsci, desenvolvidos no Caderno da PNEM. O quarto ponto versa sobre o sistema de planejamento, composto por política, plano, programa e projeto, que conterà princípios, diretrizes, estratégias, ações, metas, dotação orçamentária com acompanhamento, controle e avaliação em periodicidade estabelecida. Tais etapas são de suma importância para que se consiga formular e implementar a política.

No quarto eixo da entrevista questionamos sobre o processo de implementação da política. Sobre sua adesão, os entrevistados indicaram que não acompanharam de perto sua implementação, com exceção de Fernanda Castro. Apesar de não terem acompanhado, perceberam uma aceitação da PNEM na academia, com aumento de publicações sobre o tema e seu uso em sala de aula. A ampliação e consolidação da rede de educadores museais foi outro ponto destacado. Luciana Martins declarou que, na prática, tem identificado o uso da PNEM como referência para criação dos instrumentos nas instituições e que esta fornece um apoio para dar continuidade às ações. Rita Coitinho ressaltou que, apesar desses movimentos, observou um esfriamento nas políticas e uma queda no orçamento das instituições com o atual governo, o que dificulta a implementação da PNEM. Isabel Portella evidenciou que a PNEM tem fortalecido as políticas de acessibilidade nos museus e o repensar do espaço museal. Ozias Soares destacou a criação do grupo de pesquisa GPEM do MHN, bem como as pesquisas e os trabalhos que o grupo tem desenvolvido, como o retorno da especialização *lato sensu*, esboço do texto para regulamentação da profissão do educador museal e início das parcerias com universidades.

No ponto referente à implementação, comentaremos a experiência de Fernanda Castro, que foi para o Museu Histórico Nacional com esta finalidade. O trabalho de Fernanda Castro foi salientado por Luciana Martins como exemplo de implementação da PNEM. Ao descrever as ações realizadas, Fernanda Castro afirma:

nesse processo a gente iniciou uma pesquisa e um processo participativo de elaboração da política educacional do museu. Para isso o núcleo de educação teve os seus programas reestruturados, foram definidas as atribuições da equipe, as concepções teóricas, os referenciais teóricos conceituais, enfim, foram criados vários instrumentos para sistematização do trabalho educativo, instrumento de registro de avaliação. Então, lá no Museu Histórico Nacional, é isso que eu tenho feito nos últimos três anos.

Castro ainda ressalta o grupo de trabalho do IBRAM, voltado atualmente para identificar ações que contribuem com a implantação da PNEM nas instituições que fazem parte do instituto e avisa que o IBRAM realizará “um curso sobre elaboração de programas educativos culturais com os educadores do IBRAM, para que cada museu do IBRAM tenha sua política educacional”, para que nos museus da instituição a PNEM seja adotada. A historiadora citou outros exemplos de implementação da PNEM, como os museus do IBRAM Goiás e o Museu de Arte da Universidade do Ceará, da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Como dificuldade de implementação, os entrevistados em sua maioria destacaram dois pontos centrais: a gestão e o orçamento: “o orçamento é um problema crônico e é um problema crucial”, declarou Fernanda Castro em sua entrevista para esta pesquisa. A ausência do IBRAM à frente do processo também foi considerada por alguns entrevistados. O diálogo entre as outras áreas do museu foi outro ponto ponderado. Quando analisamos o processo de implementação da PNEM pelo olhar de nossos entrevistados, foi possível identificar que ele é viável e esbarra em questões que apareceram na sua formulação, resistência da gestão, falta de orçamento para sua execução e pouco apoio do instituto.

A avaliação foi a temática do penúltimo eixo. A eficácia da PNEM não pode ser avaliada pelos entrevistados, pois nenhuma coleta de dados foi realizada. De acordo com Ozias Soares, a percepção da sua eficácia é muito subjetiva. Sendo assim, um dos entrevistados não soube responder, por estar fora da área no momento. Em sua maioria, os participantes sinalizaram que a PNEM é conhecida por sua construção coletiva e pela sua difusão e reforçaram a necessidade de se fazer um levantamento dos resultados da política – e para tanto o poder público, representado nesse caso pelo IBRAM, deveria assumir sua responsabilidade.

Como prazo de reavaliação de uma política tivemos sugestões que variaram entre quatro e vinte anos, mas 66% sinalizaram que o prazo de cinco anos é um bom período. Ao serem questionados sobre ajustes necessários à política, 83% confirmaram a necessidade de revisão. Além das ausências apontadas, em especial a ausência de plano de ações, Fernanda Castro enfatiza que alguns verbetes do Caderno da PNEM precisam ser revistos, entre eles o referente à educação museal. A definição sobre a formação também deveria ser mais clara, segundo ela, que conclui

explicando a diferença entre implementação e aplicabilidade, ressaltando a existência de uma lacuna na sua aplicabilidade, ao relatar:

A implementação é o conteúdo da política a ser assumido de forma institucional pelo poder público como diretrizes para pensar a ação educativa. E a aplicabilidade é como se dá na prática, como esse desenvolvimento se dá na prática não aparece como uma orientação prática na política, então acho que isso é uma ausência importante.

Dentro desse contexto de questionamento, Rita Coitinho então nos instiga a considerar alguns pontos quando formos avaliar a PNEM:

A política não é uma coisa dos burocratas, ela é uma coisa do campo, então as diretrizes elas são “baluartistas” e, aí, com acompanhamento, a gente percebe que tem coisa que não tem como, mas será que porque não tem como nós temos que tirar da política? Ou será que a gente talvez tenha que fazer só um balanço para mostrar o porquê não atingiu? São reflexões que a gente precisa fazer.

Coitinho conclui, “mas eu não acho que é porque está na política, que está demais, é porque realmente os museus não tem a consideração, não tem a valorização, que eles poderiam ter, deveriam ter”. A avaliação da política nacional de educação museal foi vista de forma geral como necessária, principalmente por ser um documento norteador e abrangente. Neste sentido, coletar os dados se torna o ponto focal desse processo, para então se abrir novamente para consulta junto à área, pontos que são considerados por Luiz Pedone (1986) e Thereza Cury (2001).

O último eixo da entrevista abordou a possibilidade de formulação de uma Política Nacional de Educação em Arquivos e de que forma a vivência dos participantes poderia auxiliar nesse processo. Quando perguntados se a PNEM poderia ser utilizada para pensar uma política de ações educativas nos arquivos, foram unânimes ao dizer que sim, desde que fosse considerada a especificidade de cada área. Fernanda Castro afirmou que o fundamento da educação museal é a formação integral, sendo assim,

É você reconhecer e promover processos de integração dos diferentes processos educativos que acontecem na sociedade, então, nesse sentido, a educação museal não existe sozinha. Inclusive o verbete está lá, ela é parte de um complexo processo de formação humana, que vai incluir o que é mais comumente reconhecido como a formação necessária, que a educação escolar, mas também todos são processos de formação que existem na sociedade, então educação com relação a arquivos, bibliotecas, educação artística, educação política, da formação sindical, todos esses processos educativos.

Luciana Martins ressaltou que a PNEM poderia fortalecer diversas áreas do museu e do arquivo, se fossem pensadas dentro da perspectiva educacional. E enfatiza:

Eu acho que os arquivos têm um potencial enorme educacional porque eles têm um acervo maravilhoso [...] muita coisa se perde. E isso é um dos problemas do arquivo. Como colocar a público essa informação? Como mostrar o que existe? E eu acho que a educação, nesse sentido, ela pode ser uma ferramenta fenomenal de diálogo.

Ozias Soares e Rita Coitinho consideram que algumas diretrizes se aplicam tanto na área dos museus, arquivos e bibliotecas como também servem como inspiração. Girlene Bulhões afirmou: “acho que compartilhamos o objeto da profissão, trabalhamos com memória, com a preservação da memória, partilhamos a mesma realidade política, econômica e isso pode ser aproveitado sim”.

Em relação à relevância de criação de uma Política Nacional de Educação em Arquivos, os entrevistados consideraram relevantes, mas não souberam dizer ao certo de que forma. Entre as respostas, destacamos a de Rita Coitinho, quem declarou:

Eu considero relevante sim, porque é uma área que tem especificidade eu não sei opinar sobre ela, não é a minha área, **mas a gente precisa dela. E ao precisar dela a gente tem de estabelecer essa ponte, estabelecer esse diálogo.** Eu acho bem importante” (grifo meu).

Girlene Bulhões acredita que, se a área considera necessária sua formulação, esta deve ser construída de forma coletiva e deixou algumas questões: “será que a necessidade maior do campo de arquivo não fosse de educação arquivística, mas de comunicação, de divulgação e formação? De comunicar esse potencial que o setor tem educativo?”. Isabel Portella informa que, no campo da acessibilidade, as políticas podem ser equiparadas, obedecendo à singularidade de cada instituição.

Sobre os pontos a serem considerados no processo de formulação, Luciana Martins apresenta uma visão precisa, que dialoga com as visões de arquivo que identificamos na literatura (SCHELLENBERG, 2004; FRATINI, 2009; KAFKA, 2012; ARQUIVO, 2015). Refletindo sobre a importância dessas instituições na atualidade e de que forma podem e devem ser mantidas pelas suas ações educativas junto à sociedade, Martins declarou:

Porque, qual é a grande questão desse negócio do Museu, do Arquivo, da Biblioteca como espaço de educação? É pensar que essas instituições são instituições muito complexas, caras e difíceis de serem mantidas e que se elas não mostrarem para sociedade porque elas são importantes elas vão deixar de existir, porque a sociedade não vai querer manter essas instituições

com pessoas altamente especializadas, profissionais muito caros e a sociedade não vai querer continuar pagando por isso. Então se a gente não mostrar para as pessoas o porquê a gente é importante, o porquê a informação que existe ali é uma informação altamente curada, altamente especializada e que nesse momento de fake news, de loucuras que a gente vive... Mais do que nunca, a gente precisa de instituições sérias e científicas que mostrem curadorias da vida para a sociedade de uma maneira realmente bem estabelecida... A gente não vai conseguir se manter relevante para os próximos anos.

E eu entendo que juntamente com outros processos, a Educação é um dos processos primordiais para mostrar essa relevância para a sociedade. Então eu entendo que uma Política de Educação para os Arquivos tem que partir de uma perspectiva de compreensão do arquivo como espaço educacional relevante para a sociedade.

Neste sentido, Fernanda Castro explica que deve haver um planejamento prévio para execução dessa formulação, com um referencial teórico conceitual evidente e que deve considerar as pedagogias específicas, metodologias, públicos, uma produção de conhecimento para então se determinar, pois se faz necessário

definir o que que delimita essa atuação em arquivos, isso foi importante para a gente pensar quando a gente estava pensando na PNEM. O que que delimita? O que que especifica educação museal? Por que a gente precisa de uma política de educação museal?

Foi salientada a necessidade de uma formulação coletiva, que expresse a pluralidade nacional, com uma comunicação efetiva, pois é preciso que o público se aproprie da instituição e entenda sua importância na articulação social, como observado por Rita Coitinho, “é a comunicação com o entorno, a articulação, e as articulações de áreas”. Essa união coerente e coesa entre os vários atores do arquivo e a sociedade pode formular uma política nacional realmente representativa e abrangente.

Como última orientação para a formulação, os entrevistados revisitaram em algumas respostas a importância de planejamento, de articulação, do diálogo com outras áreas, da abrangência a todas as regiões do país, da escuta e da abertura ao questionamento social, de maneira a não limitar a inspiração na PNEM e considerar também a Política Nacional de Museus. De acordo com os entrevistados, a formulação de uma Política Nacional de Educação em Arquivos é viável e importante. Desde que seja considerada a particularidade da área, a PNEM pode ser utilizada, incluindo neste processo a construção de diálogo entre as áreas para apoio neste processo de

formulação, mas para isso acontecer muitas questões precisam ser respondidas e repensadas de forma coletiva pela nossa área.

As entrevistas realizadas por esta pesquisa demonstraram que durante o processo de formulação, implementação e pequena avaliação sugerida na pesquisa aos participantes, a Política Nacional de Educação Museal foi resultado de um processo coletivo, participativo e democrático. Não há como negar a articulação na área e o contexto político de sua formulação. Apesar de ter sido aprovada em governo anterior ao início da sua formulação, foi a militância dos educadores que mantiveram e que mantem a PNEM. Repensar a área foi fundamental nas suas perspectivas teórico e prática e, a partir desse movimento, definir os caminhos a serem seguidos. As dificuldades apresentadas descortinaram lacunas que têm dificultado sua implementação, mas isso não desmerece o trabalho realizado, pelo contrário, apresenta uma oportunidade de melhorar ainda mais a política, que foi aderida pela área e tem chegado às instituições museais, mesmo com os entraves do cenário político atual.

## **6 O PROCESSO DE PRODUÇÃO PARA ORIENTAÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NOS ARQUIVOS**

Nesta seção realizamos uma análise da Política Nacional de Educação Museal, a fim de reconhecer de que forma esta pode auxiliar nas ações educativas nos arquivos, a partir de reflexões oriundas dos resultados das entrevistas, da pesquisa documental e, em especial, do Plano Nacional de Cultura e do Plano Setorial de Arquivos, bem como de pesquisa bibliográfica e do referencial teórico trabalhado. Para a formulação das diretrizes, consideramos as práticas vigentes e as particularidades dos arquivos e identificamos como estas podem dialogar. Na última subseção apresentamos o produto técnico-científico.

### **6.1 As contribuições da PNEM nas práticas arquivísticas**

A Política Nacional de Educação Museal foi o resultado do processo iniciado no repensar da Museologia na década de 1970, na Mesa de Santiago, e mais recentemente na formulação e aprovação das políticas de cultura realizadas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A PNEM vem completar as políticas existentes na área, a Política Nacional de Museus (2003), o Estatuto de Museus (2009), o Plano Nacional de Cultura (2010) e o Plano Nacional Setorial de Museus (2010). Ela nasceu das discussões que ocorriam no campo durante este percurso. Destacamos dois acontecimentos, a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e a constituição da Rede de Educadores Museais (REM). Esses dois momentos foram importantes para revisitar e ampliar a perspectiva do museu e da educação museal até então realizada nas instituições, estabelecendo vias para a construção da política. Salientamos este contexto, pois sem essa conjuntura a formulação da PNEM teria mais obstáculos e se aprovada, possivelmente, seria um programa limitado ao IBRAM, conforme ideia inicial do Instituto.

Assim sendo, quando investigamos o ciclo da PNEM, podemos observar que em alguns pontos a política pode ser utilizada como fonte para o planejamento de uma Política Nacional de Educação em Arquivo, corroborando com o que foi sugerido por Marie-Josée Courchesne (1998-1999) e Heloísa Bellotto (2017), trabalhando com as convergências das áreas. Em sintonia com que foi enfatizado pelos entrevistados, ao

afirmarem que somos áreas-irmãs, trabalhamos com patrimônio, memória, herança cultural e temos como objetivo chegar à sociedade a partir de ações de cidadania.

Dentro das confluências e atuações realizadas pelos envolvidos destacamos seis pontos descritos a seguir. O primeiro diz respeito ao fator determinante para aprovação das políticas na área dos museus, em especial da PNEM, e a articulação do campo. Quando analisamos a formação do sistema da REMs, que interagem com a base e se estruturam como organizações informais e voluntárias com objetivo de serem um espaço de diálogo democrático, a favor da educação museal, temos muito a aprender, é um exemplo a ser seguido.

De acordo com o Caderno da PNEM, as REMs “são uma resposta da sociedade civil às lacunas que as políticas públicas do campo acumularam ao longo de quase um século de existência institucionalizada do trabalho educativo em museus no Brasil” e possuem “a responsabilidade e compromisso com a luta por uma Educação Museal consolidada, emancipadora e para todos” (IBRAM, 2018a, p. 37). Neste sentido, essa estrutura vem não só suprir a ausência governamental, como também dispor de um espaço para ampliar o debate que cria pontes entre a sociedade civil e o Estado. Ressaltamos a REM por entendermos o seu papel fundamental na formulação e no fomento da PNEM. Em 2014 foi criada a REM Brasil, que congrega e amplifica esse espaço colaborativo e construtivo da teoria e da prática da educação museal. Essa construção coletiva é fundamental para que possamos enfrentar os desafios na Arquivologia, não somente para as ações educativas nos arquivos, como também para o campo em sua totalidade. Sem uma união estruturada dificilmente conseguiremos avançar.

Definir o que é a instituição museal, no nosso caso o que é o arquivo, foi a segunda contribuição. Essa questão pode parecer um retrocesso, mas na verdade convida a repensar a polissemia da palavra (vide dicionários da área e da língua portuguesa), a visão social negativa da instituição e a necessidade de revisão da nossa lei principal, a lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que completou 30 anos. Sobre a lei de arquivos, cabe salientar que sua atualização acontece neste momento em uma conjuntura no mínimo desafiadora. Ao observarmos as realizações dos museus foi possível verificar que ocorreu uma reflexão sobre a instituição, seu papel e sua função social. Além disso, na formulação da PNEM foi questionado o que era o museu e um conceito foi adotado, tendo como fonte principal as legislações anteriores.

A definição utilizada no caso foi o artigo 2º, inciso IX do decreto n. 8.124 de 17 de outubro de 2013, que regulamenta o Estatuto de Museus e cria o IBRAM. Ou seja, ocorreu um reexame da instituição museal.

Como terceira contribuição identificamos a consolidação das legislações da área. A PNEM complementa as leis existentes e dá luz às lacunas da educação museal nas políticas anteriores. Observamos que a legislação arquivística encontra-se pulverizada nas suas frentes políticas de informação, arquivística e culturais. As ações educativas aparecem no Plano Nacional de Cultura (2010) e no Plano Setorial de Arquivos (2016). A lei de arquivos, devido à conjuntura da época, não contempla a perspectiva educacional, há o predomínio da gestão de documentos e, como salientado anteriormente, entendemos que o arquivo trabalha em duas frentes, a administrativa e a histórica. Sendo assim, cabe uma avaliação das legislações vigentes, na tentativa de identificarmos as ausências e as melhores formas de inclusão das temáticas na nova política, de forma a dialogar com as políticas existentes.

Definir os referenciais teóricos foi o quarto ponto a ser considerado. No decorrer da coleta de dados foi possível perceber a relevância de ter um referencial teórico estabelecido e claro. Esse diálogo entre a teoria e a prática fazem o diferencial quando vamos formular e implementar uma política. No processo da PNEM teve um grupo de trabalho voltado para discutir a temática e construir coletivamente os conceitos e referenciais, que criou o glossário constante no Caderno da PNEM. Esse glossário foi uma forma de esclarecer o que significam os quinze principais termos integrantes da política, a fim de que se tenha uma compreensão do conceito para aplicabilidade.

Dentre os conceitos que precisam ser delimitados, a ação educativa em arquivos, a quinta contribuição da PNEM, demandou uma atenção mais que especial e foi amplamente debatida. A ação educativa em arquivos é um processo dialógico, sistematizado, com organização própria, que visa a formação integral do participante por meio da sua interação com o objeto musealizado. É uma prática educadora de formação crítica e emancipadora do cidadão. Essa conceituação especifica o objetivo da prática e torna o debate fundamental. A não existência de uma definição internacional e as definições nacionais atuais são passíveis de discussão. Ao considerarmos as diversas perspectivas de ações de educação patrimonial e as vertentes educacionais possíveis, conceituar ação educativa em arquivos ou até

mesmo adotar uma definição existente requer um esforço coletivo que considere as duas contribuições anteriores.

Não estabelecer diálogos com outras áreas foi uma falha apontada por alguns entrevistados e percebida na coleta de dados. Essa ausência pode ser um dos motivos da manutenção de algumas dificuldades sinalizadas na implementação da política, ponto também levantado nas entrevistas. Neste sentido, cabe considerarmos agregar as diferentes áreas que constituem o arquivo, os campos correlatos que passaram por experiências próximas, como foi o caso do IPHAN e da PNEM, sem esquecer da sociedade civil. Essas interações tendem a trazer novas visões e apoiar uma formulação plural, com possibilidades de maior aceitação, aprovação e implantação entre os diferentes atores.

Ao olharmos o documento final, alguns princípios e diretrizes podem ser entendidos como comuns entre as áreas. Como observado e pontuado pelos entrevistados, a PNEM contém orientações norteadoras, das quais a maior parte pode ser aproveitada, se consideradas as especificidades de cada campo, sendo decisão de cada campo optar ou não pela sua utilização. Os princípios 3 e 4 podem ser utilizados. O terceiro refere-se à institucionalização da área educativa, com equipe qualificada e multidisciplinar, dotação orçamentária e com participação nas decisões; o quarto aborda o programa educativo cultural, sua sistemática, os instrumentos balizadores da educação museal atrelados ao Plano Museológico, o planejamento estratégico dos museus.

Todos os três eixos apresentam diretrizes comuns, com destaque maior ao eixo III, intitulado “Museus e sociedade”, do qual todas as diretrizes podem ser revisitadas. No eixo I, “Gestão”, destacamos as diretrizes um e três. Sobre o incentivo na criação de programa educativo e cultural da instituição, ligado à missão e ao plano museológico, incentivo a financiamento dos programas, projetos e pesquisas, bem como verba para sua manutenção. No eixo II, “Profissionais”, formação e pesquisa, ressaltamos as diretrizes de cinco a nove, que versam sobre a pesquisa e seu reconhecimento como campo científico, troca de experiências nacional e internacional, com estágios, difusão das pesquisas e práticas, bem como a interação com os demais setores da instituição para o cumprimento de sua função social. O último eixo demonstra o diálogo a ser construído, com ações de: colaboração com as mais diversas instituições públicas e privadas de educação; apoio e incentivo à criação

de rede de educadores museais; promoção de acessibilidade plena e sustentabilidade e utilização de novas tecnologias e mídias na construção da reflexão de um pensamento crítico, em parceria com a comunidade.

O ciclo da PNEM e o seu produto têm muito a contribuir para os arquivos. Elencamos alguns pontos que consideramos centrais. Para além de uma inspiração, o estudo da Política Nacional de Educação Museal apresentou novas vias para que os arquivos cumpram sua função social pelas ações educativas, demonstrando o quanto a mesma precisa ser efetiva e ampla, para além de ações pontuais ou setores com atividades para atender apenas ao público escolar. A ação educativa deve ser intrínseca à instituição, reconhecendo a importância de outras funções e somando-se a elas, enfatizando a relevância das ações educativas nos processos arquivísticos enquanto objeto de estudo/conhecimento.

## 6.2 Processo de formulação e análise para uma possível diretriz

Nesta subseção analisaremos como as contribuições da PNEM podem ser adaptadas, considerando as entrevistas, os marcos teóricos e o Plano Setorial de Arquivos. No âmbito da PNEM, ressaltamos, em especial, o processo de formulação da política, pois trouxe à luz vários elementos importantes que devem ser incorporados ao pensarmos em diretrizes para ações educativas nos arquivos.

O texto de Marie-Josée Courchesne (1998-1999) apresenta pontos que foram confirmados no decorrer da pesquisa, corroborados na coleta de dados. De acordo com a autora, as divergências entre os arquivos e os museus em sua forma de tratar as ações educativas podem ser assim resumidas (Quadro 2):

**Quadro 2 - Comparativo Arquivo e Museus nas ações educativas**

Arquivo	Museu
<b>FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO</b>	
Extrínseco	Missão da Instituição
<b>ESTRATÉGIAS PARA AÇÕES DE DIFUSÃO</b>	
Instrumentos de Pesquisa precisam de mediação	Não há essa necessidade
<b>DESENVOLVIMENTO TEÓRICO PRÁTICO</b>	
Não identificado	Realizado
<b>OBJETO</b>	
Informação orgânica registrada	Coleções, em sua maioria tridimensional

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Courchesne (1999).

A intenção de destacar o Quadro 2 consiste na ideia de enfatizar que, embora ambas as instituições – Arquivos e Museus – tenham como objetivo fomentar cultura, levando em consideração suas particularidades, notamos diferenças que devem ser repensadas no campo dos arquivos, no sentido de contribuir para a realização das práticas educativas, principalmente se considerarmos a forma como ambas compreendem a função da educação.

O primeiro é o papel educativo dos arquivos que, no caso dos museus e como orientado pela PNEM, deve estar na missão da instituição. É preciso considerar e incorporar o papel educativo dos arquivos. Quando falamos de educativo não estamos limitando a atuação frente ao público escolar, mas sim com todos, o que Heloísa Bellotto (2006) chama de “educação popular”, uma visão ampliada de ação educativa, na qual o processo educativo é intrínseco à prática arquivística, ao se pensar o arquivo, sua classificação, arranjo, descrição, instrumentos de pesquisa e difusão. Essa modificação passa em primeira instância pelos profissionais que trabalham nas instituições e serviços arquivísticos em todos os níveis, seguida de ações com a sociedade. Um exemplo de instituição que possui na sua descrição inicial a ação educativa é o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. A descrição da instituição e das ações na página virtual da instituição demonstram a viabilidade:

Um belo casarão do século XIX abriga a História da Capital gaúcha. Com a **missão de organizar, guardar e conservar cerca de um milhão e 500 mil documentos** datados desde 1764, o Arquivo Histórico de Porto Alegre **investe também na educação patrimonial, fundamental para que a comunidade faça parte da grande tarefa de preservar sua memória.** O Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho é órgão da Prefeitura de Porto Alegre, sob a administração da Secretaria da Cultura.<sup>40</sup>

Outro ponto destacado por Bellotto são as estratégias de difusão pelos nossos instrumentos de pesquisa. Sabemos que eles nem sempre são palatáveis ao grande público, que o fazer arquivístico é complexo e que simplificar essa complexidade não é tarefa fácil, mas as ações educativas podem auxiliar neste sentido, com o uso dos métodos educacionais e com ações em duas vias, uma para o profissional e outra para o público. Para os profissionais, com estudos e oficinas de métodos educativos e pedagógicos. Para a sociedade, com atividades sobre a prática arquivística, permitindo ao usuário uma maior independência. Um exemplo é o projeto

---

<sup>40</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO. “Sobre”, sem data, grifos meus.

desenvolvido pelo Arquivo Nacional Americano, intitulado “*Citizen Archivist Program*” apresentado por Renato Venâncio (2021). Outras atividades culturais e educativas que também podem ser realizadas são: exposições, música, teatro, contar histórias, concursos, oficinas com áudio e audiovisual, entre outros. Além das possibilidades expostas, o atendimento ao público nos serviços de referências precisa ser reavaliado, a imagem dos arquivos deve ser trabalhada a fim de termos um arquivo vibrante e acessível, como sugerido por Gabrielle Blais e Davis Enns (1991).

O desenvolvimento teórico prático carece de atenção. Todo o processo da PNEM é baseado no tripé prática, teoria e política (CASTRO; SOARES; COSTA, 2020). Sendo assim, nos arquivos precisamos desenvolver tais perspectivas, pois foi possível constatar nesta pesquisa que essa junção traz o diferencial para sua formulação. Como resultado da pesquisa bibliográfica sobre ações educativas nos arquivos, observamos a ausência de uma literatura ampla sobre arquivos e educação e a inexistência do conceito no dicionário do ICA, apesar dos estudos RAMP considerarem as ações educativas como uma função arquivística. Há uma literatura que foca na difusão de práticas e escassez da discussão teórica do que vêm a ser ações educativas em arquivos. Dessa forma, é necessária uma alteração na perspectiva da ação educativa para as três áreas apresentadas: prática, teoria e política.

No campo teórico, a importância da consolidação do tema como disciplina acadêmica precisa ser considerada. Temos grupos de pesquisas e estudos no país, novos podem surgir e os existentes devem fomentar a cena ainda mais. Com a crescente criação de disciplinas, mais grupos de pesquisas, projetos de extensão, eventos acadêmicos e construção de parcerias intra e extramuros podem acontecer, inclusive com grupos de pesquisas internacionais sobre o tema. Cabe observarmos a difusão das pesquisas já existentes na área. Precisamos melhorar essa divulgação, criar espaços, buscar diálogos transdisciplinares com outras áreas como Educação, Museologia, Biblioteconomia, História, Sociologia, Comunicação, entre outras, além de trabalhar com as interseções e formas de chegarmos à sociedade civil. Um banco de dados das pesquisas já realizadas também seria uma alternativa. Todas essas sugestões são possibilidades para o desenvolvimento do campo teórico.

No campo da prática, algumas possibilidades se apresentam para a formulação de instrumentos balizadores das ações educativas, que possibilitem a avaliação das

atividades. Um exemplo é o Programa Educativo e Cultural dos Museus, que está em consonância com o Plano Museológico da instituição. Criar um plano político-pedagógico da instituição é de suma relevância e este deve ser elaborado “de acordo com seus recursos e objetivos” e “cada instituição tem uma política única” (CASTRO, 2019, p. 96). Fernanda Castro destaca os benefícios de se ter uma política educacional pelo estudo de Hooper—Greenhill (1991), que são:

Aumentar a satisfação profissional, aprimorar os serviços, atrair novos visitantes, poupar tempo (estabelecendo prioridades claras), promover um programa educacional mais nitidamente focado, atrair apoio de fora do museu e elevar o perfil do museu (HOOPER—GREENHILL apud CASTRO, 2019, p. 97).

Dessa forma, a instituição sabe os objetivos das ações educativas e com isso consegue estruturar as atividades. Nada impede que essa política pedagógica seja delineada para uma Política Nacional, como uma diretriz orientadora. Ainda de acordo com Fernanda Castro (2019) uma política precisa ter objetivos de clara identificação, propiciar a tomada de decisões, indicar tarefas e prioridades e permitir a avaliação. No seu conteúdo, além de abarcar os pontos supracitados, deve ter missão educacional que dialogue com planejamento estratégico, estratégias educacionais, programa com metas e objetivos a serem desenvolvidos em um espaço de tempo pré-determinado e prioridades explícitas. Assim sendo, um plano político-pedagógico é o primeiro instrumento a ser definido para as ações educativas, pois ele guiará todas as atividades e evidenciará os caminhos definidos pela instituição.

Realizar troca de informação com outras instituições e implementar ações no ambiente virtual são caminhos que podem ser percorridos pelos arquivos. A segunda alternativa vem sendo ampliada no país com ações como a da Fundação Casa de Rui Babosa, com jogos digitais; do CPDOC-FGV, com exposição virtual seguida de jogos; do Arquivo Público de Santa Catarina, com o projeto “A escola vai ao arquivo”. Internacionalmente, temos o *National Archives and Records Administration* (NARA) dos Estados Unidos, *The National Archive* do Reino Unido, o *Archivo General de la Nación* da Colômbia, os *Archives Nationales* da França, *National Archives of Australia*, entre outras instituições.

Adriana Koyama (2015) faz uma análise sobre os arquivos e as ações educativas online, nos levando a refletir sobre a prática da musealização do documento, o recorte de seus contextos e a importância de observarmos a

manutenção do contexto arquivístico, além de oferecer novas perspectivas de ações e interações pelas perspectivas de Walter Benjamin. São pontos a serem ponderados ao levarmos a prática para o ambiente digital.

Ainda sobre a prática, mas também interagindo com a perspectiva política, alguns pontos podem ser destacados: a criação de uma rede de profissionais das ações educativas, pesquisadores, estudantes e interessados; uma rede democrática e voluntária, na qual todos são ouvidos em busca de um objetivo comum. O reconhecimento das ações educativas nos arquivos é muito relevante para a prática arquivística e é dentro desta estrutura que podemos formular uma Política Nacional de Educação em Arquivos, na qual a experiência executada pela PNEM pode ser reproduzida, com a criação de grupos de trabalhos para debater as temáticas necessárias, abertura de fóruns de discussão, presenciais e virtuais, e o trabalho com articuladores por regiões.

Os entrevistados evidenciaram as dificuldades de conseguir cobrir todo o território nacional e de criar uma grande rede para escutar e construir uma política. Neste sentido, devemos articular uma ação com planejamento e apresentar as instituições requerimentos de suporte financeiro e de apoio na sua realização. Uma via que temos na área dos arquivos é o Conselho Nacional de Arquivos, pois cabe a ele a definição da política nacional de arquivos públicos e privados. Sugerimos a criação de um Grupo de Trabalho que tenha como apoio uma rede com articuladores para formulação de uma política nacional de ações educativas, pois sem uma rede estruturada e sem a figura dos articuladores, dificilmente conseguiremos formular uma política que abranja a pluralidade nacional.

Quanto ao arquivo para além da perspectiva memorialística, ressaltamos aqui agregar a visão da abordagem pós-moderna, que entende o papel do arquivo para a transparência, prestação de contas e preservação de direitos. É a partir dos serviços arquivísticos que há o tratamento dos acervos e, sem tratamento, não há garantia de direitos individuais ou transparência nem existe o acesso a informações confiáveis, autênticas e íntegras. Arquivo é sinônimo de política, gestão, governança, privacidade, acesso, memória e cidadania.

Para pensarmos a formulação de diretrizes, precisamos considerar as legislações que preveem as ações educativas nos arquivos, no nosso caso a Política Nacional de Cultura (2010) e o Plano Setorial de Arquivos (2016). Ambas foram

formuladas de forma coletiva e democrática. Daremos ênfase ao PSA, pois ele está em consonância com a PNC, que foi fundamentada na I Conferência Nacional de Arquivos.

O PSA em sua apresentação ressalta que, com a criação do Colegiado Setorial de Arquivos, o “Estado expressa um reconhecimento de que os arquivos estão diretamente associados à questão cultural e devem ser tratados pelas políticas públicas como equipamentos culturais e espaços promotores de cidadania”,<sup>41</sup> confirmando a relevância dos arquivos e sua responsabilidade com a sociedade. O Plano Setorial de Arquivos é dividido em 3 grandes eixos, 13 objetivos, 39 metas, 25 estratégias, 109 ações e cada meta possui um indicador.

Ao longo do PSA as ações educativas se apresentam em diversos pontos, em especial no eixo dois, que aborda a interação entre arquivos, cidadania, diversidade e direitos culturais. De sua justificativa destacamos a confirmação das ações educativas como uma via para a relação arquivo-sociedade, ao afirmar que “a difusão cultural e a **educação patrimonial** são mecanismos que **promovem a integração e a interação arquivos-escola, arquivo-comunidade**”.<sup>42</sup> Com quatro objetivos no total, ressaltamos o terceiro, que visa “**promover ações de educação patrimonial** por meio da integração das instituições arquivísticas e centros de memória e documentação com escolas e grupos comunitários”.<sup>43</sup>

Duas das metas contemplam ações educativas, são elas: meta 29 – “Até 2025, pelo menos uma instituição arquivística pública em cada unidade da federação com infraestrutura para abrigar **atividades educativas** e artístico-culturais”<sup>44</sup> – e meta 31 – “Até 2020, pelo menos 50% das instituições arquivísticas públicas com **programas de educação patrimonial, cartilhas educativas ou atividades lúdicas e teatrais**, com especial ênfase no público escolar”.<sup>45</sup> As ações educativas aparecem dentro da orientação/explicação de cinco indicadores, em especial nos indicadores de ações de inclusão social e na política de comunicação, o que representa 12% dos indicadores. Em alguns indicadores não constam as práticas educativas, mas entendemos que as

---

<sup>41</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Conselho Nacional de Política Cultural. Colegiado Setorial de Arquivos. **Plano Setorial de Arquivos (2016-2026)**. Brasília: Ministério da Cultura, 10 de maio de 2016, p. 3.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 11, grifos meus.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 15, grifo meu.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 12, grifo meu.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 15, grifo meu.

ações dialogam com outros indicadores, como os de ampliação de público e de fortalecimento da difusão, em especial nas ações culturais.

Com 25 estratégias no total, três delas, 12%, versam sobre ações educativas, são elas. A 3.1 trata da formulação da política nacional em educação patrimonial e engloba a integração das três esferas governamentais. A 3.2 foca na presença de profissionais e a 3.3 na capacitação dos profissionais sobre o tema. De forma geral, essas três estratégias englobam pontos relevantes para realização das ações educativas.

Das 109 ações sugeridas para atingir as estratégias e metas propostas, 14% (16) sinalizam as ações educativas. Algumas delas vão de encontro às atividades recomendadas supracitadas nesta subseção. O PSA propõe a promoção de campanhas sobre a relevância do arquivo; a criação de programas de educação patrimonial nas instituições; a promoção de uma rede de informação entre profissionais, acadêmicos e sociedade civil; o estímulo à cooperação técnica com instituições de ensino, centros de pesquisa e outras instituições; o desenvolvimento de pesquisa e difusão dessas instituições; a institucionalização da educação patrimonial com dotação orçamentária; a formação e a capacitação dos profissionais; a inclusão na grade curricular de disciplinas sobre o tema; o estímulo a redes digitais com conteúdo a ser utilizado pelas escolas; a ampliação do acesso aos jovens e ações socioculturais.

O Plano prevê a criação de duas políticas nacionais, uma de comunicação (meta 14) e outra de educação patrimonial (estratégia 3.1). Verificamos uma ênfase no plano sobre a política de comunicação, pois além de estar como meta específica, há outra meta, a vinte, que propõe a criação de políticas institucionais de comunicação em 100% das instituições. A comunicação foi levantada por Bulhões nas entrevistas, ao questionar se primeiramente os arquivos não precisariam investir em comunicação. Estratégia realizada pelos museus. Identificamos no Plano que a reflexão levanta da pela entrevista foi considerada pela área na formulação do PSA. Demonstrando uma consonância de ações tal como foi feito nos museus.

O Plano Setorial de Arquivos apresenta um resumo muito completo de várias carências da área no país. Isso foi possível porque o Colegiado aproveitou o que foi aprovado democraticamente na I Conferência, ampliou considerando os eixos do Plano Nacional da Cultura e abriu para consulta pública, dessa forma apresenta todas

as vertentes do arquivo. O PSA dialoga com a PNEM e suas contribuições para a Arquivologia. Ao analisarmos os pontos que consideram as ações educativas estas podem ser utilizadas como base para as diretrizes de uma política de ação educativa para os arquivos.

Para que isso aconteça identificamos alguns aspectos a serem reavaliados sobre o PSA, são eles: 1) O uso do termo educação patrimonial, já que não localizamos qual perspectiva teórica da educação patrimonial é sugerida, de maneira que o uso deste termo desconsidera as definições arquivísticas, cabendo uma reavaliação do campo; 2) A ênfase no público escolar para a criação de programas de ações educativas, constante na meta 31, carece de atenção – reconhecemos a importância de se criar atividades voltadas para o público escolar, mas ter como meta somente esse público nega toda a potencialidade das ações educativas em criar vínculos com a sociedade; 3) O fomento ao programa é citado assim como a institucionalização (meta 29) e não há uma ligação entre os indicadores, pois a justificativa da meta 29 versa sobre a abertura da instituição para novos públicos e o reconhecimento como um espaço também cultural. A institucionalização sem um programa educativo cultural não garante sua execução. Na PNEM foi reforçada a importância da criação de um programa para realização das atividades, como instrumento norteador, gerando a possibilidade de avaliação das ações; 4) A interdisciplinaridade da ação educativa e dos profissionais que participam da equipe educativa não foi percebida no Plano, os estudos de Peter Walne (1985), Eckhart Franz (1986), Ramon Fugueras e outros (2001) e Heloísa Bellotto (2006) evidenciam que a singularidade dos arquivos faz com que eles requeiram uma equipe multidisciplinar; 5) Ausência da política nacional de educação patrimonial como meta.

Todos os pontos apresentados são lacunas que identificamos ao longo da pesquisa, que podem ser supridos por uma política nacional de educação em arquivos. Outras ausências podem ser observadas, mas elencamos as primeiras que devem ser utilizadas a fim de abrir um amplo diálogo sobre o tema e, coletivamente, encontrar novos caminhos.

### 6.3 Diretrizes para ações educativas em arquivos

Nesta subseção serão apresentadas as diretrizes necessárias para a construção de uma Política Nacional de Educação em Arquivo. As diretrizes são orientações, instruções, normas e recomendações. De acordo com Ricardo de Amorim Corrêa (2011, p. 139), “diretrizes podem ser definidas como um conjunto de recomendações desenvolvidas de forma sistemática por um grupo de especialistas a partir de evidências disponíveis na literatura”; para o IPHAN,<sup>46</sup> são instruções de marcos referenciais para a prática, enquanto o Conselho Nacional de Arquivos (2015; 2020) as compreende como parâmetros e/ou orientações para procedimentos técnicos a serem observados. Diretrizes são usualmente utilizadas nos arquivos e pelo Conselho Nacional de Arquivos devido à simbiose entre o saber e o fazer arquivísticos (PEREIRA, 2018). Como bem destacado por Paola Rodrigues Bittencourt (2014, p. 75) “diretriz é um conjunto de instruções, normas de procedimento e/ou diretivas” e tais orientações não são um fim em si mesmas, mas sim uma referência inicial para darmos início a um diálogo amplo e plural. É com essa perspectiva que delineamos o produto técnico-científico desta pesquisa, fruto do estudo desenvolvido nas seções anteriores.

Ao definirmos as diretrizes, as perspectivas nos planos macro e micro foram observadas. No macro tentamos destacar as principais ações necessárias para o início de um debate na formulação de uma política nacional, sendo que tais práticas podem ser executadas pelas instituições e pelos serviços arquivísticos para implantação de ações educativas em seus órgãos. A seguir apresentamos as oito diretrizes, de uma forma simplificada e factível para todos os interessados no tema.

#### 1) *Reconhecer o papel educativo dos arquivos*

Instituições arquivísticas, serviços arquivísticos, pesquisadores, acadêmicos, profissionais da área, interessados na temática e sociedade civil precisam assumir a vertente educacional dos arquivos. Entendemos que os arquivos trabalham sob duas

---

<sup>46</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN. “Portaria n. 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio”. In: **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, seção 1, n. 81, 29 abr. 2016.

vertentes: a administrativa (gestão de documentos) e a histórica (patrimônio/memória/cultura/cidadania). Uma não existe sem a outra, elas são interdependentes. Reconhecemos o papel educativo como intrínseco aos arquivos, em uma perspectiva ampliada que perpassa toda a prática educativa, inclusive com ações educativas direcionadas, sempre pensando na melhor estratégia de guarda e acessibilidade, a fim de fornecer um acesso pleno ao cidadão.

## 2) *Trabalhar em rede*

Baseados no sistema da Rede de Educadores Museais, sugerimos a formação de uma rede que interaja com todos os atores envolvidos nas ações educativas, sejam eles profissionais, pesquisadores, estudantes, interessados ou membros da sociedade civil. Essa rede deve se estruturar em organizações informais e voluntárias, com objetivo de serem um espaço democrático e de fortalecimento das ações educativas nos arquivos.

O primeiro passo é a organização de interessados pelo tema, com reuniões regulares para debaterem formas de se aplicar as ações educativas na instituição. Em seguida, ampliar essa articulação a fim de promover diálogo com outras instituições para troca de experiências e intercâmbio, parcerias com instituições de nível superior e projetos de extensão.

Após a estruturação desses espaços nas instituições, municípios e estados, encontros locais e regionais devem ser fomentados a fim de discutir os pontos necessários para a formulação de uma Política Nacional de Educação em Arquivos. Para isso, propomos: a realização de encontros virtuais com definição de grupos de trabalhos, divididos pelos eixos estabelecidos pelos participantes e a abertura de fóruns para discussão, com suporte dos articuladores. Após aprovação coletiva da proposta inicial, seria o momento de articular junto aos conselheiros do CONARQ a criação de um grupo de trabalho do Conselho para a formulação de uma política para o campo. Este processo de formulação contaria com o apoio da rede estruturada para auxiliar nesta escuta e diálogo em todo o território nacional.

## 3) *Promover o desenvolvimento teórico prático das ações educativas*

A discussão teórica do campo precisa ser desenvolvida, tanto para a implantação de um setor na instituição como para a formulação do planejamento estratégico e de um programa político-pedagógico, visando a evolução do campo.

Os referenciais teóricos e conceituais das ações educativas devem ser claros e explícitos para a formulação dos instrumentos norteadores. Alguns termos precisam ser revisitados e definidos pela área e/ou instituição, dentre eles arquivo e ação educativa. As legislações precisam ser repensadas.

O aprimoramento do campo científico se dá por meio desse debate e da construção coletiva. A criação de disciplinas nas grades curriculares dos cursos de nível superior é de suma importância para auxiliar esse processo evolutivo da área, pois é através do debate teórico que ampliaremos e consolidaremos a prática das ações educativas.

#### 4) *Estruturar uma equipe multidisciplinar*

A ação educativa é interdisciplinar. Para que sua prática reflita essa diversidade, é necessária a formação de uma equipe plural, pois é pelo diálogo construído pela multiplicidade que se desenvolvem instrumentos balizadores coerentes e capazes de atingir vários públicos. Além disso, a formulação de práticas específicas de ação educativa tem a potencialidade de sensibilizar mais participantes.

A equipe deve ter qualificação teórica e prática para ações educativas em arquivos. Deve realizar grupos de estudos, compartilhar informações sobre suas atividades, participar da rede de educadores de sua região e fazer parcerias com instituições culturais, educacionais e turísticas de sua localidade.

Para a formulação da política essa pluralidade deve estar presente e a participação de outras áreas deve ser considerada.

#### 5) *Institucionalizar o setor de ações educativas com dotação orçamentária*

Os setores de ações educativas devem fazer parte do regimento interno da instituição para que tenham poder de decisão, uma equipe estruturada e com dotação orçamentária. Sem isso, dificilmente um setor de ações educativas sobreviverá. É pelo processo de obrigatoriedade de institucionalização do setor de ações educativas que conseguiremos implementar mais departamentos e ampliar cada vez mais a rede de

educadores, sendo assim, deve constar na Política Nacional de Educação em Arquivos essa obrigatoriedade.

Neste sentido, sugerimos identificar interessados pelo tema na instituição, organizar reuniões regulares para debaterem formas de se aplicar as ações educativas no Arquivo e, em seguida, levar a proposta para os gestores do Arquivo para sua formalização.

Outra forma é propor parcerias com instituições que possuam cursos de ensino superior em Arquivologia e grupos de pesquisa da área para desenvolvimento de pesquisa de extensão na instituição, favorecendo a institucionalização. Ressaltamos a importância da existência de uma política de difusão que reafirme as ações educativas dentro de suas práticas.

#### *6) Desenvolver o Planejamento Estratégico*

O planejamento estratégico é um instrumento que norteia as ações de uma instituição para que se alcancem os resultados esperados. Toda instituição deve ter seu planejamento estratégico completo com: missão, visão, princípios, diretrizes, objetivos, metas, planos de ação com prazos, acompanhamento e avaliação. O planejamento da instituição deve prever o plano político-pedagógico, suas metas, estratégias e plano de ação do período do planejamento.

Para a formulação da política é necessário realizar um planejamento das ações que precisam ser aprovadas. Este documento é importante para se conseguir apoio institucional e financeiro para o processo de formulação e aprovação. Considerando uma Política Nacional de Ações Educativas em Arquivos, a existência de um planejamento estratégico institucional é fundamental, contemplando, dentre outros aspectos, um programa político-pedagógico.

#### *7) Ter o Programa Político-Pedagógico*

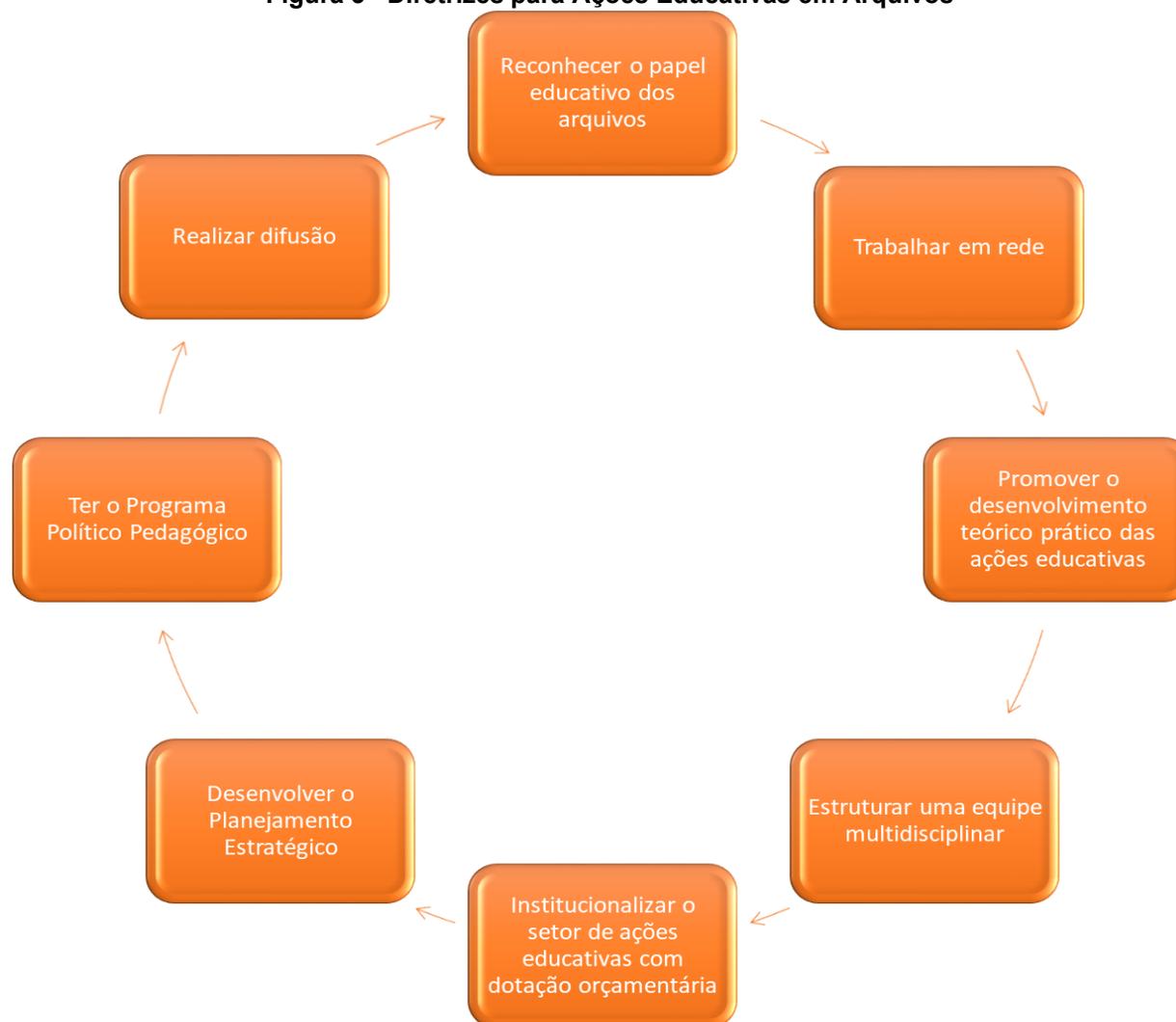
O programa político-pedagógico é a base das ações educativas em uma instituição. Ele é o todo educacional arquivístico, incluindo a estrutura e a operação desse fazer educacional. Conta com missão, diretrizes estruturantes, plano de ações com prazos, instrumentos avaliativos e referencial teórico. O programa faz parte do planejamento estratégico e é o cerne das ações educativas no arquivo.

Para a Política Nacional de Ação Educativa em Arquivos, além de sua previsão para as instituições, consideramos relevante a criação de um Programa Político-Pedagógico para a política, objetivando definir os marcos teóricos norteadores, estimular a sua criação e definir todos os critérios para a estruturação dos programas.

#### 8) *Realizar difusão*

Chegar à sociedade requer também ações de difusão, nas vertentes educativa, cultural e editorial. Sendo assim, consideramos importante reforçar a divulgação da importância do arquivo para a cultura e cidadania, estimulando a participação da sociedade no arquivo com ações educativas/culturais. Também pode ser utilizado o universo virtual, em especial as redes sociais, para ampliar a política institucional de difusão. Desse modo, uma política institucional de difusão deve atender à dimensão física (presencial) e ao espaço virtual.

A complexidade do fazer arquivístico pode ser decodificada por ações educativas que auxiliem no entendimento dos instrumentos arquivísticos e do fazer arquivístico, outra via de difusão que precisa ser expandida com instrumentos mais acessíveis e próximos à sociedade.

**Figura 3 - Diretrizes para Ações Educativas em Arquivos**

Fonte: Elaboração própria.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso dos arquivos em ações educativas data do meio do século XIX, mais propriamente em torno do ano de 1850, quando na Inglaterra recomendou-se a utilização de documentos nas escolas. O primeiro serviço educativo em arquivos iniciou suas atividades na França, cem anos depois. No Brasil, a primeira ação educativa aconteceu no Arquivo Público Mineiro em 1921, ofertando aulas para a mocidade. Apesar de mais de 170 anos desde seu início, as ações educativas ainda têm um longo caminho de consolidação e de desenvolvimento teórico-prático a ser percorrido.

Os arquivos ainda são distantes da sociedade e a abordagem pós-moderna sinaliza para a mudança da razão de ser das instituições arquivísticas. Os arquivos apresentam uma perspectiva social, que objetiva atender à sociedade e que espelhar toda a complexidade que nela existe, ampliando a percepção do arquivo e de seus usos. A abordagem da Arquivologia Integrada nos apresenta a difusão como uma função arquivística, uma via para ações mais proativas com projeção extra e intramuros.

Os estudos de James E. O'Neil (1980), Peter Walne (1985) e Eckhart Franz (1986) corroboram as ações educativas como funções arquivísticas na Arquivologia internacional. No Brasil, a I Conferência Nacional de Arquivos (2011) e o Plano Setorial de Arquivos (2016) confirmam o reconhecimento das ações educativas como prática relevante para a integração com a sociedade, embora esta pesquisa não tenha confirmado essa aplicabilidade.

Por meio da pesquisa bibliográfica percebemos uma ausência de literatura ampla sobre arquivos e educação, a inexistência de um conceito no dicionário do ICA e a existência de duas definições nacionais que podem ser revistas. As publicações têm como foco a difusão de práticas e apresenta escassez da discussão teórica do que vêm a ser as ações educativas em arquivos. Ao observamos as vertentes educacionais nas ações educativas patrimoniais, localizamos várias vertentes que podem ser consideradas se o debate-teórico conceitual sobre a prática for ampliado.

As políticas públicas sobre arquivos se manifestam sob três vertentes: políticas de informação, políticas arquivísticas e culturais. As políticas culturais passaram por um processo singular no país durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, momento

em que elas foram debatidas democraticamente pelos especialistas em conjunto com a sociedade civil. Esse processo de formulação coletiva aprovou várias políticas, entre elas destacamos o Plano Nacional de Cultura, o Plano Setorial de Arquivos, as diretrizes de educação patrimonial do IPHAN e a Política Nacional de Educação Museal. Sendo assim, as ações educativas patrimoniais são políticas públicas institucionalizadas pelo Estado brasileiro.<sup>47 48</sup>

O ciclo da Política Nacional de Educação Museal possibilitou entendermos como o processo foi árduo e fruto de uma organização estruturada dos envolvidos, já que foram sete anos de debate conceitual e prático, articulação e pressão para que a PNEM fosse aprovada. As Redes de Educadores Museais continuam mobilizadas na manutenção de espaços democráticos de diálogo sobre educação museal, fornecendo apoio na implementação da política e na luta pelo reconhecimento do educador museal. Todo caminho percorrido pela PNEM apresentou estratégias e falhas que podem ser analisadas pela Arquivologia ao se pensar em formulação de políticas para o campo.

A presente pesquisa buscou responder a problemática inicial, “Quais são as diretrizes necessárias para a construção de uma Política Nacional de Educação em Arquivos?”, são elas: 1) Reconhecer o papel educativo dos arquivos; 2) Trabalhar em rede; 3) Promover o desenvolvimento teórico prático das ações educativas; 4) Estruturar uma equipe multidisciplinar; 5) Institucionalizar o setor de ações educativas com dotação orçamentária; 6) Desenvolver o Planejamento Estratégico; 7) Ter o Programa Político-Pedagógico e 8) Realizar difusão. A Política Nacional de Educação Museal pode ser pensada como referência para a formulação de uma Política Nacional de Educação em Arquivos e a análise da formulação e implementação da PNEM abre caminhos para repensar o papel do arquivo na sociedade, ao servir de referência para criar e valorizar ações educativas que aproximam o público dos arquivos. Esta pesquisa atingiu todos os objetivos previstos com a confirmação dos pressupostos.

---

<sup>47</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN. “Portaria n. 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio”. In: **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, seção 1, n. 81, 29 abr. 2016.

<sup>48</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto Brasileiro de Museus. “Portaria n. 422, de 30 de novembro de 2017. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal -PNEM e dá outras providências”.

O estudo além dos objetivos descritos visava contribuir para uma discussão ainda inicial na Arquivologia sobre o cumprimento da função social dos arquivos via ações educativas que, apesar de mais de 170 anos de práticas, um longo caminho precisa ser percorrido. Entendemos que o produto técnico-científico dessa pesquisa, junto à PSA, pode auxiliar não somente a institucionalização de setores educativos nas instituições arquivísticas, como também colaborar com o debate para o planejamento da formulação de uma Política Nacional de Ação Educativa nos Arquivos, esta prevista no Plano Setorial de Arquivos.

Não pretendemos com essas considerações finais esgotar o assunto, ao contrário, nossa intenção é a partir das sugestões e indagações apresentadas aqui sensibilizar mais pesquisadores para que possamos dar continuidade ao debate, somando-se a estes novos olhares. Entendemos que seria bastante relevante a realização de um diagnóstico amplo das ações educativas nos arquivos do país, de modo a corroborar com o debate sugerido e com o planejamento da política. Porém, este não era o objetivo da pesquisa, uma vez que não houve tempo hábil para tal finalidade.

Outra ausência no campo é a realização de uma revisão de literatura internacional e nacional ampliada. Executamos aqui um pequeno levantamento, mas estudos desse tipo precisam ser considerados para o crescimento teórico e prático do campo. A efetividade das práticas desenvolvidas precisa ser estudada. Foi possível perceber que algumas ações são feitas há muitos anos e não identificamos uma visão social positiva para com as instituições arquivísticas, embora tenhamos estudos que confirmam que as ações educativas promovem a aproximação do arquivo-sociedade, inclusive exemplos de outras áreas como o da PNEM reforçam essa ideia.

Por último e não menos importante, como a sociedade realmente percebe os arquivos? O que esperam dele? Talvez as junções das respostas dessas questões possam auxiliar na formulação de ações educativas e de políticas cada vez mais efetivas e eficazes que fortaleçam os vínculos dos arquivos com a sociedade em tempos líquidos.

## REFERÊNCIAS

**Acervo:** Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 26, n. 1, jan./jun. 2012, ISSN 0102-700-x.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALDABALDE, Taiguara Villela. “Arquivologia e Pedagogia Arquivística: bases para uma habilitação que ensine o arquivista a educar”. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite. **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile/Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012, p. 198-212.

ALMEIDA, Adriana Mortara; JUNQUEIRA, Fernanda Maziero; CASTRO, Fernanda Santana Rabello; MARTINS, Luciana Conrado; NASCIMENTO, Mona. “Mobilização na pandemia Covid-19: passos na luta pela profissionalização da educação museal no Brasil”. In: CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias; COSTA, Andrea (orgs.). **Educação museal: conceitos, história e políticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020, p. 68-80 (Volume 2).

ARAÚJO, Marcelo Mattos. “Apresentação”. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília: IBRAM, 2018, p. 7-9.

ARQUIVO. In: **Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/arquivo/>. Acesso em: 03 mar. 2021.

ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO. “Sobre”, sem data. Disponível em: <http://ahpoa.blogspot.com/p/sobre.html>. Acesso em: 15 dez. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BASTIAN, Jannette A. “Pesquisa de memória/pesquisa arquivística”. In: GILLILAND, Anne J.; McKEMMISH, Sue, LAU, Andrew. **Pesquisa do Multiverso Arquivístico**. Salvador: 9 Bravos, 2019, p. 65-83.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. “Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos”. In: **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 151-166, jan./jun. 2000.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. “Documento de arquivo e sociedade”. In: **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 31, p. 167-176, jan./jun. 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. “Arquivo e sociedade: políticas e ações voltadas para a cultura e para a educação”. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 132-143.

BENXAYER, Morrad. “L’action pédagogique des Archives: réalité en enjeu”. Paris: **Departament des publics-DAF**, Paris, 2009, p. 1-8. Disponível em: [https://francearchives.fr/file/448627230de927f4e35c5e1a279c30855a9f3f3d/static\\_3826.pdf](https://francearchives.fr/file/448627230de927f4e35c5e1a279c30855a9f3f3d/static_3826.pdf). Acesso em: 15 set. 2020.

BITTENCOURT, Paola Rodrigues. **Implementação da lei de acesso à informação no Poder Executivo Federal: uma análise a partir dos serviços arquivísticos**. 2014. 150f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11817>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BLAIS, Gabrielle; ENNS, David. “From paper archives to people archives: public programming in the management of archives”. In: **Archivaria**, v. 31, p. 101-113, 1990-1991.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. “Projeto de Lei 7.920/2017. Altera a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a digitalização de documentos”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2142105>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Conselho Nacional de Arquivos. **Relatório da I Conferência Nacional de Arquivos – I CNARQ**. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. Disponível em: <http://conarq.gov.br/publicacoes-2.html>. Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN. “Portaria n. 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio”. In: **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, seção 1, n. 81, 29 abr. 2016. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria\\_n\\_137\\_de\\_28\\_de\\_abril\\_de\\_2016.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf). Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Conselho Nacional de Política Cultural. Colegiado Setorial de Arquivos. **Plano Setorial de Arquivos (2016-2026)**. Brasília: Ministério da Cultura, 10 de maio de 2016. Disponível em: <http://arquivos.cnpc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2016/05/Vers%C3%A3o-Final-Aprovada-do-Plano-Setorial-de-Arquivos-maio-de-2016-1.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto Brasileiro de Museus. “Portaria n. 422, de 30 de novembro de 2017. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal -PNEM e dá outras providências”. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/legislacao-e-normas/portarias/portaria-no-422-de-30-de-novembro-de-2017>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. “Portaria n. 375, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências”. In: **Diário Oficial da União**, Edição 182, Seção 1, 20 set. 2018. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41601273/do1-2018-09-20-portaria-n-375-de-19-de-setembro-de-2018-41601031](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41601273/do1-2018-09-20-portaria-n-375-de-19-de-setembro-de-2018-41601031). Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto Brasileiro de Museus. “Portaria n. 605, de 10 de agosto de 2021. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal - PNEM e dá outras providências”. In: **Diário Oficial da União**, Edição 153, Seção 1, p. 91, 13 ago. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-ibram-n-605-de-10-de-agosto-de-2021-338090192>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. “Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos”. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html). Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. “Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução”. In: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 44-46, 24 de maio de 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. Comunicado 0015188696. Brasília: Ministério da Saúde, 05 jun. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. Ofício circular n. 2/2021/CONEP/SECNS/MS. Brasília: Ministério da Saúde, 24 fev. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. “Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12343.htm). Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. “Decreto n. 9.759 de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal”. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm). Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. “Decreto n. 10.139, de 28 de novembro de 2019. Dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto”. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.139-de-28-de-novembro-de-2019-230458659>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. “Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm). Acesso em: 15 mar. 2017.

BROTHMAN, Brien. “Ordens de valor: questionando os termos teóricos da prática arquivística”. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (orgs.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018, p. 83-120.

CABRAL, Magaly. “Memória, patrimônio e educação”. In: **Resgate**, Campinas, n. 13, p. 35-42, 2004.

CABRAL, Rosimeire Mendes. “Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa”. In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 35-44, jan./jun. 2012.

CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um histórico. In: CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais: um diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005, p. 9-21.

CALABRE, Lia. “Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula”. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 58, p. 137-156, jan./jun. 2014.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CARMONA, Maria Lucia C. “Gradação e fator de risco em pesquisas com seres humanos”. In: **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora**, [2018], p. 1-6. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/comitedeetica/wp-content/uploads/sites/80/2018/09/Grada%C3%A7%C3%A3o-de-Riscos-CEP-UFJF4.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

CARNEIRO, Tarsila Mancebo; GOMES, Priscila Ribeiro; PINTO, Luíza Angélica Lisboa. “Educação patrimonial: conversando sobre patrimônio e cidadania no Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro”. In: **1º Simpósio Temático Arquivos & Educação**, Fortaleza, 2016. Arquivo e educação [recurso eletrônico]: experiências e pesquisas brasileiras em diálogo. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2016, p. 44-57 (Volume 1).

CASTRO, Fernanda. “A experiência participativa da Política Nacional de Educação Museal”. In: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira. **Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. João Pessoa: IPHAN-PB, 2016, p. 25-37.

CASTRO, Fernanda. **Construindo o campo da educação museal: um passeio pelas políticas públicas de museus no Brasil e em Portugal**. 2018. 279f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

CASTRO, Fernanda. “A construção do campo da educação museal: políticas públicas e prática profissional”. In: **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 90-114, maio/ago. 2019.

CASTRO, Fernanda; SILVA, Jonatan; BORGES, Priscila; CONSILGIO, Thiago. “O Grupo de Pesquisa Educação Museal: conceitos, história e política”. In: CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias; COSTA, Andrea (orgs.). **Educação museal: conceitos, história e políticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020, p. 65-74 (Volume 3).

CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias; COSTA, Andrea. “Apresentação”. In: CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias; COSTA, Andrea (orgs.). **Educação museal: conceitos, história e políticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020, p. 6-10 (Volume 1).

CHAGAS, Mário. “Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação”. In: **Revista Eletrônica do Iphan**, Brasília, n. 3, p. 1-7, fev. 2006. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao\\_museu\\_patrimonio\\_tensao.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_museu_patrimonio_tensao.pdf). Acesso em: 15 dez. 2021.

CHAGAS, Mário. “O seminário regional da Unesco sobre função educativa dos museus (1958): sessenta anos depois”. In: CHAGAS, Mário; RODRIGUES, Marcus Macri. **A função educacional dos museus: 60 anos do Seminário Regional da Unesco**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2019, p. 11-34.

CHIOVATTO, Mila. “Gestão da educação museal no Núcleo de Ação educativa da Pinacoteca São Paulo”. In: CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias; COSTA, Andrea (orgs.). **Educação museal: conceitos, história e políticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020, p. 19-26 (Volume 2).

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

**Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 27, jan./jun. 2000. ISSN 0102-4868.

**Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 31, jan./jun. 2002. ISSN 0102-4868.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS- CONARQ (Brasil). **Diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis –RDC-Arq**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS- CONARQ (Brasil). **Diretrizes para a Digitalização de Documentos de Arquivo nos termos do Decreto nº10.278/2020**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020.

COOK, Michael G. "Teaching with Archives". In: **International Journal of Archives**, Paris, v. 1, n. 1, p. 25-36, 1980.

COOK, Terry. "O passado é prólogo: uma história das ideais arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma". In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (orgs.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018, p. 17-81.

CORRÊA, Ricardo de Amorim. "Diretrizes: necessárias, mas aplicáveis?". In: **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 139-141, 2011.

COSTA, Andrea; CASTRO, Fernanda; CHIOVATTO, Milene; SOARES, Ozias. "Educação Museal". In: INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS-IBRAM. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília: IBRAM, 2018, p. 73-77.

COSTA, Andrea; CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias. "Para seguir pensando: sete desafios e sete conquistas da educação museal em sua trajetória histórica". In: CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias; COSTA, Andrea (orgs.). **Educação museal: conceitos, história e políticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020a, p. 81-84 (Volume 5).

COSTA, Andrea; CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias. "Por uma história da educação museal no Brasil". In: CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias; COSTA, Andrea (orgs.). **Educação museal: conceitos, história e políticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020b, p. 15-40 (Volume 1).

COSTA, Marielle. "Educadores Museais: relações entre a formação e a profissionalização". In: CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias; COSTA, Andrea (orgs.). **Educação museal: conceitos, história e políticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020, p. 58-67 (Volume 2).

COSTA, Ruth Vaz. "Relato de experiência: Educação museal e tentativas de avaliação". In: CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias; COSTA, Andrea (orgs.). **Educação museal: conceitos, história e políticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020, p. 17-29 (Volume 3).

COURCHESNE, Marie-Josée. "L'action éducative em archivistique et em muséologie". In: **Archives**, v. 30, n. 2, p. 3-28, 1998-1999.

COUTURE, Carol. “Rôle et champ d’application de la législation archivistique”. In: **CiberLegenda**, n. 1, 1998. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36736/21312>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CURY, Thereza Christina Holl. “Elaboração de projetos sociais”. In: ÁVILA, Célia M. **Gestão de projetos sociais**. 3ª edição. São Paulo: AAPCS, 2001, p. 37-58.

DIFUSÃO. In: **Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/difusao/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

DUCHEIN, Michel; PERNOUD, Régine. “Les services éducatifs aux archives”. In: **La Gazette des archives**, n. 17, p. 21-28, 1955.

FERNANDES, Gabriel de Andrade; DEMARCHI, João Lorandi; SCIFONI, Simone. “Apresentação: Dossiê Educação Patrimonial”. In: **Revista CPC**, São Paulo, n. 27 especial, p. 7-13, jan./jul. 2019.

FERRARI, Elly Rozo. “Vamos falar sobre arquivos? Da invisibilidade ao esquecimento das ações educativas com acervos”. In: KOYAMA, Adriana Carvalho; PARRELA, Ivana Denise (Org.). **Arquivos, memórias sensíveis e educação**. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2019, p. 193-202. (E-book 213p.). Disponível em: <http://www.memorias.cpsctec.com.br/publicacoes/arquivos/ebook3SimposioArquivosEducacao.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FRANZ, Eckhart G. **Archives and Education: a RAMP study with guidelines**. Paris: Unesco, 1986.

FRATINI, Renata. “Educação patrimonial em arquivos”. In: **Histórica - Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 34, p. 1-11, 2009.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUGUERAS, Ramon Alberch i; LLONCH, Lurdes Boix; SASTRE, Natalia Navarro; PALOMARES, Susanna Vela. **Archivos y cultura: manual de dinamización**. Gijón: TREA, 2001.

GARCIA CANCLINI, Néstor (org.). **Políticas culturales en America Latina**. Buenos Aires: Grijalbo, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Priscila Ribeiro; MONTEIRO, Magno. “Arquivo e Escola: buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação”. In: **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 61-80, 2016.

GOMES, Romeu; SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza; MALAQUIAS, Juaci Vitória; SILVA, Cláudio Felipe Ribeiro da. “Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação”. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. 3ª edição. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010 (E-book).

GONÇALVES, Janice. “Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural”. In: **Mouseion**, Canoas, n. 18, p. 83-97, dez. 2014.

GRINSPUM, Denise. **Educação para o patrimônio: Museu de Arte e Escola. Responsabilidade compartilhada na formação de públicos**. 2000. 148f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: [https://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/Educação%20para%20patrimonio%20GRISPU M\\_D.pdf](https://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/Educação%20para%20patrimonio%20GRISPU M_D.pdf). Acesso em: 15 dez. 2021.

HEDSTROM, Margaret. “Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia”. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 237-259.

HOBBSAWN, Eric. **A era das revoluções – 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRÜNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.

IACOVINO, Livia. “Os arquivos como arsenais de responsabilidade”. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 261-302.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Museus em números**. Brasília: IBRAM, 2011 (Volume 1).

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **PNEM-Histórico PNEM**. Brasília: IBRAM, 2013. Disponível em: <https://pnem.museus.gov.br/forums/>. Acesso em: 05 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Documento Preliminar do Programa Nacional de Educação Museal**. Brasília: IBRAM, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília: IBRAM, 2018a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Política Nacional de Educação Museal (PNEM)**. Brasília: IBRAM, 2018b. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao\\_Patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf). Acesso em: 10 jan. 2020.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). **Dictionary of Archival Terminology**. (Draft Third Edition/DAT III, 1999). Disponível em: <http://www.staff.uni-marburg.de/~mennehar/datiii/engterm.html>. Acesso em: 06 nov. 2020.

JACCOUD, Leandro de Abreu Souza. **A educação patrimonial com/nos arquivos e o uso de jogos cooperativos on-line: monitoramento e avaliação do módulo educativo do sítio escravidão, abolição e pós-abolição**. 2018. Dissertação (Mestrado em Memórias e Acervo). Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2018.

JARDIM, José Maria. “Diversidade arquivística e políticas de arquivos”. In: **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 46-59, abr. 2009.

JARDIM, José Maria. “Em torno uma política nacional de arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1988-2011)”. In: **XII ENANCIB – Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Brasília, 2011.

JOHN-STEINER, Vera; SOUBERMAN, Ellen. “Posfácio”. In: VYGOTSKY, Lev Semyonovitch. **A formação social da mente**. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 80-90. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317737/mod\\_resource/content/1/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317737/mod_resource/content/1/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf). Acesso em: 15 out. 2020.

KAFKA, Ben. **The demon of writing: powers and failures of paperwork**. New York: Zone Books, 2012.

KETELAAR, Eric. “(Des) construir o arquivo”. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (orgs.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018, p. 193-206.

KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online: ação educativa no universo virtual**. São Paulo: ARQ-SP, 2015.

KOYAMA, Adriana Carvalho; BUENO, João Batista Gonçalves. “Educação dos sentidos e das sensibilidades: olhares entrecruzados sobre artefatos de ensino na contemporaneidade”. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal, p. 1-17, jul. 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371302223\\_ARQUIVO\\_educacaodassensibilidades3.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371302223_ARQUIVO_educacaodassensibilidades3.pdf). Acesso em: 03 jun. 2016.

LOPES, Luís Carlos. “O lugar dos arquivos na cultura brasileira”. In: **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 31, p. 177-186, jan./jun. 2002.

LUPORINI, Teresa Jussara. “Educação patrimonial: projetos para educação básica”. In: **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 31, p. 325-338, jan./jun. 2002.

MACNEIL, Heather. “Correntes em transformação”. In: EASTWOOD, Terry. MACNEIL, Heather (orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 7-16.

MARTINS, Luciana Conrado. “Por uma Política Nacional de Educação em Museus – 2013”. IN: IBRAM. **Documento Preliminar do Programa Nacional de Educação Museal**. Brasília: IBRAM, 2014, p. 71-78.

MENEZES, Priscila Lopes. “O processo de difusão desenvolvido pelos arquivos públicos estaduais da região sul do Brasil”. In: **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 3, p. 47-71, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/6164>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 9ª edição. São Paulo/Brasília: Cortez/UNESCO, 2004.

MUKWEVHO, Jonathan. “Educational programs as an interactive tool for public engagement by public archives repositories in South Africa”. In: **Archives and Manuscripts**, Austrália, v. 46, n. 3, p. 309-329, 2018.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2002.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (MHN). **Programa Educativo Cultural: a Política Educacional do MHN**. Rio de Janeiro: MHN, 2019.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (MHN). **Plano Museológico 2020-2023**. Rio de Janeiro: MHN, 2020. Disponível em: <https://mhn.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Plano-Museolo%CC%81gico-MHN-2020-2023.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

NESMITH, Tom. “Conhecimento e educação para a sociedade dos arquivos”. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 15-30, jul./dez. 2010.

O'NEIL, James E. "Editor-in-Chief's Comments". In: **International Journal of Archives**. Paris: International Council on Archives, v. 1, n. 1, p. 5-6, 1980.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PARRELA, Ivana Denise. "Educação patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia". In: **Ciência da Informação**, v. 42, n. 1, p. 104 -116, 2013.

PARRELA, Ivana Denise. "História pública e a função de difusão nos arquivos". In: SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir (orgs.). **Fazendo História Pública**. Vitória: Editora Milfontes, 2021, p. 151-168.

PATRICIO, Sandra. "Os serviços educativos e os arquivos". In: **Jornadas Ibero-Americanas Jornadas de Arquivos Municipais**, 2016. Disponível em: [https://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/foto/editor2/eventos/jornadas/iberoamericanas/ams\\_sandrapatricio.pdf](https://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/foto/editor2/eventos/jornadas/iberoamericanas/ams_sandrapatricio.pdf). Acesso em: 15 abr. 2020.

PAULA, Dalva de; ALVES, Daniele de Sá; CASTRO, Fernanda; FRECHEIRAS, Kátia; MARTINS, Luciana Conrado; FONSECA, Mônica; GUEIROS, Rafaela; SOARES, Ozias de Jesus. "A experiência de construção da Política Nacional de Educação Museal". In: **Revista MUSAS**, Brasília, v. 8, p. 199-207, 2018.

PEDONE, Luiz. **Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1986.

PEGEON, Annick. "Uma experiência pedagógica em arquivos: A disciplina "Arquivo" dos Archives nationales da França". In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 89-102, jan./jun. 2012.

PEREIRA, Diogo Baptista. **Diretrizes para o uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras**. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PÉREZ HERRERO, Enrique. "Las funciones conservadora, cultural, educativa y de ocio de los archivos". In: **Vegueta**, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria: Facultad de Geografía e Historia, n. 9, p. 41-62, 2006.

PERNOUD, Régine. "Les archives et les expositions". In: **La Gazette des Archives**, n. 10, p. 19-25, 1951.

PINTO, Luíza Angélica Lisboa. **Instituições arquivísticas nacionais e ações educativas: um estudo de caso Brasil, Colômbia e México**. 2018. 80f. Monografia (Bacharelado em Arquivologia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

POSSAMAI, Zita; FARIA, Ana Carolina Gelmini de. “Da educação em museus à educação museal: ideias, políticas e metodologias no Brasil”. In: GRAEFF, Lucas; CONSTANTE, Robson da Silva (orgs.). **Educação para as artes, para culturas e para patrimônio**. Canoas: Editora Unilasalle, 2020, p. 44-54.

PRIMO, Judite. “Museologia e Patrimônio: documentos fundamentais – organização e apresentação”. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 15, 1999. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/3-1972-icom-mesa-redonda-de-santiago-do-chile.html>. Acesso em: 15 set. 2021.

QUADROS, Helena do Socorro Alves. “Experiência vivida no campo museológico: a educação museal na perspectiva prática político-pedagógica no Museu Goeldi”. In: CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias; COSTA, Andrea. **Educação museal: conceitos, história e políticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020, p. 41-50 (Volume 1).

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: Ed. IBPEX, 2007.

RAMÍREZ, Jafeth Campos. “La difusión en los archivos: importante herramienta de proyección ante la sociedade”. In: **Códice**, vol. 5, n. 2, p. 187-201, jul./dez. 2009.

RIBEIRO, Raphael Rajão; TORRE, Michelle Márcia Cobra. “Educação Patrimonial e o Ensino de História em instituições arquivísticas: ações educativas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte”. In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 67-88, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53869>. Acesso em: 15 dez. 2021.

ROCHA, Renata. Políticas culturais na América Latina: uma abordagem teórico-conceitual”. In: **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 674-703, jun./dez. 2016.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. In: **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/95/55>. Acesso em: 01 maio 2018.

RODRIGUES, Fernanda; GOMES, Priscila. “Arquivo e educação: diálogos e possibilidades”. In: BARROS, Thiago Henrique Bragato; SANTOS JR, Robero Lopes dos; CÂNDIDO, Gilberto Gomes. **A pesquisa e o ensino da Arquivologia: perspectivas na era digital**. Belém: Editora da UFPA, 2019, p. 204-212.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. “Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios”. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas, BARBALHO, Alexandre

(orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 11-36 (Coleção Cult).

RUBIM, Antônio Albino Canelas. “Políticas culturais do governo Lula”. In: **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, vol. 1, n. 1, p. 224-242, 2013.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. “Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado”. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (orgs.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 11-32.

RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (orgs.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015.

SANTOS, Keyla; BORGES, Jussara. “Difusão cultural e educativa nos arquivos públicos dos estados brasileiros”. In: **Ágora**, Florianópolis, v. 24, n. 49, p. 311-342, 2014.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. “Museóloga e educadora: entrevista com Maria Célia T. Moura Santos”. In: **Revista MUSAS**, Brasília, v. 8, p. 107-127, 2018.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 3ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir. “Apresentação”. In: SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir (orgs.). **Fazendo História Pública**. Vitória: Editora Milfontes, 2021, p. 7-16.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova educação patrimonial. In: **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 5-16, jan./mar. 2017.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Muszkat Estera. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSC, 2001.

SILVA, Haike Roselane Kleber da; BARBOSA, Andressa Cristina Oliver. “Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação no Arquivo Público do Estado de São Paulo”. In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 45-66, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revista.an.gov.br//index.php/revistaacervo/article/view/337>. Acesso em: 15 dez. 2021.

SILVA, Jonatan; OLIVEIRA, Leonardo; JULIÃO, Letícia; ABDALLA, Valéria. “18ª Semana Nacional de Museus do Museu Histórico Nacional: inaugurando as ações educativas museais online em formato acessível”. In: CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias; COSTA, Andrea (orgs.). **Educação museal: conceitos, história e políticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020, p. 46-56 (Volume 5).

SIQUEIRA, Graciele Karine; CORREIA, Helem Cristina Ribeiro de Oliveira; ROCHA, Saulo Moreno. “A implantação do Núcleo Educativo do MAUC: políticas públicas,

planejamento e experimentação”. In: CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias; COSTA, Andrea (orgs.). **Educação museal: conceitos, história e políticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020, p. 30-43 (Volume 3).

SOARES, Ozias; GRUZMAN, Carla. “O lugar da pesquisa na educação museal: desafios, panoramas e perspectivas”. In: **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 115-139, maio/ago. 2019.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. “O arquivista e as políticas de arquivo”. In: **ANAIS DO CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA**, 2, 2006. Porto Alegre: ABARQ/UnB, 2006.

SOUZA, Antônio Enivaldo Honório de; ENES, Cristina Ferreira. “Contribuição do pensamento complexo de Edgar Morin para a educação”. In: **V Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão (CEDUCE)**, Niterói, UFF, jun. 2018.

SOUZA, Celina. “Políticas Públicas: uma revisão da literatura”. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, Igor Alexander Nascimento de; CEZÁRIO, Hilda Bárbara Maia; NASCIMENTO, Mona Ribeiro; GONÇALVES, Leane Cristina Ferreira. “Relato de experiência sobre o Grupo de Estudos da Rede de Educadores em Museus da Bahia”. In: CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias; COSTA, Andrea (orgs.). **Educação museal: conceitos, história e políticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020, p. 75-85 (Volume 3).

TATE, W. E. “The use of archives in education”. In: **Archives**, British Records Association, v. 1, n. 1, p. 20-28, 1949.

TAYLOR, Hugh A. “Clio in the Raw: Archival Materials and the Teaching of History”. In: **The American Archivist**, n. 35, p. 317- 330, 1972.

TOLENTINO, Átila. “Prefácio”. In: CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias; COSTA, Andrea (orgs.). **Educação Museal: conceitos, história e políticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020, p. 10-15 (Volume 1).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **LEGISLAÇÃO**. Sem local: UFSC, 2012. Disponível em: <https://legislacao.ufsc.br/conceitos/>. Acesso em: 01 out. 2021.

UNESCO. **Cultural policy: a preliminar study**. Paris: UNESCO, 1969.

VAZ, Glaucia Aparecida; VENÂNCIO, Renato Pinto. “Marketing, difusão, ação e mediação cultural em Arquivos Públicos”. **RACIn**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 1-29, jan./jun. 2018.

VENÂNCIO, Renato. “Cidadão arquivista: arquivos públicos, internet e história pública”. In: SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir (orgs.). **Fazendo História Pública**. Vitória: Editora Milfontes, 2021, p. 139-150.

VIDAL, Alexandra; ALVIM, Luísa. “Os serviços educativos nos arquivos municipais portugueses e a memória local”. In: **13º Encontro Nacional de Arquivos Municipais**, p. 1-17, out. 2019. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1975>. Acesso em: 15 jun. 2020.

WALNE, Peter. **La administración Moderna de Archivos y la Gestión de Documentos**: El Prontuario RAMP. Paris: Unesco, 1985.

WEBER, Max. “Burocracia”. In: WEBER, Max. **Ensaios sociológicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 229-282.

## Anexo A – Ofício de encaminhamento de projeto para o CEP/Unirio

**OFÍCIO PARA O ENCAMINHAMENTO DO PROJETO DE PESQUISA A  
COORDENAÇÃO DO CEP-UNIRIO**

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2020.

Ilma Sr.ª

**Prof. Dra. Renata Flavia Abreu da Silva,  
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UNIRIO)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO**

Senhora Coordenadora,

Encaminhamos a V. Sa. o projeto de pesquisa intitulado "*Distúrbios para ações educativas em arquivos*" sobre a minha responsabilidade, solicitando deste comitê a apreciação ética do mesmo. Aproveito para informá-lo que os conteúdos descritos no corpo do projeto podem ser utilizados no processo de avaliação do mesmo, e que:

- (a) Estou ciente das minhas responsabilidades frente à pesquisa, conforme a resolução 486/12 CNS-MS e resolução 510/16 CNS-MS e, que a partir da submissão do projeto ao CEP, será estabelecido diálogo formal entre o CEP e o pesquisador;
- (b) Declaro que a coleta dos dados não foi iniciada, aguardando o parecer deste CEP para iniciar a pesquisa;
- (c) Estou ciente que devo acompanhar a tramitação do meu protocolo de pesquisa, por minha própria conta, junto à Plataforma Brasil;
- (d) Estou ciente de que as avaliações, possivelmente, desfavoráveis deverão ser, por mim, retomadas para correções e alterações;
- (e) Estou ciente de que os relatores, a coordenação do CEP e eventualmente a CONEP, terão acesso a este protocolo e que este acesso será utilizado exclusivamente para a avaliação ética.

Sem mais para o momento, agradecemos.

Atentamente,

---

**Luiza Angélica Lisboa Pinto**

## Anexo B – Folha de Rosto

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP <b>FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS</b>			
1. Projeto de Pesquisa: Diretrizes para ações educativas em arquivos			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 10			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: LUIZA ANGELOCA LIBBDA PINTO			
6. CPF: [REDACTED]		7. Endereço (Rua, n.º): [REDACTED]	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: [REDACTED]	10. Outro Telefone: [REDACTED]
11. Email: [REDACTED]			
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumpro os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condção científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: <u>16</u> / <u>12</u> / <u>2020</u>		[REDACTED] Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO		13. CNPJ: 34.023.077/0001-07	14. Unidade/Orgão:
15. Telefone: (21) 1542-7771		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumpro os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto. AUTORIZO sua execução.</p>			
Responsável: <u>Mariana Louzada</u>		CPF: [REDACTED]	
Cargo/Função: <u>Coordenadora PPGARR</u>		[REDACTED]	
Data: <u>16</u> / <u>12</u> / <u>2020</u>		[REDACTED] Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

## Anexo C – Termo de Anuência

## TERMO DE ANUÊNCIA

O Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, está de acordo com a execução do projeto "Diretrizes para ações educativas em arquivos", coordenado pela pesquisadora Luíza Angélica Lisboa Pinto, discente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos e orientado pela Profª. Drª Priscila Ribeiro Gomes, também do mesmo Programa, e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa nesta Instituição disponibilizando a infraestrutura necessária para o desenvolvimento da pesquisa. Esta instituição se compromete a assegurar a segurança e bem estar dos participantes em atendimento a Resolução 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2020



Mariana Lousada

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos

## Anexo D – Declaração de coleta de dados não iniciada

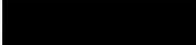
---

### DECLARAÇÃO DE QUE A COLETA DE DADOS AINDA NÃO FOI INICIADA

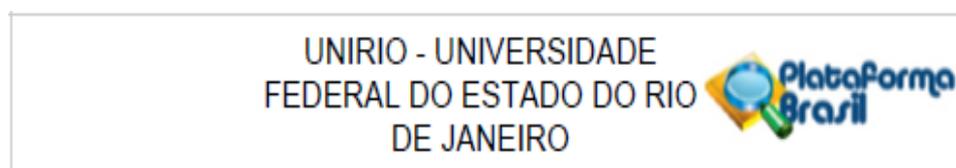
Eu, Luíza Angélica Lisboa Pinto responsável pelo projeto de pesquisa intitulado "Diretrizes para ações educativas em arquivos", DECLARO que ainda me encontro na fase de elaboração documental do referido projeto de pesquisa, e afirmo ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP que a coleta de dados não foi iniciada. DECLARO, ainda, que aguardarei a tramitação do protocolo no sistema CEP/CONEP, uma vez que a coleta de dados só será iniciada após o recebimento de Parecer de APROVAÇÃO da pesquisa.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2020

  
Luíza Angélica Lisboa Pinto

CPF: 

## Anexo E – Comprovante submissão CEP/Unirio

**COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Diretrizes para ações educativas em arquivos

**Pesquisador:** LUIZA ANGELICA LISBOA PINTO

**Versão:** 1

**CAAE:** 41057420.9.0000.5285

**Instituição Proponente:** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

**DADOS DO COMPROVANTE**

**Número do Comprovante:** 145834/2020

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

Informamos que o projeto Diretrizes para ações educativas em arquivos que tem como pesquisador responsável LUIZA ANGELICA LISBOA PINTO, foi recebido para análise ética no CEP UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em 17/12/2020 às 11:36.

## Apêndice A – Instrumento de coleta de dados – Roteiro Geral de Entrevista

Rio de Janeiro, dia mês ano, horário, entrevista realizada, no local x, com XXXX. Parte da pesquisa “Diretrizes para ações educativas em arquivos”, da pesquisadora Luíza Angélica Lisboa Pinto e orientada pela Dra. Priscila Ribeiro Gomes. Realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa tem como objeto a Política Nacional de Educação Museal e seu objetivo principal é formular diretrizes para ações educativas nos arquivos.

Você está ciente do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido enviado por e-mail em contato anterior?

Tem alguma dúvida?

Ao aceitar participar da pesquisa, você confirma que foi informado do objetivo do trabalho, de que sua participação é voluntária, estando totalmente ciente que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação?

Deseja participar de forma ( ) identificada ( ) anônima.

Agradecemos sua disponibilidade e participação.

### Eixo 1 – Formação e trajetória profissional

- Resumo da formação e trajetória profissional

### Eixo 2– Política Nacional de Educação Museal

- Por que Educação Museal?

- Como chegou ao Grupo de Trabalho da PNEM?

### Eixo 3 – Formulação da PNEM

- Quais as principais influências da PNEM?

- Quais os principais desafios na formulação de uma Política Nacional?

- Quais pontos considera mais relevantes da PNEM?

- Existe algum ponto desnecessário na PNEM? Se sim, qual (is)?

- Identifica alguma ausência na PNEM?

### Eixo 4 – Implementação da PNEM

- Como tem percebido a adesão a PNEM?
- Conseguiu acompanhar alguma implementação da PNEM? Se sim, como foi?
- Quais as dificuldades de implementação de uma política?

#### Eixo 5 – Avaliação da PNEM

- Como tem percebido até o momento a eficácia da PNEM?
- Considera que a PNEM precisa de ajustes? Se sim, quais?
- Qual prazo que você considera válido para uma reavaliação de uma política pública?

#### Eixo 6 – Política Nacional de Educação em Arquivos

- Na sua percepção a PNEM pode ser utilizada como a política de ações educativas nos arquivos?
- Considera relevante a criação de uma Política Nacional de Educação em Arquivos?
- Quais os principais pontos a serem considerados na formulação de uma Política Nacional de Educação em Arquivos?
- Você tem alguma orientação para a formulação de uma política?

#### Encerramento

##### Agradecimento

Encerramos a entrevista às xxx.

## Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO**

O projeto “Diretrizes para ações educativas em arquivos” tem como objetivo propor diretrizes para ações educativas em arquivos. Para tal, será analisada a Política Nacional de Educação Museal (PNEM) sua formulação, implementação e avaliação.

Sendo assim, convidamos você para colaborar com o presente projeto devido sua participação na formulação da Política Nacional de Educação como responsável por um dos nove grupos de trabalho.

Você tem o direito de não participar deste estudo. Estamos coletando informações para compreender de forma mais completa como foi o processo de formulação da PNEM. Se você não quiser participar, isto não irá interferir na sua vida profissional/pessoal/acadêmica.

Se você decidir integrar este estudo, você participará de uma entrevista individual, virtual, síncrona, que durará aproximadamente 1 hora, em dia e horário previamente agendados, pelas plataformas *Google Meet*, *Skype* e/ou *Microsoft Teams*, a que for de sua preferência. Esta fará parte do trabalho final como parte do objeto de pesquisa. Todas as entrevistas serão gravadas em áudio e transcritas. As gravações serão ouvidas por mim e por uma entrevistadora experiente e serão preferencialmente identificadas. As gravações serão utilizadas somente para coleta de dados. Caso opte pelo anonimato, os áudios serão marcados com um número de identificação durante a gravação e seu nome não será utilizado. O documento que contém a informação sobre a correspondência entre números e nomes permanecerá arquivado em uma pasta criptografada e com senha para acesso. Se você não quiser ser gravado em áudio, você não poderá participar deste estudo.

Do mesmo modo, caso decida não mais participar da pesquisa e desejar retirar seu consentimento, este poderá ser efetuado em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado. As



**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

entrevistas serão transcritas, bem como o trabalho final da pesquisa, será encaminhada por e-mail para todos os envolvidos ao final da pesquisa. Caso você queira uma cópia da transcrição antes do término esta será disponibilizada e encaminhada em data acordada. Assim como, se preferir os tópicos que abordaremos na entrevista poderão ser encaminhados a você.

Em caso de encerramento ou suspensão da pesquisa os envolvidos serão comunicados via e-mail explicitando o motivo e informado sobre o prazo de manutenção dos dados. Os dados coletados durante a pesquisa serão mantidos por cinco anos, após passado o prazo será destruído. E o Comitê de Ética em Pesquisa- CEP-UNIRIO será notificado imediatamente seguindo os trâmites vigentes a época.

A divulgação dos resultados será realizada considerando sempre os devidos créditos a todos os participantes da pesquisa e instituições onde os dados foram obtidos.

Você pode considerar determinadas perguntas incomodadas, porque coletamos informações sobre suas experiências pessoais e profissionais. Sendo assim, você pode escolher não responder quaisquer perguntas que o façam sentir-se incomodado. Entre os pontos de riscos envolvidos na pesquisa considera-se: o cansaço, constrangimento ou insatisfação ao participar da entrevista; constrangimento em se expor; e sentimento de imprecisão sobre a pesquisa na divulgação dos resultados. Neste sentido, caso ocorra algumas das situações citadas você poderá solicitar maiores esclarecimentos e/ou não responder, ou solicitar sua desistência da pesquisa. Além dos pontos citados, também, consideramos os riscos advindos de uma coleta de dados em ambiente virtual, pois há limitações em todas as tecnologias utilizadas, como por exemplo: a conexão pode se mostrar instável, no dia e horário agendados; estarmos sem conexão; dificuldade de acesso a plataforma para entrevista; problemas de áudio; entre outros. Neste sentido, testaremos a conexão, plataforma e gravação, antes do início da entrevista. As entrevistas serão realizadas em salas



**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

individuais, com link de acesso enviado somente para você. Estaremos em constante comunicação e caso não consigamos realizar no dia pré-agendado, uma nova data será definida em comum acordo. Caso ocorra algum vazamento das entrevistas e/ou dados todos os envolvidos serão comunicados imediatamente, bem como o CEP/Unirio. Sendo assim, adotaremos como prática em todos os casos supracitados o que dispõe o artigo 19 da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 e os artigos IV e V da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que garantem o ressarcimento, esclarecimento e garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Sua entrevista ajudará a compreender de forma mais completa a formulação e implementação da Política Nacional de Educação Museal, mas não será, necessariamente, para seu benefício direto. Entretanto, fazendo parte deste estudo você fornecerá mais informações sobre o lugar e a relevância da sua experiência no Grupo de Trabalho colaborando assim na construção da pesquisa. Neste sentido, a sua participação auxilia no desenvolvimento das diretrizes para ações educativas em arquivos, que visa auxiliar as instituições e serviços arquivísticos na implantação de serviços educativos.

Como foi citado anteriormente, as entrevistas serão preferencialmente identificadas. Se decidir pelo anonimato ressaltamos que seu nome ou qualquer informação que possa identificá-lo não aparecerá nos áudios, bem como em nenhum formulário a ser preenchido por nós. Nenhuma publicação partindo destas entrevistas revelará os nomes de quaisquer participantes da pesquisa. Sem seu consentimento escrito, nós não divulgaremos nenhum dado de pesquisa no qual você seja identificado se não for de sua vontade. Caso opte pelo anonimato basta informar no campo ao final do TCLE.

Esta pesquisa é realizada no Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Sendo a aluna



**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Luíza Angélica Lisboa Pinto a pesquisadora responsável, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Priscila Ribeiro Gomes. As investigadoras estão disponíveis para responder a qualquer dúvida que você tenha. Caso seja necessário, contate no e-mail xxxxxxxxxxxxxx e também no telefone xxxxxxxxx, ou o Comitê de Ética em Pesquisa, CEP-UNIRIO no telefone 2542-7796 ou e-mail cep@unirio.br, e no endereço Avenida Pasteur, 296 subsolo do prédio da Nutrição – Urca – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22290-240.

O presente projeto de pesquisa se guiará: pelas resoluções nº 510, de 07 de abril de 2016, nº 466, de 12 de dezembro de 2012, o comunicado 0015188696, de 05 de junho de 2020 SEI/MS, do Ministério da Saúde e pelo ofício circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, emitido em 24 de fevereiro de 2021. Dessa forma, garante-se indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Bem como, a responsabilidade diante das exigências contidas nas Resoluções, quanto à coleta de dados conforme exposto e o devido cumprimento a este TCLE.

Você terá uma via deste consentimento para guardar com você. Você fornecerá nome, endereço e telefone de contato apenas para que a equipe do estudo possa lhe contatar em caso de necessidade. Cada página deste termo deverá ser rubricada e a última página assinada. Você deverá digitalizar e enviar o termo por e-mail conforme orientações do e-mail de confirmação de participação. A via completa assinada pelo pesquisador responsável e por você será encaminhada por e-mail. Sendo importante que guarde em seus arquivos a cópia do documento eletrônico enviado e recebido.

Sendo assim, tendo sido esclarecido todas as informações quanto ao estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. De forma  identificada  anônima.

Eu concordo em participar deste estudo.



**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Nome:

Assinatura:

---

Data:

Endereço

Telefone

Pesquisador Responsável assinatura:

---

Nome: Luíza Angélica Lisboa Pinto

Registro Profissional: xxxxxxxxxxxx

RG: xxxxxxxx CPF: xxxxxx

Endereço: xxxxxxxxxxxx

Telefone: xxxxxxxxxxxxxxxxx

Data:

## Apêndice C – Texto do Convite enviado para Participar da Entrevista

Prezado/a xxxxx,

Entro em contato a fim de convidá-lo a participar da fase qualitativa de coleta de dados do projeto “Diretrizes para ações educativas em arquivos”. Desenvolvido por mim, Luíza Angélica Lisboa Pinto, orientado pela Dra. Priscila Ribeiro Gomes, realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa, tem como objeto a Política Nacional de Educação Museal e seu objetivo principal é formular diretrizes para ações educativas nos arquivos.

Identifiquei que você fez parte da formulação da Política Nacional de Educação Museal, sendo responsável por um dos Grupos de Trabalhos. Em função de sua participação gostaria de saber mais como foi sua experiência.

Se você aceitar participar, gostaria de agendar 1 (uma) hora do seu tempo para a trocarmos informações acerca das questões investigadas. Esse contato será realizado via *Google Meet*, *Skype* e/ou *Microsoft Teams*, o que for mais conveniente para você. Em dia e horário pré-agendados, entre o período x e x, e as suas respostas serão gravadas.

Encaminho o projeto de pesquisa, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O termo esclarece todo o procedimento a ser realizado na entrevista e também os protocolos éticos seguidos pela mesma e deverá ser assinado por você, caso decida participar.

Aguardo seu contato e desde já agradeço a colaboração, colocando-me à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Luíza Angélica Lisboa Pinto.